

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN  
CAMPUS AVANÇADO PROFª “MARIA ELISA DE A. MAIA” – CAMEAM  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – PPGL  
MESTRADO ACADÊMICO EM LETRAS

***Literatura, História e Resistência na escrita  
confessional de Memórias do Cárcere***

**Margarete Solange P. C. de Moraes**

PAU DOS FERROS  
2015

Margarete Solange P. C. de Moraes

**Literatura, História e Resistência na escrita confessional  
de *Memórias do Cárcere***

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Letras (PPGL), do Departamento de Letras do Campus Avançado Prof<sup>a</sup> Maria Elisa de Albuquerque Maia (CAMEAM), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, para obtenção do título de Mestre.

**Área de concentração:** Estudos do discurso e do texto.

**Linha:** Discurso, Memória e Identidade

**Orientador:** Manoel Freire

PAU DOS FERROS, RN

2015

A dissertação, *Literatura, História e Resistência na escrita confessional de Memórias do Cárcere*, de autoria de Margarete Solange P. C. de Moraes, foi submetida à Banca Examinadora, constituída pelo PPGL/UERN, como requisito parcial necessário à obtenção do grau de Mestre em Letras, outorgado pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

Dissertação defendida e aprovada em 02 de junho de 2015.

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Manoel Freire - UERN  
(Presidente)

---

Prof. Dra. Maria de Lourdes Patrini Charlon (CNPQ)  
(1º Examinador)

---

Prof. Dra. Mona Lisa Bezerra Teixeira (UERN)  
(2ª Examinadora)

---

Prof. Dra. Elri Bandeira de Souza (UFCG)  
(Suplente)

---

Prof. Dra. Maria Edileuza da Costa (UERN)  
(Suplente)

PAU DOS FERROS  
2015

## **DEDICATÓRIA**

Aos meus amados pais Antônio Costa e Severina;

Ao meu esposo e grande amigo Jorge Luiz;

Aos meus filhos, Maressa, Isaque e Jorge Davi,

E ainda às amigas de batalhas e  
conquistas acadêmicas Sueli e Rafaela.

## AGRADECIMENTOS

Graças dou a Deus, Senhor que rege a minha vida e que me acompanha em tudo e em todos os momentos, pela conclusão de mais um projeto significativo para minha realização pessoal e profissional.

Ao meu marido e filhos agradeço pelo apoio, companheirismo e ajuda prestada em diversos momentos e de várias formas ao longo desses dois anos em que dediquei muito do meu tempo ao mestrado;

Registro también agradecimiento a mi hija Magaly Sarabia y mi amigo Edjanio Caitano por la revisión de mi resumen.

Agradeço ao professor orientador doutor Manoel Freire, primeiramente, por ter acatado o meu projeto e por dispor de seu precioso tempo e conhecimentos para acompanhar-me nessa trajetória, apontando direções que foram fundamentais para a execução deste trabalho.

A Marília e Ricardo, secretários do curso, agradeço pela eficiência e presteza com que atenderam aos mestrandos.

Sou grata à professora Mona Lisa Bezerra Teixeira que prontamente atendeu ao convite para participar da banca de qualificação e defesa, e contribuiu com valiosas observações e sugestões que foram por demais significativas para finalização desta dissertação. De igual modo, agradeço as relevantes e bem-vindas contribuições das doutoras Maria de Lourdes Patrini Charlon, membro da banca examinadora de defesa, e de Maria Edileuza da Costa que participou da banca de exame de qualificação.

Ao professor Francisco Paulo Silva, agradeço pelas ideias que alicerçaram a construção deste projeto, e por suas apaixonadas palestras e orientações foucaultianas;

Ao Dr. João Bosco Figueiredo, mestre da disciplina Metodologia da pesquisa pelas orientações e incentivo;

Aos professores Roniê Rodrigues, Vilan Manguera, Constantin Xypas, Charles Ponte e demais docentes do Mestrado, pela brilhante exposição de

seus saberes e pelas orientações que se tornaram material para a construção desta dissertação.

Aos colegas de trabalho que aprovaram a minha liberação para que eu pudesse dedicar-me integralmente ao curso, em especial a Rosivânia, que me incentivou a enfrentar a seleção de mestrado e determinou que, em nome de Jesus, eu passaria, mesmo sabendo que não estava num momento bom para realizar tal proeza;

A Kaline Shirley, colega de turma, dentre outras coisas, agradeço as palavras de incentivo, a parceria na troca de textos e as dicas para o exame de qualificação.

Enfim, a todos aqueles que oraram e torceram para que eu concluísse com êxito este trabalho, e a todas as pessoas que, com grandes ou pequenas porções, contribuíram para a conquista deste tão desejado projeto, agradeço.

*Quem dormiu no chão deve lembra-se disto, impor-se disciplina, sentar-se em cadeiras duras, escrever em tábuas estreitas. Escreverá talvez asperezas, mas é delas que a vida é feita.*

Graciliano Ramos

MORAES, Margarete Solange P. C. de. **Literatura, História e Resistência na escrita confessional de Memórias do Cárcere**. 132f. Dissertação (Pós-Graduação em Letras) – Universidade e do Estado do Rio Grande do Norte, 2015.

## RESUMO

Relacionada à história de luta e violência, a escrita de testemunho resgata do passado acontecimentos traumáticos que surgem a partir da necessidade de o sobrevivente depor para denunciar as atrocidades cometidas contra grupos que foram subjugados. Esse tipo de escrita tem despertado, nos últimos anos, o interesse dos pesquisadores pelo relevante papel que ela desempenha como registro histórico de uma época. Nessa perspectiva, objetiva-se neste estudo identificar, na obra *Memórias do Cárcere*, registros históricos que evidenciam abusos cometidos a presos políticos durante a ditadura varguista, bem como descrever relatos das memórias do narrador que resgatam a história dos encarcerados, com a finalidade de analisar elementos de resistência nessa escrita confessional. Para realização deste trabalho adotam-se estudos teóricos de Benjamin (1994), Bosi (2007), Candido (2006), Halbwachs (1990), Le Goff (2003) e Foucault (1995), entre outros. Das relações de forças entre o poder e os subjugados surge *Memórias do Cárcere*. Ao escrever suas memórias, descrevendo as experiências vivenciadas na prisão, Graciliano Ramos faz registros históricos que permitem descortinar a atuação violenta dos que exerciam o poder agindo em nome do Estado Novo. Desse modo, utilizando-se de sua literatura como instrumento de luta e resistência, resgata do passado a história dos presos políticos que foram subjugados pela polícia durante a ditadura, tornando-se representante da memória coletiva e fazendo surgir novos sentidos para a história do Brasil dos anos 30.

Palavras-chave: Graciliano Ramos. História. Literatura. Memória. Resistência.



MORAES, Margarete Solange P. C. de. **Literatura, História e Resistência na escrita confessional de *Memórias do Cárcere***. 132f. Dissertação (Pós-Graduação em Letras) – Universidade e do Estado do Rio Grande do Norte, 2015.

## RESUMEN

Relacionada a la historia de lucha y la violencia, la escrita del testimonio, rescata del pasado a los eventos traumáticos que surgen de la necesidad que tiene el superviviente de presentar su testimonio para denunciar las atrocidades cometidas contra los grupos que fueron subyugados. Este tipo de escritura ha atraído el interés de los investigadores por desempeñar un importante papel como registro histórico de una época. Bajo esa perspectiva, en este estudio el objetivo es identificar en la obra “*Memórias do Cárcere*”, registros históricos de las brutalidades que han sufrido los presos políticos durante la dictadura de Vargas, así como describir relatos de los recuerdos del narrador que rescatan la historia de los encarcelados, con el propósito de analizar elementos de resistencia en esta escritura confesional. Para la realización de ese trabajo los estudios teóricos de Benjamín (1994), Bosi (2007), Candido (2006), Halbwachs (1990), Le Goff (2003) y Foucault (1995), entre otros han sido adoptados. De las relaciones entre el poder y los subyugados surge *Memórias do Cárcere*. Al escribir sus memorias, describiendo las experiencias en la prisión, Graciliano Ramos hace registros históricos que permiten descubrir las violentas actuaciones de los que han ejercido el poder que actuaba en nombre del Estado Novo. Por lo tanto, haciendo de su literatura un instrumento de lucha y resistencia, rescata del pasado la historia de los presos políticos que fueron subyugados por la policía durante la dictadura, convirtiéndose en un representante de la memoria colectiva y dando lugar a nuevos significados en la historia del Brasil en los años treinta.

Palabras-clave: Graciliano Ramos. Historia. Literatura. Memoria. Resistencia.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I	
1. GRACILIANO RAMOS: ENTRE A FICÇÃO E A CONFISSÃO	
1. 1 O escritor, o crítico e o político .....	19
1. 2 Na ficção e na confissão, uma escrita contestadora .....	35
CAPÍTULO II	
2. OS DOIS LADOS DA HISTÓRIA DO BRASIL DOS ANOS 30	
2. 1 A ditadura do Estado Novo: a história dos vencedores .....	49
2. 2 <i>Memórias do Cárcere</i> : a história não contada pelo discurso oficial .....	62
CAPÍTULO III	
3. LITERATURA, HISTÓRIA E RESISTÊNCIA NAS CONFISSÕES DO CÁRCERE	
3. 1 <i>Memórias do Cárcere</i> : uma escrita de testemunho.....	77
3. 2 A história dos silenciados nas memórias de Graciliano .....	90
3. 3 A resistência na escrita confessional de <i>Memórias do Cárcere</i> .....	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	126
REFERÊNCIAS .....	129

## INTRODUÇÃO

A literatura, por seu caráter atual e atrativo, convida a envolvê-la como mediadora dos mais diversos temas a serem pesquisados e estudados. Através da criação literária, com sensibilidade e beleza, o homem registra sua história, cultura, medos, crenças, mitos e memórias.

"A literatura pode muito", afirma Tzvetan Todorov. Ela pode aproximar os seres humanos uns dos outros, facilitar a compreensão do mundo, servir de auxílio aos deprimidos e tornar a vida melhor; e mais que isso, pode até mesmo tornar personagens de livros mais verdadeiros que criaturas do mundo real. Entretanto, a verdade literária não se equipara à verdade científica, a menos que seja legitimada pelo consenso público, e para que isso aconteça "precisa da aprovação de numerosos seres humanos, presentes e futuros" (TODOROV, 2009, p. 76,78).

A literatura é inventiva, e nela o autor dispõe de liberdade criadora para narrar possíveis verdades. Nisto se constitui a ficção: inventar. E mesmo que a criação imite a realidade, a arte se mostra exatamente na capacidade que tem o escritor de narrá-la a partir de sua ótica e de um toque ou estilo que lhe é bem próprio, a fim de que essa arte não seja tão somente uma cópia ou reprodução de acontecimentos reais. O modo como o escritor elabora o seu dizer é que faz a diferença. Por outro lado, aquele que tem compromisso de documentar fatos reais, como acontece com o historiador, evita enfeitá-los ou complementá-los com a invenção. Importa que a história retrate os acontecimentos com veracidade, sendo fiel aos fatos, que em nada devem ser ficção. Portanto, escrever romances e documentar a história são ofícios distintos. Mas, em se tratando de uma escrita de testemunho permeada por significativos acontecimentos históricos, na qual o narrador se propõe a ser fiel à realidade, pode se dizer que esta encontra-se na fronteira entre a história e a literatura.

Nos últimos anos, têm surgido, entre os autores diferentes abordagens para caracterizar a memória em suas mais variadas práticas presentes na sociedade. Com isso, tem crescido, entre os pesquisadores o interesse pela escrita de memória. De acordo com Bosi (2007), recentemente jurados de um

concurso latino-americano adotaram a expressão literatura de testemunho para qualificar esse tipo de escrita, que desde os anos setenta não para de crescer. Essa escrita, também conhecida como intimista ou confessional, relata vivências traumáticas e catastróficas que revelam o íntimo do sujeito, e que fazem, deste, objeto de conhecimento.

O gênero confessional tem despertado a atenção do leitor, especialmente pelo fascínio que exerce sobre ele, ao passo que atrai o interesse dos pesquisadores, por tratar-se de um valioso registro de eventos sociais, repositório de fatos que retratam o lado oculto de um significativo acontecimento histórico ocorrido em dada época.

Presume-se que a história relate, com autenticidade, acontecimentos sociais e culturais relacionados a um determinado povo, numa determinada época. Da narração literária, no entanto, não se espera tal fidelidade, mas tão somente uma provável semelhança com o real, ou seja, basta tão somente ser verossimilhante. Ainda assim é possível, através da literatura, obter informações sobre a história da humanidade, em diferentes épocas, contextos, tradições e culturas. E embora não se espere da obra literária narrativas puramente verdadeiras, na literatura de testemunho, obras confessionais, como é o caso de *É isso um homem?* de Primo Levi, e *Memórias do Cárcere* de Graciliano Ramos, a literatura se reveste da história para revelar “verdades” não contadas pelo discurso oficial.

Ao registrar experiências traumáticas compartilhadas por membros da comunidade que são referências comuns a outros, os relatos testemunhais reconstroem eventos passados, resgatando do esquecimento eventos históricos que são significativos para a memória social. Assim, ao relatar suas memórias, escritores como Primo Levi, judeu italiano subjugado pelo Nazismo, durante a Segunda Guerra, e Graciliano Ramos, ultrajado pela ditadura varguista, tornam-se representantes de uma memória coletiva.

Com seu depoimento, a testemunha rememora acontecimentos vivenciados por ela ao mesmo tempo em que reconta um outro lado da história que foi censurado, proibido. Beatriz Sarlo acredita que não é sempre que o testemunho "traz em si mesmo as provas pelas quais se pode comprovar sua

veracidade", portanto, é necessário que estas venham de fora (SARLO, 2007, p. 37).

Tal constatação pode ser percebida em *Memórias do Cárcere*, objeto do presente estudo, visto que circundando os relatos de perseguições e prisões de que fala o narrador, existe todo um contexto histórico que lhe serve para comprovar a veracidade de sua narração. O depoimento de Graciliano confirma-se também pela vivência de outros sujeitos que compartilharam com ele os infortúnios do cárcere, cujos nomes são mencionados ao longo da obra.

Sobre o contexto histórico no qual se desenrola as *Memórias do Cárcere*, registra-se que Getúlio Vargas subiu ao poder em 1930, e durante quinze anos ininterruptos manteve-se no governo. De 1930 a 1934, foi chefe do governo provisório; tendo sido eleito pelo voto indireto, passou a ser presidente e mais tarde, por meio de um golpe implantou o Estado Novo, tornando-se ditador.

Inspirada nos regimes fascistas europeus, a ditadura varguista garantia a continuação de Getúlio à frente do Governo Central, apoiado pelas forças armadas. O Governo Vargas caracterizou-se pelo nacionalismo, voltado para o desenvolvimento econômico do país, o que resultou em avanços na legislação trabalhista. No seu governo houve preocupação em favorecer as pessoas de baixa renda, de modo que foram implementadas diversas leis de amparo ao trabalhador, garantindo-lhe certos direitos, como aposentadoria, indenização e serviços de amparo à maternidade, culminando na Consolidação das Leis Trabalhistas, firmada em 1943, conforme relatam Priore e Venancio (2010).

De acordo com Corti (2005), o governo de Vargas destacou-se também pelo autoritarismo, centralização do poder e anticomunismo, de modo a provocar um clima de grandes conflitos no país. Em decorrência disso, iniciou-se uma sequência de reivindicações revolucionárias: acirravam-se as disputas eleitorais e deflagravam-se as greves. Sob o pretexto de proteger a nação de ameaças comunistas, o governo mantinha a sociedade sob controle e vigilância; dessa forma, grupos paramilitares agiam com violência para dissolver as manifestações opositoras. E em meio a esse clima de revoltas e repressões, anarquistas, sindicalistas independentes, políticos liberais e até

mesmo cidadãos comuns, que fossem divergentes dos ideais varguistas, sofreram perseguição.

Um desses encarcerados era Graciliano Ramos. Do registro das experiências vivenciadas pelo romancista e demais prisioneiros no Pavilhão dos Primários, na Casa de Detenção e na Colônia Correccional (na Ilha Grande), dez anos depois, surge *Memórias do Cárcere*. A escrita de suas memórias, que viria a ser uma obra póstuma, torna público um outro lado da história, não divulgada pela imprensa ou pela história oficial.

Graciliano Ramos foi visto como uma ameaça por causa de suas palestras, consideradas “perniciosas” ao governo. Na introdução de *Memórias do Cárcere*, comenta que se manteve em silêncio durante muitos anos, hesitando em denunciar os abusos praticados pelo poder, porque esperava que outros mais aptos que ele se ocupassem da tarefa. Isso se referindo, talvez, a algum jornalista, cronista social, ou outro profissional voltado para questões políticas; afinal, dele se esperava produções literárias, narrativas de ficção.

Com o tempo, os companheiros reclamavam-lhe a escritura de suas memórias, dando a entender que por ele ser um escritor, a tarefa deveria ser para ele uma espécie de dever. Alguns lhe ofereciam dados, lembravam figuras desaparecidas e dessa forma o instigavam por todos os meios. Convencido de que deveria ser ele mesmo o porta-voz dos encarcerados, inicia o seu testemunho buscando ser fiel à realidade dos fatos. Porém, esclarece que não pretende retratar-se como personagem em destaque, merecedor de honras, mas tão somente revelar, através de sua narrativa, o lado despótico da atuação do governo que se escondeu por trás de uma máscara de bondade e de justiça usada para conquistar o apoio popular (RAMOS, 2013).

Para facilitar a narração, o escritor decide usar a primeira pessoa, porém confessa ser-lhe desagradável adotar o pronome “irritante”, sem que a obra seja um trabalho de sua imaginação:

Desgosta-me usar a primeira pessoa. Se se tratasse de ficção, bem: fala um sujeito mais ou menos imaginário; fora daí é desagradável adotar o pronomezinho irritante, embora se façam malabarismos por evitá-lo. Desculpo-me alegando que ele me facilita a narração (RAMOS 2013, p. 15-16).

Ainda assim, ao longo da narrativa, o seu nome não figura, sendo mencionado unicamente como “Fulano” ou “Fulano de tal”. E apesar do desconforto da situação, não se sentia propriamente enredado em uma desgraça. Ao Introduzir suas memórias, o narrador confessa que a princípio imaginou que o cárcere seria lugar favorável para dedicar-se a seus escritos, e até mesmo desejou que houvesse algum fundamento na acusação que formulassem contra ele:

Com franqueza, desejei que na acusação houvesse algum fundamento. E não vejam nisto bazófia ou mentiras: na situação em que me achava justifica-se a insensatez. A cadeia era o único lugar que me proporcionaria o mínimo de tranquilidade necessária para corrigir o livro (RAMOS, 2013, p.24).

Com o passar do tempo, compreendeu que não seria fácil executar o seu ofício enquanto estivesse aprisionado, pois mesmo estando no cárcere as perseguições aos presos políticos não cessavam.

*Memórias do Cárcere* divide-se em quatro partes: *Viagens, Pavilhão dos Primários, Colônia Correccional e Casa de Correção*. Os primeiros apontamentos, escritos ainda no porão do navio, foram jogados ao mar para que não fossem descobertos. Depois, mais quarenta páginas foram abandonadas em um esconderijo na Colônia Correccional. Dessa forma, nada restou, por escrito, de suas experiências na prisão. Mas, em sua memória os acontecimentos estavam adormecidos, latentes, até que por fim, dez anos depois, ressurgiram nos enunciados de sua escrita confessional.

A narrativa de testemunho do escritor Graciliano Ramos é interessante como objeto de estudo porque narra os atos de memórias dos que sofreram violência cometidas pelo poder, tornando-se uma fonte histórica que estabelece relação com o passado, e traz ao presente registros de acontecimentos que complementam passagens da história.

Nos enunciados de *Memórias do Cárcere* se entrelaçam literatura, memória e história de forma que “o testemunho de Graciliano Ramos permite recuperar o sentido violento da experiência brasileira dos anos 1930” (SILVA, 2006, p.113). Seu depoimento representa, não um desabafo pessoal, mas um

retrato simbólico de cada preso político dos anos 30, tornando-se a voz, o grito de cada homem, de cada mulher que protagonizou episódio semelhante.

Noutros tempos, a memória era entendida mais pelo seu aspecto individual, ou seja, como a faculdade de reter e recordar eventos relacionados ao passado; então foram surgindo outras maneiras de se conceber a memória. A partir de novos conceitos para memória coletiva e memória social, consolidados por Maurice Halbwachs, as discussões sobre o tema passaram a englobar os seus diversos aspectos. Mesmo numa época em que a memória era vista basicamente como fenômeno individual e subjetivo, o sociólogo já afirmava que os indivíduos se lembram de seus passados à medida que se colocam sob o ponto de vista de uma ou mais correntes do pensamento coletivo.

Para Halbwachs (1990), as memórias passadas são construções sociais realizadas no presente. A memória coletiva se especifica na dimensão intersubjetiva e grupal entre o eu e os outros. O resgate da memória social, além de ser um modo de afirmação da identidade étnica e cultural de um povo, é também um instrumento de luta e de resistência.

Davalon (1999) acredita que para ganhar importância como memória social, é necessário que o acontecimento registrado descreva e represente a realidade, fazendo referência a uma memória já existente. A nova memória produzida deve abrir a dimensão entre o passado, no qual foi originado, e o futuro. A existência da memória se caracteriza pela necessidade de que o evento lembrado seja reconstruído a partir de dados comuns aos diversos membros da comunidade social. Assim, enquanto existir o compartilhamento da rememoração de eventos que são comuns aos membros de um grupo, essa memória persistirá através dos tempos.

Ao abordar acerca do importante papel que a memória coletiva desempenha, Le Goff a classifica como um reservatório móvel de história, rico em arquivos e conhecimentos. A memória pode salvar o passado, e acrescentar novos dados à história. Portanto, deve-se trabalhar para que "a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens (2003, p. 471). O autor acredita que a memória é um elemento essencial na



configuração da identidade, seja ela individual ou social; por meio da memória do povo o passado se mostra, e fala ao presente e ao futuro.

Sem memória, não há história, diz Le Goff; todavia, importa que essa história não seja apenas aquela cujos fatos registrados pelo historiador perpetuam unicamente aquilo que interessa a ideologia dominante, deixando os oprimidos sem vez e sem voz na própria história. Através da memória coletiva, o passado é recuperado. A memória do povo e de sua época são registros que podem sair do esquecimento para complementar a história existente. Os registros do passado, especialmente aqueles que os historiadores deixaram de fora por serem insignificantes para a história oficial, precisam ser resgatados para servir como instrumento de libertação dos homens, especialmente daqueles que não são contados como vencedores.

Com a inscrição dos relatos sobre o cárcere, Graciliano faz de seu livro um instrumento operador de memória social, para descortinar fatos passados que a história “dos vencedores” não teve interesse em revelar. Ao registrar os acontecimentos nos quais foram vítimas dos desmandos praticados pelos representantes do poder, autores confessionais não falam unicamente de si mesmos, mas retratam em sua escritura todos aqueles que vivenciaram as situações descritas em suas memórias; e estas adquirem relevância histórica, desempenhando papel importante como representante de uma memória social.

A partir do exposto, pretende-se, neste estudo, identificar, na obra *Memórias do Cárcere*, registros históricos que evidenciam abusos cometidos a presos políticos durante os anos 30, bem como descrever relatos das memórias do narrador que resgatam a história dos encarcerados, com a finalidade de analisar elementos de resistência nessa escrita confessional.

Tomando como ponto de partida os relatos apresentados, este trabalho se desenvolve a partir dos seguintes questionamentos: de que modo se processa, na escrita confessional de *Memórias do Cárcere*, a inscrição histórica da ação da ditadura Vargas? De que forma as experiências registradas pelo narrador de *Memórias do Cárcere* tornam-se um instrumento de luta e resistência, contribuindo para o resgate da memória social brasileira dos anos

30? Como se estabelece a relação entre a opressão ditatorial e a resistência dos encarcerados, na escrita confessional de Graciliano Ramos?

No primeiro capítulo deste estudo, apresentam-se dados biográficos que descrevem a trajetória de Graciliano Ramos, desde o início de sua carreira literária, bem como a sua atuação em seus diversos ofícios. Apresentam-se, também, discussões referentes à sua literatura, engajada em questões sociais, e que se mostra contestadora já nas obras iniciais, intensificando-se em seu último trabalho, *Memórias do Cárcere*.

No segundo capítulo, descreve-se o período histórico do estado getulista, relatado segundo a história oficial que enfoca o ditador como líder populista que proporcionou ao povo grandes conquistas sociais e trabalhistas, e cuja atuação trouxe avanços significativos para o desenvolvimento do país. Na sequência, descrevem-se relatos das memórias de Graciliano, com a finalidade de focar a história do Brasil dos anos 30 a partir de experiências vividas pelos presos políticos.

No terceiro capítulo, apresenta-se *Memórias do Cárcere* como depoimento autêntico que mostra compromisso político e ético com toda a coletividade representada pelo narrador. Em seguida, busca-se identificar, nessa obra, registros históricos reveladores da atuação violenta da ditadura Vargas, e assim descrever relatos das memórias de Graciliano que resgatam a história do Brasil do ponto de vista dos que foram subjugados pelo poder ditatorial. E a partir desses relatos, faz-se uma análise dos elementos de resistência evidenciados em *Memórias do Cárcere*, buscando-se compreender a relação opressão e resistência na ação ditatorial do governo Vargas.

Além dos autores referenciados, contribuem para este estudo as dissertações de Larissa Cristina Arruda Oliveira, *Caminhos cruzados: literatura e pintura, Graciliano Ramos e Cândido Portinari* (2013), e de Kamilly Barros de Abreu Silva, *História, memória e literatura em Memórias do Cárcere de Graciliano Ramos* (2006); bem como os artigos de Michael Pollak, *Memória, esquecimento, silêncio* (1989), de Valeria de Marco, *A literatura de testemunho e a violência de Estado* (2004), de Évila Ferreira de Oliveira, *A propósito de testemunho e representação literária na perspectiva de "passados presentes"*,

(2014), e outros que tomam como objeto a obra *Memórias do Cárcere* de Graciliano Ramos.

Com a realização deste trabalho, além de contribuir para a fortuna crítica do escritor Graciliano Ramos, espera-se adicionar dados relevantes às pesquisas sobre os relatos históricos presentes em *Memórias do Cárcere*, contribuindo, também, para estudos relacionados a temas tais como: memória, testemunho, narrativa de resistência, dentre outros que se voltam para as áreas da literatura e do discurso.

## CAPÍTULO I

### GRACILIANO RAMOS: ENTRE A FICÇÃO E A CONFISSÃO

#### 1. 1 O escritor, o crítico e o político

Graciliano Ramos de Oliveira foi, indubitavelmente, uma figura genial. Múltiplo em atributos intelectuais, destacou-se em sua trajetória como escritor, crítico e político. Categorias nas quais deixou sua marca com desempenho exemplar. Essa tríade que se mostra enraizada em sua natureza humana, ao longo de sua vida, reflete-se em sua produção literária. Do prosador alagoano, muito se comenta que, de seu tempo, foi o maior expoente da literatura nacional. Apesar de mostrar-se excessivamente duro em suas críticas, especialmente com relação aos próprios escritos, há quem o chame de crítico honesto, como é o caso de Nelson Werneck Sodré historiador que prefaciou o livro *Memórias do Cárcere*. Honesto e produtivo mostrou-se também na política, quando exerceu por dois anos e três meses o cargo de prefeito de Palmeira dos Índios conforme comenta Dênis Moraes na biografia do escritor.

De acordo com Bosi (1994), Graciliano nasceu em Quebrangulo, porém viveu parte de sua meninice em Buíque e em Viçosa, conforme episódios contados no livro *Infância*. O alagoano concluiu os estudos secundários em Maceió, porém não cursou faculdade. Fixou residência em Palmeira dos índios cidade onde o pai, Sebastião Ramos, mantinha um comércio de tecido. Em 1914, residiu no Rio de Janeiro por um curto período de tempo. Após a morte de seus irmãos causada pela febre bubônica, voltou a Palmeira dos índios onde casou e, com a chegada do quarto filho, precocemente, enviuvou.

Graciliano não chegou a integrar a Academia Brasileira de Letras (ABL), todavia destacou-se como grande vulto da literatura brasileira, desde a publicação de seus primeiros romances, *Caetés* e *São Bernardo*. Na época em que se desenrolavam as negociações para a publicação de *Angústia*, seu terceiro romance, imperava no Brasil a tirania Vargasista, e Graciliano, por questões políticas, achava-se encarcerado. Por força das circunstâncias, viu-se obrigado a publicar o romance, mesmo considerando que a obra estava inacabada. Encontrava-se em meio a um impasse, mas tivera que ceder:

precisava manter-se na prisão e sustentar a esposa com filhos pequenos. Assim, os ajustes e a revisão final, feitos por ele, não foram possíveis; afinal, se o romance entrasse no cárcere, de lá, provavelmente, não sairia nunca mais.

Alguns autores, entre estes Nelson Werneck Sodré, comentam que Graciliano Ramos iniciou tarde a carreira literária. Observação que não condiz inteiramente com a realidade. Sabe-se, por meio de relatos biográficos, que esse romancista, ainda bem jovem, já colaborava na revista *O Malho*, com textos de sua autoria; e que ainda na adolescência, publicara vários trabalhos, em verso e prosa. Como no início de sua carreira o autor não valorizasse suas criações literárias, muitos de seus trabalhos dessa época se perderam. Conforme comentários de amigos, críticos, prefaciadores, e dele próprio, Graciliano não assumia a autoria de seus escritos, dentre outras razões, por força da timidez, e também pelo fato de não se agradar, propriamente, dos textos que produzia. Chegou a rasgar muito daquilo que escrevia, por considerar que não eram escritos de boa qualidade.

Aos sete anos, Graciliano se viu forçado a conhecer os clássicos portugueses. Com o tempo, a tarefa tornou-se-lhe agradável, o que, segundo ele próprio, contribuiu para tornar-lhe a vida menos desinteressante. Aos 13 anos, escreveu os primeiros sonetos, influenciado pelos parnasianos; aos 18, iniciou-se na carreira de professor, e logo destacou-se por possuir uma inteligência privilegiada (MORAES, 2012).

No início de sua carreira, escreveu epigramas, artigos de crítica literária, cartas e discursos políticos que foram publicados na imprensa. Dentre as primeiras produções surgidas, cita-se o conto *O Pequeno Pedinte*, embora existam outros trabalhos que foram publicados em jornais e revistas. Eram crônicas que escrevia para o Jornal *O Índio*, e contos avulsos que, mais tarde, tornaram-se parte de seus romances. Dentre os contos que foram incorporados às suas obras, destacam-se *Baleia*, *Sinhá Vitória* e *Um mundo coberto de penas*, os quais transformaram-se em capítulos do livro *Vidas Secas*. E ainda *A Carta*, conto que deu origem a *São Bernardo* (MORAES, 2012).

Diante de episódios trágicos que lhe marcaram a vida, Graciliano enfrentou longos períodos de depressão, vergando-se às agruras. Entregou-se

à solidão e à bebida, deixou-se dominar pela desesperança e pelo ócio. À vista disso, em alguns períodos de sua vida inexistem registros de suas criações literárias. Numa dessas fases, escrevendo a um amigo, se maldisse, considerando-se um pobre diabo, comentou que estava se arrastando, sem abrir um livro há cinco anos (MORAES, 2012).

O mestre Graça – assim era chamado pelos literatos de seu círculo de amizades – de temperamento introvertido, falava pouco, e embora, vez por outra, participasse de reuniões com alguns amigos escritores, repudiava academias e grupinhos literários. Em entrevista a Homero Senna, revela que, em momentos difíceis de sua vida, manteve-se isolado por um longo tempo, sem visitar ou ser visitado; porém, mesmo nesse período de abatimento, mantinha-se bem informado sobre aquilo que acontecia no Brasil e no mundo, porque era assinante de vários jornais (SENN, 1996).

Embora o mestre tenha-se iniciado escrevendo em verso, como ele próprio declara em entrevista a Homero Senna, a sua verdadeira paixão era a prosa. Quando indagado sobre os versos escritos na juventude, esclareceu que jamais desejou ser poeta, compunha sonetos unicamente com o propósito de adquirir ritmo. Desejava, de fato, escrever romances (OLIVEIRA, 2013).

O biógrafo Denis de Moraes relata que uma engenhosa articulação política levou Graciliano a concorrer à Prefeitura de Palmeira dos Índios. A princípio, não acatou a indicação, e nem mesmo o pai foi capaz de convencê-lo a aceitá-la. Contudo, mediante provocações de adversários que espalhavam boatos de que o escritor temia fracassar como prefeito, e assim arruinaria o seu prestígio, afobou-se e voltou atrás em sua decisão. Venceu o pleito, com 433 votos, sem fazer promessas ou participar de campanha eleitoral. Anos depois, o próprio Graciliano comenta o ocorrido, com desdém, dizendo que fora eleito por meio de atas falsas e votos de defuntos (MORAES, 2012, p. 61).

Viúvo e pai de quatro filhos, conheceu Heloísa, dezoito anos mais jovem que ele, e com ela casou-se dois meses depois; na época trabalhava como prefeito. Poucos dias à frente da Prefeitura, percebeu que a empreitada era mais espinhosa do que ele imaginara. Em carta à futura esposa, revela seu desapontamento, dizendo:

Para os cargos de administração municipal escolhem de preferência os imbecis e os gatunos. Eu, que não sou gatuno, que tenho na cabeça uns parafusos de menos, mas não sou imbecil, não dou para o ofício e qualquer dia renuncio (MORAES, 2012, p. 64)

Atuando como prefeito, suas realizações foram louváveis. De acordo com Moraes (2012, p. 65), Graciliano "determinou a limpeza de ruas e logradouros públicos, onde proliferavam animais vadios, lixo acumulado, lama e detritos". O ocorrido causou reboliço da cidade. Os proprietários de cães e porcos não gostaram de ter os seus animais recolhidos, e logo desobedeceram-lhe às ordens, libertando seus bichos novamente. Como resposta, o prefeito determinou que matassem todos os animais que encontrassem livres pelas ruas, e que se multassem os responsáveis reincidentes. Entre os infratores, estava Sebastião Ramos. Sabendo que o próprio pai não lhe acatara as ordens, mandou multá-lo, afinal, segundo concepções do filho, "prefeito não tem pai".

Durante o tempo em que exerceu o cargo de prefeito, Graciliano escreveu ao governador dois relatórios dando conta de sua administração. Seu modo de escrevê-los ganhou repercussão nacional, de forma que surpreendeu o autor. Quando indagado se fora esse feito que revelara o escritor, respondeu que o escritor já existia muito antes, não havia até então se revelado porque ele, usando o "bom senso", havia destruído os romances que escrevera até então. Queimara diversos deles e lamentou o fato de *Caetés* ter escapado dessa fogueira (SENNÁ, 1969).

Com seus relatórios burocráticos, redigidos em prosa impecável, Graciliano chamou a atenção até mesmo de personalidades do mundo literário, uma dessas, Augusto Frederico Schmidt, editor e poeta, propôs editar-lhe os trabalhos, caso tivesse algum pronto para publicação. Deste contato, tempos depois resulta a publicação do romance *Caetés*. Portanto, aos 40 anos, estreia como romancista, publicando, em 1933, seu primeiro romance (MOISÉS, 2007).

Suas ações moralizadoras como prefeito de Palmeira dos Índios o levaram a conquistar algumas inimizades, conforme ele próprio declara em um dos relatórios enviados ao governador Álvaro Paes:

Houve lamúrias e reclamações por haver mexido no lixo preciosamente guardados em fundos de quintais; lamúrias, reclamações, ameaças, porque mandei matar centenas de cães vagabundos; lamúrias, reclamações, ameaças, guinchos, berros e coices dos fazendeiros que criavam bichos nas praças (MORAES, 2012, p. 65).

Riguroso no exercício de sua função, Graciliano fiscalizava os funcionários, de modo que, em pouco tempo, não restaram muitos deles ao seu dispor, ficando unicamente aqueles cujo trabalho era útil e confiável. Conforme declarou no relatório enviado ao governador, afastaram-se os que faziam política, bem como os que não se ocupavam em coisa alguma, restando tão somente aqueles que cumpriam devidamente as obrigações, não se enganavam em contas, tampouco se metiam onde não eram necessários.

Os relatórios de Graciliano, objetivos e concisos, descreviam com precisão as ações realizadas na Prefeitura, "neles se dava às coisas seus verdadeiros nomes", e isso causava "um escarcéu medonho". Suas prestações de contas, possuíam um estilo inusitado, em linguagem coloquial e atraente, nada parecidos com os documentos oficiais do gênero. Em nota que comentava a publicação, o *Jornal de Alagoas* os classificou como "documento dos mais expressivos e interessantes". O segundo relatório, ao ser publicado no *Diário Oficial*, recebeu elogios do governador, dizendo: "a administração de Palmeira dos Índios continua a oferecer um exemplo de trabalho e honestidade, que coloca o município em uma situação de destaque" (MORAES, 2012, p. 71-72).

Por dois anos e três meses exerceu o cargo de prefeito de Palmeira dos Índios, e embora sua atuação tenha durado um curto espaço de tempo, seus feitos valiosos foram muitos. Prendia vagabundos, e para não deixá-los ociosos na cadeia, os obrigava a trabalhar na construção da estrada, que dentre os feitos realizados por ele, era aquele de que mais se orgulhava. Não concedia privilégio a parentes, tampouco a pessoas apadrinhadas por figurões, tanto que



afastou do cargo de tesoureiro o irmão de seu vice-prefeito José Alcides Moraes, e este, contrariado, renunciou ao cargo.

Dando sequência ao assunto, Moraes ainda comenta que

Se de um lado a postura desassombrada do prefeito contrariava interesses sedimentados, por outro ganhava a simpatia da gente comum, pelas obras realizadas. Construiu três escolas nos povoados de Serra da Mandioca, Anum e Canafístula; abriu um posto de saúde; acabou com a imundície provocada pelo abate de gado miúdo no pátio da feira, instalando um abatedouro na cidade; aterrou a área que separava a cidade do bairro Lagoa; reformou o prédio da Prefeitura (MORAES, 2012, p. 68).

Portanto, para a gente simples, moradores do município, as realizações do prefeito eram necessárias e bem-vindas; porém, para alguns comerciantes e latifundiários, ele certamente trouxe certos prejuízos.

Conforme relatos do biógrafo Dênis de Moraes, graças a sua atuação exemplar como prefeito, Graciliano recebeu convite do governador Álvaro Paes para assumir, em Maceió, a direção da Imprensa Oficial do Estado. Graciliano, sem hesitar, renunciou ao mandato de prefeito. Afinal, não havia o que pensar, o trabalho na prefeitura não lhe trouxe compensação financeira. "Bem-sucedido como presidente da Junta Escolar, tinha fama de honesto, austero e culto, [...]" (MORAES, 2012, p .60).

Segundo relatos sobre a vida do escritor, ele era pessoa de bom trato; porém existiam nele algumas particularidades que não eram bem vistas por alguns. Tinha ideais revolucionários, não era patriota e demonstrava simpatia pelo comunismo. Ademais, dizia-se ateu, embora fosse conhecedor das escrituras e admirador das histórias do Antigo Testamento. Ser antipatriota, ateu e comunista, não era uma boa combinação de atributos especialmente na década de 30, conforme revela em *Memórias do Cárcere*.

Graciliano teve muitas ocupações na vida. Trabalhou em jornais, foi vendedor, professor, inspetor federal de ensino, prefeito, secretário de educação e escritor. Empregos e cargos que não lhe trouxeram vantagens financeiras; ao contrário, alguns até lhe trouxeram prejuízos. Não era de muito

falar, mas era de muito escrever. A escrita era sua paixão. Era a arma do sertanejo simples, fazedor de livros.

Em artigo publicado em *Veja*, 2013, Kusumoto comenta que os textos do prosador alagoano primavam por uma linguagem precisa, sem penduricalhos, e, conforme o autor deixa transparecer em *Memórias do Cárcere*, e em outras falas suas, havia nele uma necessidade de lapidar os seus escritos, a fim de aprimorá-los, fosse revisando, resumindo ou suprimindo passagens inteiras. Desejava sempre revisar uma vez mais a sua obra, até que nela não houvesse nenhuma palavra desnecessária, restasse apenas o indispensável, para que a obra existisse e transmitisse aquilo que tinha a dizer, sem rodeios e sem repetições.

Crítico e exigente, o alagoano recusava-se a recorrer a tapeações para folhear sua obra com ouro falso, como muitos o faziam para dar brilho a um trabalho de pouco valor literário. Seu pensamento se sustentava na premissa de que a palavra não foi feita para enfeitar, e sim para dizer.

Seu senso de responsabilidade para com a profissão de escritor era tal que, em entrevista a Homero Senna, em 1948, o prosador declara que considerava fundamental conhecer bem o valor exato das palavras, a fim de saber jogar com elas, e por causa disso acostumou-se a estudar o dicionário, fazendo dessa prática um exercício constante, que lhe daria segurança no manuseio dos vocábulos da língua. Para Graciliano, um escritor usar uma palavra inadequada era inadmissível, afinal, segundo as próprias concepções, "não há talento que resista à ignorância da língua" (SENNA, 1996).

Candido assegura que em sua tarefa como romancista, Graciliano consegue "ressaltar a humanidade dos que estão nos níveis sociais e culturais mais humildes mostrando a 'condição humana intangível e presente na criatura mais embrutecida'", porque é capaz de desvelar essa riqueza escondida e, mais que isso, é capaz de dar "voz aos que não sabem 'analisar os próprios sentimentos'" (CANDIDO, 2006, p. 146).

Miguel Conde, curador da Feira Literária Internacional de Paraty, cita como ponto alto da escrita de Graciliano o fato de a linguagem estabelecer relação direta com a experiência de vida das personagens, e argumenta que

isso se torna evidente especialmente em *Vidas Secas*, o que faz com que a obra seja elevada muito além de um simples romance documental. Segundo Conde (apud KUSUMOTO, 2013), poucos escritores foram capazes de abordar com tanta profundidade a relação entre a linguagem e a compreensão do mundo, como Graciliano foi capaz de fazer em seus textos.

Em sua ficção cria um mundo sem amor e sem alegria, habitado por pessoas egoístas e cruéis; homens desgraçados que não encontram sentido para a vida. Criador impiedoso, o alagoano traça, para seus personagens, uma trajetória permeada pela angústia e pela destruição, seguida de finais infelizes. Seus personagens enfrentam a dureza da vida, desesperançados e sem rumo. São criaturas solitárias, atormentadas, cheias de conflitos e destruídas pela própria sina (LINS, 1998).

É curioso observar que a narrativa permeada pelo brutal, característica notável da obra de Graciliano, é recorrente até mesmo em seus escritos memorialistas. Ele, como personagem do mundo real, também foi judiado pela vida, oprimido pelo meio natural e pelos semelhantes, tal e qual os personagens de sua obra. O destino quis que ele provasse antes – em *Infância* – e depois – em *Memórias do Cárcere* – do mesmo bocado amargo que seus personagens provaram em sua ficção.

Sua linguagem seca e sucinta mostra-se condizente com os personagens criados por ele, além de combinar também com o estilo do criador: sertanejo rude sem rodeios, sem enfeites no falar. Para alguns, dos autores brasileiros, Graciliano está entre aqueles cuja linguagem é uma das mais sintéticas do ponto de vista formal. Narrando em primeira ou em terceira pessoa, ele o faz com maestria, produz textos sucintos e bem articulados, de forma tal que parece não haver palavras sobrando em suas construções (NICOLA, 1988).

Em Graciliano, a narrativa ganha forte teor introspectivo, que alcança o clímax em *Angústia*, obra considerada, por alguns, como a mais significativa do autor, e a mais importante entre as surgidas com o Modernismo. A grandeza de Graciliano, segundo Moisés, não está somente nas histórias que cria, mas também no seu “decantado estilo enxuto, vocabularmente econômico,

sintaticamente rigoroso, vernacular, que aponta uma das sólidas aparelhagens ficcionais de nossos dias” (MOISÉS, 2007, p. 494).

Lins (1998) considera que a prosa de Graciliano é moderna, no que diz respeito à escolha das palavras e às construções sintáticas; e clássica pelas correções, pela espécie de tom hierárquico das frases. Sobre essa questão Candido (2010, p. 107) analisa que o estilo do prosador é moderno no que se refere ao toque refinado "da tradição e na capacidade de reduzir o real às suas linhas essenciais, contrariando o 'culto da forma' e as elegâncias acadêmicas".

Ao que parece, os críticos estão de pleno acordo quanto ao fato de que Graciliano possui um admirável estilo de concisão, tanto na narração como nos diálogos que são precisos: rápidos e exatos. O escritor preocupava-se em suprimir qualquer pormenor considerado supérfluo; e isso faz dele “Um mestre da arte de escrever”, um artista que, com desempenho louvável, transforma “o mundo árido e sombrio numa verdadeira categoria da arte” (LINS, 1998, p. 136).

Nos relatos do cárcere, o escritor queixa-se constantemente por não ter podido encaixar o seu livro *Angústia* em seus padrões de concisão. Sobre isso comenta: "Certas passagens desse livro não me descontentavam, mas era preciso refazê-lo, suprimir repetições inúteis, eliminar pelo menos um terço dele" (RAMOS, 2013, p. 20). Infelizmente, para uns, ou felizmente, para outros, o escritor não pôde realizar esse seu desejo.

Crítico e exigente, possuidor de altos padrões perfeccionistas, nem sempre reconhece a excelência da própria obra. Em *Memórias do Cárcere*, comentando sobre *Caetés* e *Angústia*, considera que neles não via grandeza alguma. A respeito do primeiro, declara julgá-lo ruim, e o segundo não chegava a ser digno dos muitos louvores que lhe eram atribuídos.

Em *Pavilhão dos Primários*, sobre *Caetés* o narrador registra:

[...] Com um estremecimento de repugnância, vi Sérgio embrenhado na leitura do meu primeiro romance.  
 – Pelo amor de Deus não leia isso. É uma porcaria.  
 Ingênuo, tentei explicar-me, em grande embaraço. A publicação daquilo fora consequência de uma leviandade. Escrita dez anos antes, a miserável história passara às mãos do editor Schmidt e emperrara. [...] Em 1935 Jorge Amado me visitara em Alagoas, dissera que Schmidt queria editar o livro; mas não me convinha o negócio: julgava-me então capaz de fazer obra menos ruim, meses atrás concluíra uma novela talvez aceitável. Jorge se conformara com

a recusa. Deixando-me, apossara-se dos malditos papéis e dera-os ao livreiro. Essa justificação nada valia – e era impossível oferecê-la a todos os leitores. (RAMOS, 2013, p. 206. Grifo da pesquisadora).

De acordo com os relatos citados, o autor havia desistido da publicação de seu primeiro romance e conseguira reaver os originais, porém graças a manobras realizadas por Jorge Amado, a publicação do livro foi adiante. Como Sérgio, o companheiro de cárcere que findava a leitura da obra, não questionou-lhe o parecer, o narrador entendeu que este simplesmente concordara com a sua opinião. Ainda em *Pavilhão dos Primários*, comenta que a publicação de *Angústia* também parecia-lhe leviandade. Segundo apreciação do narrador: "Havia nele muito defeito, eram precisos cortes e emendas sem conta. Sem falar em mutilações e enganos infalíveis, cometidos pela datilógrafa. Indispensável examinar, rever tudo,[...]" (RAMOS, 2013, p. 247).

Portanto, na avaliação do escritor, o romance *Angústia* não estava exatamente pronto para ser publicado. Precisava ser revisto, a fim de evitar repetições desnecessárias. Mas, por insistência do editor, José Olímpio, e pressionado pela situação que vivia na época, Graciliano resolve não adiar a publicação de seu livro.

Ao falar sobre essas suas preocupações relacionadas ao aprimoramento de *Angústia*, a sinceridade e transparência de Graciliano levam o leitor a acreditar que sua queixa, na verdade, não se tratava de falsa modéstia, o escritor realmente gostaria de ter feito, nessa obra, aquilo que, segundo descrição dada por ele em conversas com Joel Silveira, as lavadeiras de alagoas faziam quando, lavavam a roupa na beira do riacho:

Deve-se escrever da mesma maneira como as lavadeiras lá de Alagoas fazem seu ofício. [...] Elas começam com uma primeira lavada. Molham a roupa suja na beira da lagoa ou do riacho, torcem o pano, molham-no novamente, voltam a torcer. Depois colocam o anil, ensaboam, e torcem uma, duas vezes. Depois enxáguam, dão mais uma molhada, agora jogando a água com a mão. Depois batem o pano na laje ou na pedra limpa e dão mais uma torcida e mais outra, torcem até não pingar do pano uma só gota. Somente depois de feito tudo isso é que elas dependuram a roupa lavada na corda ou no varal, para secar. A palavra não foi feita para enfeitar, brilhar como ouro falso, a palavra foi feita para dizer (SILVEIRA, 2014, p. 77).

Nesse aspecto, ao que parece, apesar de *Angústia* ser uma obra bem conceituada pela crítica e pelo público, seu autor realmente, via a necessidade de espremer as páginas desse romance, um pouco mais, antes de tê-lo "dependurado no varal".

O fato é que o velho Graça nem sempre estava de acordo com as opiniões elogiosas em torno de seu estilo e de seus trabalhos. Considerava suas obras criações simples, não se considerava moderno, tampouco modernista. Apreciava o estilo dos grandes autores do passado e em nada lhe agradava o teor da inovação. Para ele, o movimento era uma tapeação desonesta, os modernistas eram ruins, com raríssimas exceções (LINS, 1998).

Graciliano, tal como Luís da Silva, funcionário público e escritor frustrado de *Angústia*, julgava os próprios escritos e classificava alguns deles como literatura chinfrim. Em *Memórias do Cárcere*, lembrando os momentos em que escrevia o capítulo final de seu livro, lança a este duras críticas:

Na casinha de Pajuçara fiquei até a madrugada consertando as últimas páginas do romance. Os consertos não me satisfaziam: indispensável recopiar tudo, suprimir as repetições excessivas. Alguns capítulos não me pareciam muito ruins, e isto fazia que os defeitos medonhos avultassem. O meu Luís da Silva era um falastrão, vivia a badalar à toa reminiscências da infância, vendo cordas em toda a parte. Aquele assassinato, realizado em vinte e sete dias de esforço, com razoável gasto de café e aguardente, dava-me impressão de falsidade. Realmente eu era um assassino bem chinfrim. O delírio final se atamancara numa noite, e fervilhava de redundâncias. Enfim não era impossível canalizar esses derramamentos. O diabo era que no livro abundavam desconexões, talvez irremediáveis. Necessário ainda suar muito para minorar as falhas evidentes. Mas onde achar sossego? (RAMOS, 2013, p. 21-22)

Ao revelar sua insatisfação em relação ao seu terceiro romance, o escritor deixa transparecer ainda mais a aparente semelhança que existe entre o criador e o protagonista de sua história. Tal semelhança pode ser confirmada, mediante as palavras do autor que na crônica *Alguns tipos sem importância* diz que seus "tipos foram construídos por observações apanhadas aqui e ali, durante muitos anos" e que é possível que seus personagens sejam na verdade pedaços dele mesmo (RAMOS, 2005, p. 282).

Pessimista, o autor julgava que *Angústia* não agradaria ao público, e assim pensando, conforme relembra em *Linhas Tortas*, advertiu ao editor José Olympio que a publicação do livro na certa lhe traria prejuízo, venderia mal, pois seu conteúdo era amargo e soturno, e não chegaria a alcançar o número de uns cem leitores, previsão que de modo algum se confirmou. Em seguida, comenta que se não acertou em suas suposições foi "porque algumas pessoas querendo ou sem querer, fizeram do livro uma propaganda imerecida" (RAMOS, 2005, p. 281).

Ao que parece, existia na natureza do alagoano uma propensão para a autoanálise, que o fazia avaliar constantemente a si mesmo e as situações em sua volta. Essa sua tendência analítica, aliada a outras, como perfeccionismo e pessimismo, fazia-o enxergar os seus projetos muito mais pelo lado desfavorável, e isso fazia dele um indivíduo inseguro, tímido e temeroso. As pessoas viam nele inúmeras potencialidades e grandeza; porém, em julgamentos de si mesmo, era inflexível, não se achava bom o bastante, isto é, de acordo com seus próprios padrões de perfeição.

Candido observa que é algo muitíssimo incomum encontrar um escritor da categoria de Graciliano que estivesse sempre disposto a tão metodicamente depreciar a própria obra. À vista disso, arriscou dizer que Luís da Silva pode ser percebido como um personagem criado com certos princípios autobiográficos; e que *Angústia*, por sua vez, seria "autobiografia potencial, a partir do eu recôndito". Essa suposição se baseia no fato de que, a partir de relatos memorialistas de Graciliano, pode-se perceber que há nesse personagem traços que são também encontrados no autor (2006, p. 58-59).

Antonio Candido alega também ser perceptível em Graciliano descontentamento tal em relação a seus escritos, que o fazia se justificar constantemente como que desculpando-se pela publicação de seus livros. Com frequência o romancista lamentava-se a esse respeito, e especialmente em *Memórias do Cárcere* deixa evidente, em seus comentários, certo pesar em torno desse assunto. Isso, na concepção de Candido (2006), possivelmente, se deve não somente a seu demasiado senso crítico e desejo de aperfeiçoar seus escritos, mas também a um considerável recato, que acabava se transformando em pessimismo. Supostamente, a combinação desses fatores

levavam o escritor a hesitar com relação à publicação de suas produções literárias.

Embora seus escritos tenham sido, desde o início de sua carreira, muito bem conceituados pelo público e pela crítica, o próprio Graciliano, sempre frisava que, segundo o seu próprio parecer, suas obras não eram boas, salvavam-se umas poucas, especialmente *São Bernardo* e *Vidas Secas*. As demais eram consideradas medíocres. Quanto a essa questão, é incontável o número daqueles que discordam do escritor. Na concepção dos críticos, *Angústia* é um bom livro; para alguns, a obra prima do escritor. E mesmo que Graciliano considerasse *Caetés* como o pior de seus romances, ainda assim, para Sodré (2004), a obra é melhor que quase tudo que aparecia na ocasião.

Embora nos relatos do cárcere tenha feito críticas a José Lins, o alagoano soube observar o lado grande desse contemporâneo, referindo-se a ele como "retratista de almas", "romancista excelente". Entretanto, julgando a si mesmo, em rígida apreciação, via muito mais o que lhe faltava. Seu critério de avaliação era alto, especialmente para julgar os próprios escritos. Almejava sempre fazer melhor para contentar-se em seu ofício. Um escritor perfeccionista, poder-se-ia assim dizer, insaciável para sentir-se plenamente realizado com aquilo que produzia. Crítico duro que iniciava seu julgamento apontando primeiramente o indicador em direção a si mesmo.

Graciliano não escrevia modismo, não era interesse seu escrever sobre a areia ou lançar belas palavras ao vento, e sim deixar sua marca cravada na memória do leitor por meio de escritos, marcados a ferro e a fogo. Quando o mestre Graça ainda não era aclamado nacionalmente entre os grandes escritores, como o é na atualidade, foram proféticas as palavras do editor Augusto Schmidt, dizendo:

Quando os que se julgam poderosos das letras nada mais forem, quando esses a quem ninguém ousa disputar honrarias, viagens e proventos não forem lembrados sequer, ainda ouvirão na estrada os passos da família de Fabiano tangida pela seca, a Baleia continuará a morrer angustiada por não estar cumprindo seu dever de vigiar as cabras, naquela hora em que cheiros de suçuarana deviam andar pelas ribanceiras, a rondar as moitas afastadas. Quando o silêncio tiver sepultado toda uma literatura cheia de brilho e de enfeites, e ninguém se lembrar dos que estiveram na moda, a tragédia do bruto



de S. Bernardo continuará, e os sofrimentos dos homens e das mulheres de Angústia não terão passado (apud SODRÉ, 2004, p. 24)

Em sua crítica, Werneck Sodré considera que, como escritor, Graciliano Ramos atingiu a plenitude com sua arte, e que *Memórias do Cárcere* garante-lhe um lugar entre os maiores escritores de todos os tempos. Pois, como um pintor fiel, leva ao mundo as imagens dos brasileiros encarcerados, fazendo-se representante significativo da memória histórica nacional. A produção de bom quilate do Mestre Graça atinge o seu ponto culminante com a publicação de *Memórias do Cárcere*, a qual menciona como sendo a última oferta da mão trêmula do artista que sentia as proximidades do fim:

Suas memórias representam, assim, a derradeira oferta de um espírito sereno e justo. Constituem mais do que um testemunho porque um libelo, traçado por escritor moribundo, que a ninguém teria de prestar contas, senão à sua consciência. A trêmula mão do artista, nas proximidades do fim, guardava a capacidade do traço literário do mais alto teor, ao comando de um espírito que representou um dos nobres instantes do homem, numa época triste e penosa, que permitiu e criou os quadros que ele nos apresenta nas *Memórias do Cárcere* (SODRÉ, 2004, p. 24).

Sodré considerou de suma importância que Graciliano fizesse emergir com seu testemunho aquilo que ficara engasgado na garganta de muitos. Que revelasse, por meio de sua arte, que o homem destituído de poder é esmagado sem piedade pelos poderosos, e que os eleitos que são honrados nas páginas da história não eram senão os mesmos que oprimem os despossuídos.

O fato é que, mesmo sendo Graciliano um excelente escritor, não se julgava bom o suficiente para, segundo a própria crítica, receber de si mesmo uma avaliação que lhe atribuísse a nota máxima. Ele sempre achava que dava para melhorar, resumir, espremer, até tirar os excessos.

Não é sem razão que o velho Graça é considerado um homem de crítica sensata, visto que, com olhos exigentes, observava primeiramente o próprio trabalho, apontando aquilo que poderia ter sido melhor. Seu aguçado senso crítico era aplicado, não só aos outros, mas especialmente a si mesmo; por isso Sodré (2004, p. 14) o classificou como crítico honesto, “um dos mais altos exemplos de honestidade literária que nos foi dado a conhecer”.

Até a época de sua prisão, sua fama literária não possuía ainda grande repercussão nacional. Com a publicação de *Vidas Secas*, Graciliano Ramos consagra-se como grande escritor e romancista da mais alta categoria; porém, apesar da boa acolhida por parte do público e da crítica, o livro não teve grande sucesso de vendas, como se esperava que teria. De acordo com Moraes (2012, p. 292), "A primeira edição de *Vidas Secas*, de mil exemplares, levou quase dez anos para zerar o estoque".

Em contrapartida, logo após a morte do escritor, tão logo foi lançado, em 1953 em quatro volumes, o livro *Memórias do Cárcere* alcança imediatamente grande repercussão entre os intelectuais, escritores e políticos. Essa foi a primeira vez que Graciliano obtém "estouro" nas vendas: dez mil exemplares se esgotaram em apenas quarenta e cinco dias (MIRANDA, 2011).

Em 1936, graças a intrigas políticas, Graciliano foi preso. O fatídico acontecimento serviu-lhe de tema para mais uma obra na qual o homem é oprimido pelo seu meio e pelos semelhantes. Porém, em *Memórias do Cárcere*, há um detalhe a mais, chocante e intrigante; o criador passa a ser também criatura em sua própria narrativa, uma vez que a prisão deu-lhe assunto para o seu doloroso e fascinante romance confessional.

Em seu depoimento revela que no cárcere, adaptou-se à vida miserável e subumana a que fora submetido. Ali conviveu com elementos os mais diversos: professores universitários, médicos, advogados, jornalistas, militares, ladrões e assassinos. Confessou ter feito boas amizades, até mesmo com prisioneiros que eram arrombadores por profissão, elementos que falavam com orgulho das destrezas que possuíam ao exercer o ofício desonesto. E foi nesse lugar odioso, cheio de percevejos e outras imundícies, onde a permanência o fazia adoecer e envelhecer precocemente, que o escritor, de repente, se vê em meio a uma galeria composta por vultos conhecidos e desconhecidos, homens que, no parecer de Sodré (2004, p. 27), se destacaram, "alguns pela grandeza", outros "pela mesquinharria de seus gestos".

Com a queda da ditadura, em 1945, o país volta à democracia. Nessa época Graciliano filia-se ao Partido Comunista. Anos mais tarde torna-se presidente da Associação Brasileira de Escritores. Em 1952, viaja em visita a

Rússia e outros países socialistas. A experiência dessa jornada resultou nas crônicas reunidas em *Viagem* (BOSI, 1994).

Prefaciando as memórias do alagoano, Sodré (2004) relata que, nos últimos anos, trabalhando nas memórias vividas nos domínios do cárcere, debilitado, o mestre escrevia pouco, fazendo longas pausas. Gastava um punhado de tempo a corrigir aquilo que produzira. Sobre o título, não havia preocupação em defini-lo. Se não arranjasse outro, seria simplesmente “Cadeia”. Não tinha pressa. Declara em suas memórias que ser-lhe-ia mesmo conveniente que o livro fosse publicação póstuma, como convinha a uma escritura dessa natureza.

Sodré (2004) comenta que o sertanejo rude que não era de fazer confidências, conversava com amigos mais chegados dizendo como pretendia escrever suas memórias. Ao discutir o problema, falava como se a questão não lhe pertencesse, mais parecendo um observador que, de fora, assistia ao sofrimento alheio. Em seus últimos dias, sentia a pressão do tempo, declinava fisicamente, as condições precárias de saúde lhe imputavam limites; ainda assim, executou a tarefa difícil, lutando contra a própria fragilidade.

De acordo com Moraes (2012), em 20 de março de 1953, no Rio de Janeiro, o romancista faleceu vitimado por um câncer que o atingiu no pulmão. Enquanto segurava as mãos da esposa, Heloísa, os olhos de Graciliano fecharam-se, despedindo-se da terra dos homens. Todavia, a morte não calou para sempre a voz do escritor: pela boca de suas criaturas ainda fala.

Por meio de sua literatura contestadora, suas memórias através dos anos, ainda protestam e denunciam as aberrações cometidas contra os presos políticos levados ao cárcere na década de 30. E embora em *Memórias do Cárcere* a narrativa trate de um período histórico específico com situações contextualizadas, pode-se dizer que os protestos e denúncias nele contidos universalizam-se, podendo se inserir em qualquer época e contexto semelhante. Numa paráfrase ao pensamento de Le Goff pode-se dizer, portanto, que na voz de Graciliano, as memórias dos encarcerados que foram presos e torturados pela ditadura varguista, servem ao presente e ao futuro.

## 1. 2 Na ficção e na confissão, uma escrita contestadora

O escritor Graciliano Ramos revelou-se, desde sua juventude, um cidadão politicamente engajado. E essa sua preocupação com problemas de cunho social e político mostra-se refletida em sua escrita, desde o início de sua carreira. Tanto que, segundo registros biográficos, a inclinação do escritor para questões sociais já se mostrava em seus textos desde 1904, quando escreveu o conto *O Pequeno Pedinte*, cujo enredo falava de uma criança órfã que, aos oito anos, via-se obrigada a vagar pelas ruas pedindo esmola.

Em reunião com outros literatos, criticava o governo. Abominava a tirania dos que dominavam sobre a classe trabalhadora. Em suas palestras, dizia odiar a burguesia e desejar ardentemente a desgraça do capitalismo (RAMOS, 2013). Tinha pensamentos de extrema esquerda e ideais revolucionários, embora, de acordo com o biógrafo Dênis de Moraes, o alagoano garantisse que não tinha ideal algum.

A arte e a política, em Graciliano, estavam sempre entrelaçadas. Ao longo de sua existência e de sua carreira, a presença constante da política surgia como algo natural e inevitável, pois sua trajetória está conectada a importantes acontecimentos histórico-sociais: vivenciou secas, revoluções, regime ditatorial, perseguição política, prisão e opressões. Em tempos difíceis, mesmo sem sair de casa, acompanhava pelo rádio e jornais as revoluções e grandes transformações que ocorriam no Brasil e no mundo. Era-lhe indispensável manter-se bem informado (MORAES, 2012).

De 1930 a 1945, deu-se no Brasil o surgimento de uma literatura de caráter mais construtivo. As mudanças ocorridas no país após a Revolução de 1930 propiciaram o questionamento das tradicionais oligarquias. Ademais os conflitos ideológicos fizeram surgir posições mais engajadas, abrindo espaço para o desenvolvimento de um romance voltado para a denúncia social, que se tornou uma espécie de documento da realidade brasileira, que atingia grande tensão nas relações do eu com o mundo (NICOLA, 1988).

Em vista disso, surge na literatura a tendência em retratar o homem brasileiro espalhado em cada canto do país. Nesse panorama, o regionalismo explora, ao máximo, as relações do personagem com o meio natural e social e,

com isso, ganha importância, passando a ter na literatura nacional um destaque que não tinha até então. Os “escritores nordestinos que vivenciaram a passagem de um Nordeste medieval para uma nova realidade capitalista e imperialista” mereceram destaque especial (NICOLA, 1988, p. 211).

A *Bagaceira*, de José Américo de Almeida, citado como primeiro romance representativo do regionalismo nordestino, tornou-se um marco na história literária brasileira, especialmente por sua temática envolvendo o engenho, a seca e os retirantes. Além desse, destacaram-se também entre os autores que escreveram sobre essa mesma linha de pensamento, e na mesma época, José Lins do Rego, Raquel de Queiroz e Graciliano Ramos. Este último aclamado por grande parte da crítica como melhor romancista moderno da literatura brasileira (NICOLA, 1988).

Cidadão envolvido com questões de seu tempo, Graciliano abordava, em sua obra, temáticas que lhe denunciavam o engajamento político. Já com a publicação de *São Bernardo*, que se destacou como obra fundamental do romance de 30, denuncia o embrutecimento das classes exploradoras, revelando-se pelo caráter revolucionário de sua literatura. Através do fazendeiro Paulo Honório, narrador personagem, o enredo traduz a problemática humana e social do nordeste brasileiro. Em *Vidas Secas* surge o drama de Fabiano, retirante esmagado pela natureza e pelos próprios semelhantes (OLIVEIRA, 2003).

O sertanejo rude, vermelho, queimado pelo sol, repetia vez por outra, para si mesmo, "Fabiano, você é um homem". Queria que os filhos se admirassem dele por isso. Mas era realmente um homem admirável? Não, julgava-se semelhante a um bicho, não sabia se expressar, "era apenas um cabra ocupado em guardar coisas dos outros [...] vivia em terra alheia, cuidava de animais alheios, descobria-se, encolhia-se na presença dos brancos e julgava-se um cabra". Em sua volta tudo era seco: a terra, o patrão, este, além de seco, era "exigente e ladrão, espinhoso como um pé de mandacaru" (RAMOS, 1998, p. 18, 24). Para eles – Fabiano e os filhos – os livros não serviam. Precisavam ser duros como o tatu. Se não calejassem, a morte apressaria o passo.

Em sua prosa, Graciliano desenvolveu temáticas que conhecia bem porque "cresceu sob o regime da seca, das surras paternas". Por experiência própria, percebeu que a vida, de um modo ou de outro, castiga o ser humano, especialmente o homem pobre, trabalhador; em vista disso a opressão é tema que se torna recorrente em toda a sua obra. As situações vividas por ele o levaram, desde cedo, a formar a "ideia de que todas as relações humanas são regidas pela violência", seja psicológica, física ou de classe (OLIVEIRA, 2013, p. 20).

Para Oliveira (2013), a combinação texto e contexto é a essência que compõe a prosa de Graciliano. Miséria e deformação estão contidas em suas obras, mas essas deformações são próprias das relações sociais, criadas e cultivadas por aqueles que detêm o poder. A seca e a miséria que Graciliano retrata é consequência do sistema social fundado na injustiça e na exploração, que impede aos subordinados de desfrutarem de uma existência digna e plena.

Sobre o engajamento do escritor alagoano, Candido ressalta:

A fidelidade ideológica nada tinha de imposição exterior, exigindo deformações do espírito e da sensibilidade; mas brotava de imperativos pessoais e era esculpida por eles, por assim dizer. Era algo obtido por construção interior e afirmado livremente no plano do comportamento, com uma grande liberdade de vistas, desinteresse pela palavra de ordem mecanicamente aceita, ausência de sectarismo. Para ele, o comportamento político – forma superior da ânsia de testemunho – foi um tipo de manifestação pessoal em que a sua imperiosa personalidade se completou, harmonizando-se livremente com uma imperiosa ideologia (CANDIDO, 2006, p. 96-97).

Refletir e questionar as condições da vida humana fazia parte de uma necessidade enraizada em seu ser. A própria experiência de vida, desde os primeiros anos, levou o alagoano a formar uma consciência crítica e contestadora, de modo que suas inquietações tomam forma e se revelam em sua fala, principalmente através de seus escritos, já que o escritor não se julgava muito bom em discursar na presença de uma plateia.

A verdade é que artistas de postura crítica e não conformista, como Graciliano, concebem a arte como um modo de expressar posicionamento, um instrumento de conscientização; desse modo, tomam para si a incumbência de retratar, por meio de sua arte, os aspectos sociais, evidenciando-os muito mais

pelo seu lado negativo, e com isso, geram reflexões e perspectivas de novos horizontes.

De acordo com Moraes (2012), Graciliano mostrava-se rigoroso em sua crítica a qualquer tipo de opressão, fosse afetiva, social, política ou econômica. E especialmente nas obras *São Bernardo*, *Angústia* e *Memórias do Cárcere*, o censo crítico do escritor o direciona para a análise dos indivíduos e dos coletivos humanos. Em *São Bernardo*, evidencia o ambicioso fazendeiro que "coisifica" as pessoas. Para Paulo Honório, os homens não passavam de bichos em suas várias classificações. Essa mesma reflexão é retomada em *Vidas Secas*, sendo que nessa obra, o próprio homem oprimido vê-se inferiorizado e assemelhado a um bicho.

Os romances de Graciliano mostram cenas que são retratos fiéis da realidade que atua sobre o homem que se debate na luta pela existência. Em toda a sua obra está presente a angústia do homem que enfrenta as agruras da vida, buscando sobreviver. Prevalece, em sua prosa, o brutal, a lei da selva na qual os bichos pequenos são engolidos pelos grandes.

Por sentir-se incomodado especialmente com as questões referentes à burguesia, exploração do trabalhador e desigualdade de classes é que o sertanejo trouxe para suas obras temas como a seca, o latifúndio, o drama dos retirantes e a caatinga. Contudo, sua temática não se ateve unicamente ao regional, ele abordou cenas urbanas, também. Deve-se considerar, porém, que a obra de Graciliano, mesmo em seu aspecto regionalista, mostra-se numa abordagem que alcança o universal. Ele cria personagens que estão inseridos num contexto social que reproduz a realidade das estruturas vigentes em qualquer lugar do mundo. Mostra seres oprimidos, moldados pelo meio, como – Luís da Silva, que é esmagado pela cidade, e Fabiano, pelo sertão. E nesse contexto o artista, pretendendo ser fiel à realidade mostra nada menos que a desgraça inevitável (NICOLA, 1988, p. 254).

A dura existência do homem enfrentando os golpes desferidos pelos dissabores e agruras da vida, fazendo-o debater-se em seus próprios conflitos interiores, era o fio com que tecia sua prosa. Graciliano, em todo tempo, extraiu da realidade a matéria-prima de seu trabalho. Se havia algum escape, este

dependeria de que se mudasse o mundo, as estruturas e o sistema. Se isso fosse possível, então deixaria de existir no mundo sujeitos gananciosos como Paulo Honório, burgueses como Julião Tavares, e tiranos como o Soldado Amarelo de *Vidas Secas*, símbolo do poder esmagador (NICOLA, 1988).

Traçando o perfil literário do escritor Graciliano Ramos, Candido (2006) comenta que, em seus textos, o romancista consegue o efeito máximo utilizando-se de recursos mínimos, e isso graças a sua vocação para a brevidade e para o essencial. E é de posse dessa particularidade que o escritor expõe, por meio de sua obra, seu posicionamento, sem no entanto mostrar-se propagador de ideologias partidárias.

A literatura de Graciliano fortemente permeada pelo seu posicionamento crítico e político, denuncia a exploração da classe operária, bem como a sociedade elitista, ainda que suas abordagens não tivessem teor político militante. Conforme Oliveira (2013), para o alagoano, o engajamento na arte era fator fundamental e deveria mostrar-se livre dos ditames partidários. Ele acreditava que o artista não deveria ser um indivíduo conformado, mas também não deveria estar sob o domínio de uma ideologia partidária; por isso, conclamava a autonomia de sua produção literária. Portanto, não havia nos escritos de Graciliano partidarismo, havia inquietação, preocupação genuína com as relações sociais, que eram reveladas por ele de maneira tática e sutil.

O modo como expressava seu pensamento contestador, em sua arte, pode ser compreendido a partir da declaração feita por ele no manuscrito “O Partido Comunista e a criação literária”, publicado no jornal *Tribuna Popular*:

Cada qual tem a sua técnica, o seu jeito de matar pulgas, como se diz em linguagem vulgar. A literatura revolucionária pode ser na aparência a mais conservadora. E isto é bom: não terão o direito de chamar-nos selvagem e sentir-se-ão feridos com as próprias armas. Afinal para expormos as misérias desta sociedade meio descomposta não precisamos de longo esforço nem talento extraordinário: abrimos os olhos e ouvidos, jogamos no papel honestamente os fatos<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> RAMOS, Graciliano. “O Partido Comunista e a criação literária”. *Tribuna Popular*. Rio de Janeiro, ano II, 22 de maio de 1946, p. 11. Manuscrito pertencente ao Instituto de Estudos Brasileiros: Arquivo Graciliano Ramos (Apud OLIVEIRA, 2013, p. 39).



Como ele próprio declarou no referido manuscrito, cada pessoa tem "o seu jeito de matar pulgas". E a técnica utilizada por ele para apresentar sua crítica, denúncia ou protesto, era exatamente essa descrita em suas palavras. Não se valia de grandes alardes para apresentar seu pensamento revolucionário: expunha a realidade mostrando as injustiças sociais e, com isso, despertava o leitor para a reflexão e afrontava os devedores, para quem a carapuça se encaixava perfeitamente bem; desse modo, viam-se atingidos pelas próprias armas.

Em *Ficção e confissão*, o seu autor divide a produção literária de Graciliano Ramos em três aspectos, que seriam as narrativas de primeira pessoa, de terceira pessoa, e as biografias. E esclarece que, embora distintos, esses aspectos estão vinculados entre si no que diz respeito à concepção da arte e da vida que neles se encontram. E para mostrar ao leitor a unidade contida na diversidade da escrita de Graciliano, em relação à experiência humana, Candido (2006) faz um passeio pela obra do alagoano acompanhando os romances na ordem em que foram sendo escritos, ressaltando que, nos romances narrados em primeira pessoa – *Caetés*, *São Bernardo* e *Angústia* – é perceptível a pesquisa progressiva na busca da alma humana, atrelada ao retrato e análise da sociedade. Em *Vidas Secas*, narrativa em terceira pessoa, enfoca o homem em seu modo de ser e as condições da existência humana. Nas autobiografias – *Infância* e *Memórias do Cárcere* –, nas quais aflora a necessidade de depor, a subjetividade alcança a expressão mais genuína; então, o autor aborda-se diretamente como problema, sem recorrer à fantasia.

Na opinião de Candido em qualquer um desses três aspectos a obra de Graciliano mostra-se grandiosa. Em todas elas existe

a correção da escrita e a suprema expressividade da linguagem, assim como a secura da visão do mundo e o acentuado pessimismo, tudo marcado pela ausência de qualquer chantagem sentimental ou estilística (CANDIDO, 2006, p.102).

Antonio Candido observa que toda a arte de Graciliano é atravessada pelo desejo de testemunhar a respeito do ser humano e de sua relação com o

mundo, e esse impulso fundamental constituiu a unidade profunda de sua obra. No decorrer da carreira do alagoano, à medida que vão surgindo seus romances, intensifica-se a necessidade de dispor a imaginação em favor da memória, de forma tal que o autor termina por deixar de lado a ficção para investir na rememoração. Deste modo, conclui que tanto os personagens criados pelo escritor quanto ele próprio, que posteriormente surge como personagem de suas memórias, são projeções desse seu desejo intenso de testemunhar sobre o homem.

A recordação de episódios amargos, evocados pelo menino, já iniciada em *Angústia*, é retomada, ainda com certo teor ficcional, em *Infância*. Em *Memórias do Cárcere*, o autor distancia-se da ficção para mostrar, sem atavios, as recordações do adulto. Essa rotação de atitude literária que se evidencia na prosa de Graciliano, proveniente de sua necessidade de depor, não se apresenta como uma ruptura, mas como uma evolução natural. E, ainda de acordo com Candido (2006, p. 103), em ambos os "planos a sua arte conseguiu transmitir visões igualmente válidas da vida e do mundo".

Comentando sobre essa questão, Lins (1998, p. 141) considera que Graciliano escreveu suas memórias de menino não somente por motivos literários, mas especialmente para libertar-se de lembranças opressivas e torturantes. "Escreveu a história de sua infância porque a detesta com amargura", e comenta com admiração o fato de o escritor referir-se aos próprios pais com tamanho realismo e, ao mesmo tempo, parecer não estar ligado a eles. Era como se não fosse na verdade a própria vida que revelava, e sim relatos imaginários que lhe surgia para compor a ficção. E ele, como expectador onisciente, assistia a tudo, conhecia o destino dos personagens, mas não cabia a ele, por piedade, modificar-lhes a sina e dar-lhes uma existência de realizações; porque seu modelo sempre fora a realidade.

De acordo com Nicola, é crescente, na obra de Graciliano, a tensão presente nas relações homem/meio natural, homem/meio social. Nesse contexto, onde a morte está sempre presente e o fim trágico é inevitável, a tensão gera relacionamento tumultuoso, capaz de esculpir o caráter das pessoas e modificar aquilo que elas possuem de bom. Essa tensão cresce sucessivamente em suas obras e torna-se ainda mais evidente na transição da

ficção para a realidade; de modo que atinge o ponto máximo em *Memórias do Cárcere*, livro no qual relata suas experiências na prisão, e que "ultrapassa o plano pessoal para retratar o Brasil em importante momento histórico, quando a convivência homem/meio social torna-se impossível" (NICOLA, 1988, p. 253).

Na época da ditadura, Graciliano viu-se obrigado a experimentar, por si mesmo, a situação do homem entregue ao próprio destino, castigado pela injustiça social. E pôde vivenciar bem de perto todas essas tensões geradas pelo meio e pelos semelhantes. Uma relação de confrontos na qual, por fim, todos são desgraçados, tanto os oprimidos como os opressores.

Álvaro Lins comenta que a autobiografia de Graciliano explica-lhe o caráter áspero e sombrio da obra, e que o criador impiedoso de *São Bernardo* e *Angústia* já estava no menino amargurado dos relatos de *Infância*. Esse autor acredita que Graciliano Ramos "encontrou no gênero memória uma forma de rara adequação para sua arte de escritor, para o seu estilo" (LINS, 1998, p. 141-142).

Os elementos necessários para erguer-lhe o monumento feito com palavras estavam sempre ao seu alcance, cercando-o bem de perto, fazendo dele um personagem de sua própria ficção. Quando a vida o oprimiu com duros castigos, já na meninice, fez sua infância ruim, mas ao mesmo tempo o endureceu – foi preciso virar tatu, como sugeriu Fabiano em *Vidas Secas* – para enfrentar a vida, e esta impiedosamente lhe apontou caminhos. À sua frente se estendia a sorte, que o levaria a ser um escritor crítico e politicamente engajado com os problemas de seu tempo, de sua terra e de sua gente.

Lins (1998) considera o prosador alagoano um artista da palavra, possuidor de uma concepção materialista da vida e dos homens, e que, com extraordinária perícia sobressai como conhecedor da alma humana. Toda a trajetória percorrida por Graciliano mostrou que não foi à toa que, como crítico, o julgamento do escritor, no que diz respeito ao ser humano, mostrara-se sempre negativista. Ele desenvolve em sua obra uma violenta sátira contra a humanidade. E com tamanha perspicácia realiza tal proeza, especialmente em *Vidas Secas*, que essa característica fez dele um artista magnífico, da mais excelente categoria.

Para mostrar o cotidiano das relações humanas em seus romances, um dos recursos utilizados por Graciliano era basear-se nas experiências vivenciadas por ele. Isso porque, em sua concepção, um escritor deve ter honestidade literária, comprometendo-se a descrever com sua arte aquilo que realmente conhece o suficiente para se arriscar a interpretar. Sobre isso menciona em *Memórias do Cárcere*: "só me abalanço a expor a coisa observada e sentida" (RAMOS, 2013, p. 41). Tal pensamento justifica o fato de haver em sua obra certas particularidades que são próprias do autor, tais como o temperamento retraído dos personagens, o costume de se autoavaliar e depreciar-se; o repúdio à burguesia e às injustiças sociais, dentre outras que denunciam certa semelhança das criaturas com o seu criador.

Narrando suas memórias, o escritor revela sua simpatia por aqueles que tinham coragem para se impor, para gritar e se fazer ouvir – introspectivo como Fabiano, o escritor comenta no capítulo XV de *Casa de Correção* que não se acha bom em falar em público. Em contrapartida, mentalmente se multiplicavam suas reflexões. A coragem doida dos que saíam às ruas em protestos e manifestações encantava o alagoano. Admirava-se da ousadia dos ativistas do Partido Vermelho e desejava conhecer de perto os revolucionários que foram arrebanhados no arrastão que a polícia fizera em Natal.

Até a época em que fora preso em 1936, não pertencia a nenhuma organização; embora o acusassem de ser comunista, ele não tinha ainda qualquer vínculo com o partido. Não se envolvia em movimentos ativistas porque sentia-se incapaz de realizar tarefas práticas em conjunto com outros. Saía-se bem no isolamento, trabalhando com a palavra escrita, instrumento que sabia usar muito bem. Contudo, envolto no negativismo que lhe era peculiar, em *Memórias do Cárcere* considerou que a sua arma, a do protesto escrito no papel, era fraca (RAMOS, 2013).

Conforme visto, a literatura contestadora de Graciliano, por uma necessidade real, passou do ficcional para a memória. E para chegar a isso, segundo Candido (2006), ele inicialmente narrou sobre costumes, percorrendo um caminho que penetrou a fazenda, o sertão, a cidade, até esbarrar nos domínios do cárcere. Nessa empreitada, envolveu os mais diversos tipos que, de uma forma ou de outra, passaram pela vida do prosador; alguns foram

inspirados em si mesmo. Não sendo dado ao pitoresco, tampouco ao descritivo, leva o leitor, sem rodeios, a apreciar personagens nas mais diversas esferas da representação humana.

O escritor Graciliano, portanto, montava as suas obras a partir daquilo que, de uma ou de outra forma, vivia e presenciava. Acrescenta-se a isso o fato de que a vida nem sempre lhe fora generosa, ao contrário, desde cedo esteve disposta a mostrar o seu lado amargo, opressor. A realidade que o cercou desde os primeiros anos influenciou-lhe a arte. Por isso, tanto no seu mundo ficcional como nos escritos memorialistas a sorte de suas criaturas já estava sentenciada: era-lhe necessário mostrar, por intermédio de seus escritos, indivíduos enfrentando constantes conflitos em meio a uma existência sofrida. E a ele competia observar, apreender os fatos, então, arrancar do sofrimento uma arte bela, refinada pelo poder de sua criação.

O autor que costumava ser um criador cruel, sem misericórdia de seus personagens, entra em seu próprio mundo literário, tornando-se um sujeito de destino tão incerto, e entregue à própria sorte, quanto as criaturas de sua ficção. Os relatos de agruras e opressão iniciados na infância, feitos na obra do mesmo nome, teve sequência durante o governo de Getúlio Vargas. A sina do menino alagoano estava determinada desde cedo: enfrentaria dissabores e, para ele, o destino não seria misericordioso, pois em sua trajetória enfrentaria as asperezas; mas a secura da vida lhe serviria de matéria para seus escritos.

Embora não combinasse com seu temperamento comedido expor-se em escritos confessionais, precisou fazê-lo para colocar para fora as angústias que lhe permearam a vida desde os primeiros anos. E que voltaram a intensificar-se com a prisão, que o fez passar por castigos desnecessários.

Vê-se que não foi sem razão que Graciliano se tornou um criador cruel, impiedoso com seus personagens de ficção. A vida nem sempre lhe mostrou sua face amável e acolhedora. E, como ele próprio comentou em carta endereçada à Irmã Marili Ramos:

Só conseguimos deitar no papel os nossos sentimentos, a nossa vida. Arte é sangue, é carne. Além disso não há nada. As nossas personagens são pedaços de nós mesmos, só podemos expor o que somos (RAMOS, 2011, p. 293).

E assim verdadeiramente se deu em suas obras: em cada um de seus livros, o autor empresta aos seus personagens algo de si e muito da realidade social brasileira. Por meio de sua escrita contestadora, revela seus pensamentos, suas ideologias. Suas criaturas experimentam pedaços de sua história e de seus conflitos interiores. Como ele próprio revela em *Memórias do Cárcere*, não se atreveria, como José Lins o fez em *O Moleque Ricardo*, a falar daquilo que não vivenciou de algum modo:

Conheceria José Lins aquela vida? Provavelmente não conhecia. Acusavam-no de ser apenas um memorialista, de não possuir imaginação, e o romance mostrava exatamente o contrário. Que entendia ele de meninos nascidos e criados na lama e na miséria, ele, filho de proprietários? Contudo a narração tinha verossimilhança. Eu seria incapaz de semelhante proeza: só me abalanco a expor a coisa observada e sentida (RAMOS, 2013, p. 40-41) .

Em outra passagem o narrador critica o contemporâneo por ele ter se afastado de suas memórias para falar de um presídio no qual nunca estivera:

[...] Estranhei ver José Lins afastar-se da bagaceira e do canavial, tratados com segurança e vigor em obras anteriores, discorrer agora sobre Fernando de Noronha, onde nunca estive. Um crítico absurdo o julgara simples memorialista, e o homem se decidia a expor imaginação envolvendo-se em matéria desconhecida. Pessoa de tanta experiência, de tanto exame, largar fatos observados, aventurar-se a narrar coisas de uma prisão distante. O indivíduo livre não entende a nossa vida além das grades, as oscilações do caráter e da inteligência, desespero sem causa aparente, a covardia substituída por atos de coragem doida. Somos animais desequilibrados, fizeram-nos assim, deram-nos almas incompatíveis. Sentimos em demasia, e o pensamento já não existe: funciona e para. Querem reduzir-nos a máquinas. Máquinas perras e sem azeite. Avançamos, recuamos – nem sabemos para onde nos levam. Zanguei-me com José Lins. Porque se havia lançado àquilo? O admirável romancista precisava dormir no chão, passar fome, perder as unhas nas sindicâncias. A cadeia não é um brinquedo literário (RAMOS, 2013, p. 574).

Na concepção do autor é preciso experimentar os fatos com veracidade para então colocá-lo no papel. Não se pode conceber o sofrimento alheio sem que dele se tenha provado. E tal foi a sua indignação que confessa que "quase" desejou que o amigo fosse preso:

O começo do livro de José Lins torturava-me. Quase desejei ver o meu amigo preso. Recusei a afirmação de que a presença dele não nos interessava. Se ele estivesse conosco, jogaria no papel com firmeza as nossas almas aflitas, a morte a pingar, dias, meses, em porões, em cárceres úmidos (RAMOS, 2013, p. 575).

Enfrentar a prisão e em especial a Colônia Correccional foi uma experiência por demais dolorosa para o escritor. E quem sabe até foi por isso que o destino lhe preparou tamanha armadilha. Condenando o escritor à prisão, a vida o recrutou para falar, por meio da própria experiência, sobre o bocado amargo que seus companheiros provaram no cárcere. A prisão o especializou para falar com perícia em nome de todos os presos políticos dos anos 30. Sem trilhar por esta senda escarpada, o Mestre Graça não deixaria o seu importante legado, dando oportunidade aos leitores de ver, ouvir e passear, através das páginas de seu livro, pelos domínios dos cárceres do Rio de Janeiro.

Na vida e na arte, Graciliano mostrou compromisso com o ideal de libertação humana. Por aqueles que estudam a sua vida e obra, é citado como sendo um cidadão engajado, homem de convicções, escritor revolucionário. E, foi exatamente graças a seu engajamento político e pensamento não conformista, revelado por meio de seus textos e palestras, que foi perseguido e levado ao cárcere, em 1936.

Se a desesperança e a desgraça circundam os personagens de Graciliano, isso não acontece exclusivamente a partir de seu posicionamento pessimista, vêm de fora, é produto de seu meio, fundamentado naquilo que observou e vivenciou ao longo de sua vida. Com sua capacidade criadora, o grande artista retira da angústia e da miséria a sua arte, que é bela, embora mostre o lado impiedoso da vida, a desgraça dos homens.

Em carta a Portinari, reproduzida por Moraes (2012), o escritor faz algumas reflexões sobre a questão da miséria e da desgraça retratadas na arte de ambos. Diz que artistas como eles são acusados de ser pessimistas e de exhibir deformações, quando, na verdade, a miséria e a deformação existem primeiramente fora da arte, cultivada, especialmente, por aqueles que lançam essa censura contra eles.

Em meio a tais questionamentos, Graciliano cita a beleza do quadro *Criança Morta*, que o impressionou e comoveu. E se horroriza com os pensamentos que lhe vêm à mente: "numa sociedade sem classe e sem miséria, seria possível fazer aquilo? Numa vida tranquila e feliz, que espécie de arte surgiria?". Em seguida, questiona o amigo dizendo: "Felizmente a dor existirá sempre, a nossa velha amiga, nada a suprimirá. E seríamos ingratos se desejássemos a supressão dela, não lhe parece?". Fazer arte num mundo de bondade, liberdade e igualdade seria retratar "anjinhos cor-de-rosa". E esse tipo de produção artística não lhe arrebataria a mesma emoção que lhe causou a pintura da "mãe a segurar a criança morta" (MORAES, 2012, p. 221). Tampouco os leitores pasmariam diante da impressionante história dos retirantes em fuga, descritos em *Vidas Secas*.

Na concepção de Graciliano Ramos, o ser humano é responsável pela miséria mostrada na literatura e na arte de modo geral. O trabalho do artista é captar a realidade e dar-lhe, por meio de seu talento, a aparência do belo. Admite, porém, que não seria interessante para a arte que a desgraça desaparecesse completamente da face da terra. Afinal, que espécie de obra artística brotaria da mão do artífice, se não houvesse sofrimento no mundo?

Ao longo da vida, por meio de sua arte, Graciliano manifestou sua visão crítica com relação ao período histórico em que vivia. De acordo com Oliveira (2013), em seus romances, o escritor apontou aspectos negativos da sociedade brasileira, principalmente as injustiças sociais. E não sufocou essa disposição contestadora, nem mesmo quando, por questões financeiras, no início da década de 40, viu-se obrigado a trabalhar como colaborador da *Revista Cultura Política*, diretamente vinculada ao governo.

Ao manifestar compromisso com a situação de exploração do trabalhador brasileiro, o escritor Graciliano faz de seus escritos um instrumento de luta, e dessa forma milita apresentando seu protesto à realidade política e social do país. Tudo que o mestre foi e viveu, de uma forma ou de outra, se reflete em sua obra. O repúdio à burguesia e às injustiças sociais; o temperamento retraído, o costume de autoavaliar-se e depreciar os próprios escritos, tudo isso revela a presença do autor, direta e indiretamente, em seus escritos.



Dez anos após a sua prisão, resolve escrever suas memórias. Nessa obra, o estilo contestador do alagoano, elemento sempre presente em sua prosa ficcional, se manifesta livremente, para apresentar suas denúncias. A árdua realidade do homem enfrentando os golpes desferidos pelas agruras da vida, desta vez não é ficção, trata-se de um depoimento autêntico, com pessoas e fatos reais. A brutalidade vivenciada no cárcere, proporcionada pelos caprichos de um governo infame, dera ao escritor a matéria-prima para aquele que seria seu último trabalho. Com *Memórias do Cárcere*, Graciliano encerra sua carreira de escritor engajado, revolucionário e contestador.

## CAPÍTULO II

### OS DOIS LADOS DA HISTÓRIA DO BRASIL DOS ANOS 30

#### 2. 1 A ditadura do Estado Novo: a história dos vencedores

Sabedoria há na frase proferida pelo jornalista e escritor Inglês conhecido pelo pseudônimo de George Orwell, quando diz "A história é feita pelos vencedores", e não sem razão comenta ainda "A linguagem política destina-se a fazer com que a mentira soe como verdade e o crime se torne respeitável, bem como a imprimir ao vento uma aparência de solidez"<sup>2</sup>. Ser propagador de pensamentos como estes faz com que Orwell, e muitos outros, estejam na lista dos simpatizantes de propostas anarquistas.

Ao que parece, desde sempre a história se repete: enxergar as reais intenções do poder gera conflitos. A luta entre pequenos e grandes é desigual e injusta. Os subjugados nem sempre resistem até o fim, para contar a própria história; então, triunfam os poderosos, e de posse da vitória e do poder da voz, podem contar ao mundo a história que melhor lhes convier.

Na atualidade, tendo a linguagem como aliada, o subjugado pode dar sua versão dos fatos. O que significa que nos dias de hoje há circunstâncias em que a história pode ser protagonizada pelos vencidos. Por outro lado, sabe-se que, ainda assim, o discurso do dominante fabrica verdades, seleciona e edita as cenas que deseja posteriormente como parte integrante da história. Nesse propósito muitos detalhes dos reais acontecimentos são camuflados, para que se mostre apenas o lado "digno" de ser revelado. Assim, os opositores da ordem constituída são antagonistas, inimigos que formam uma massa anônima, destituída de valor. Por outro lado, os representantes do poder fazem parte do elenco escalado para sobressair na trama, atuando como os verdadeiros heróis. Então, a história é enfeitada, e recortada para mostrar como exemplar o apagamento dos vencidos e o triunfo dos vencedores.

---

<sup>2</sup> George Orwell. "Politics and the English Language". A Collection of Essays Nova York, Doubleday, 1954. (Apud NASH, Paul. **Autoridade e liberdade na educação**. Rio de Janeiro, Edições Bloch, 1968, p. 100).

Para ilustrar tais pensamentos, existem inúmeras ocorrências que se evidenciam na história em derredor do mundo. Todavia, a esta pesquisa, interessa a história brasileira dos anos 30, na qual o ditador tirano e o pai dos pobres não são dois inimigos que se enfrentam em lados opostos; são, na verdade, as duas faces de um mesmo líder político. Para contextualizar o estudo proposto, apresenta-se, nesta seção, relatos que se divulgam, e que comumente se estudam nas escolas como sendo a versão oficial dos fatos que marcaram a história do Brasil no período conhecido como Estado Novo.

No século XX, conforme Nicola (1988) grandes transformações ocorreram no período de 1930 a 1945, no Brasil e no mundo. Com a quebra da bolsa de valores de Nova Iorque, a economia mundial sofre um colapso que afeta o sistema financeiro internacional, acarretando falências bancárias, rupturas nas relações comerciais, desemprego, fome e miséria em vários países. Essa Grande Depressão Mundial trouxe o agravamento de questões sociais e o avanço dos partidos socialistas e comunistas, causando choques ideológicos, especialmente com relação à burguesia nacional, que defendia um Estado autoritário voltado para o nacionalismo conservador, que apoiavam o militarismo e que tinham uma postura anticomunista e antiparlamentar.

Nessa época, a história política brasileira é marcada por revoluções e golpes, numa crescente disputa pelo poder. A revolução de 3 de outubro de 1930 desafia o domínio de poderosas oligarquias. A princípio a situação mostra-se favorável aos revoltosos. Em outubro, numa contrarrevolução, o Exército depõe o presidente Washington Luiz. "Após pôr abaixo o velho governo, começam as negociações para a transição do poder". Os generais resistem, ainda assim "apoiado nos velhos tenentistas e nos novos generais," o novo dirigente toma posse. Chega o fim da República Velha (PRIORE e VENANCIO, 2010, p. 249).

A euforia das campanhas eleitorais fizera vir à tona o descontentamento da classe média, que, representada por jovens oficiais militares, lutava por mudanças. As oligarquias desejavam os estados nos padrões antigos, porém os "tenentes" não apoiavam essa perspectiva, aliando-se a Getúlio Vargas, em seu propósito de reforçar o poder central. A política econômica de Vargas não só contrariava a oligarquia cafeeira, mas desfavorecia também à classe média

e à burguesia. Os confrontos entre os membros da Aliança Nacional Libertadora e a extrema direita se tornavam cada vez mais frequentes. A Revolução de 1930 e a ascensão de Getúlio contribuem para sacudir o país e trazer novos rumos para a história brasileira (NICOLA, 1988).

Segundo Silveira (1998, p. 20), eleito pela constituinte de 1934, Getúlio passara de chefe de um governo provisório para presidente, escolhido legalmente, por meio de votos de senadores e deputados. Logo que apossou-se da "legalidade", "passou a articular ostensivamente ou às escondidas, uma série de manobras e provocações visando a sua perpetuação no poder." A Ameaça Vermelha dera-lhe o pretexto de que precisava para executar suas pretensões, e exterminar o confuso e vacilante regime democrático brasileiro.

Em março de 1935, Getúlio decretou o Estado de Sítio. No ano seguinte, impedido de renovar o Estado de Sítio, arquitetou a farsa do Plano Cohen, que seria, supostamente, um atentado, de procedência comunista, visando a tomar-lhe o poder. Diante da Ameaça, pediu o Estado de Guerra, abrindo caminho para o golpe que viria a seguir. Aqueles que se opuseram no Congresso perderam o mandato, e processados pelo Tribunal de Segurança Nacional, recém-criado, foram apressadamente condenados e trancafiados na cadeia (SILVEIRA, 1998).

Conforme o historiador Boris Fausto, no processo político do início dos anos de 1930, dois eventos se destacaram: "a questão do tenentismo e a luta entre o poder central e os grupos regionais". Os quadros tenentistas serviram de instrumento de luta usados por Getúlio no combate a dominação das oligarquias estaduais no Nordeste e em São Paulo. O Nordeste tornou-se a área de maior atuação dos tenentes, alguns destes "provinham dessa área marcada pela extrema pobreza" (FAUSTO, 2012, p.189).

Nesse período, Integralistas e comunistas se confrontavam obstinadamente. Segundo Fausto:

Os integralistas baseavam seu movimento em temas conservadores, como a família, a tradição do país, a Igreja católica. Os comunistas apelavam para concepções e programas que eram revolucionários em sua origem: a luta de classes, a crítica às religiões e aos preconceitos, a emancipação nacional obtida através da luta contra o imperialismo e da reforma agrária (FAUSTO, 2012, p 195).

A política trabalhista do governo Vargas, tendo passado por várias fases, logo se apresenta como inovadora, se comparada ao período que a antecedeu. No entanto, favorecer a classe operária, segundo Fausto (2012), tinha por objetivo reprimir os esforços organizatórios da classe trabalhadora urbana fora do controle do Estado, e com isso obter o apoio ao governo. A colaboração da Igreja Católica e do Estado, que cada vez mais crescia na atuação de Vargas, fez com que a população católica apoiasse o novo governo, recebendo em troca medidas importantes, conforme seus interesses. No governo Vargas vários benefícios em favor do povo foram alcançados; porém, as iniciativas varguistas, em qualquer que fosse a área, possuíam sempre um teor autoritário e oportunista (FAUSTO, 2012).

Uma vez que Getúlio Vargas atendia a diversas expectativas da sociedade, tornou-se aclamado por muitos como grande líder: defensor da pátria, pai dos pobres. Pelos seus feitos louváveis, tornou-se a figura de maior expressão da história política brasileira. Em seu governo, houve preocupação em favorecer as pessoas de baixa renda, de modo que implementou uma série de leis de amparo ao trabalhador que resultou, por fim, na Consolidação das Leis Trabalhistas, firmada em 1943 (PRIORE e VENANCIO, 2010).

Contudo, Vargas não pretendeu agradar a todos. Com isso, durante o seu governo, um clima de revolta se apoderou do país, acirraram-se as disputas eleitorais, deflagravam-se as greves e multiplicaram-se as oposições partidárias. Atuando com o pretexto de proteger a nação de ameaças perigosas, Vargas mantinha a sociedade sob controle e vigilância. Grupos paramilitares agiam com violência para dissolver as manifestações opositoras. E nesse panorama de intrigas partidárias, homens e mulheres, políticos ou mesmo cidadãos comuns, que fossem divergentes dos ideais varguistas, sofreram repressões, foram perseguidos e encarcerados (CORTI, 2005).

Os opositores de Getúlio acreditavam que a ditadura no Brasil fora instituída para realizar uma tarefa de desentulho, e que só se daria por concluída após haver separado, “criteriosamente, o joio do trigo, os elementos imprestáveis, inadequados ou apodrecidos dos esteios bons que também se encontram sob os destroços da velha ordem”; qualquer passo em falso, os

adversários do governo perderiam a liberdade ou até mesmo a vida (TÁVORA, apud NETO, 2013, p. 15).

Com o apoio das forças armadas, Getúlio Vargas avançava aproveitando-se da situação política que lhe era favorável. Agindo em seu favor, a quartelada arranjava pretexto para perseguir e prender, não só membros do Partido Comunista, mas também os que apoiavam a Aliança Nacional Libertadora, que faziam manifestos de oposição ao governo ou eram simpatizantes dessas manifestações (PRIORE e VENÂNCIO, 2010).

No Brasil e no mundo, as tensões políticas exacerbavam-se. Com o surto da industrialização, as reivindicações sociais e trabalhistas ganhavam impulso. A Ação Integralista Brasileira (AIB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL) enfrentam-se violentamente, em mobilização de massas, pregando a transformação social do país. Os integralistas, pró-facistas e anticomunistas, apoiavam o modelo corporativo do Estado Novo português e se opunha à democracia liberal. Os aliancistas tendia para as táticas de frente popular, e assim reuniam liberais, socialistas e comunistas fazendo oposição às tendências que defendiam o fascismo, o imperialismo e o latifúndio. O comunismo passou a receber adesões de ex-militares, entre estes Luís Carlos Prestes, que se tornou presidente de honra da ANL.

Reunindo grande número de pessoas em comícios e atos públicos, a Aliança Nacional Libertadora passou à radicalização de seus posicionamentos em confrontos de rua com os integralistas. No manifesto de 1935, Prestes convoca o povo a formar um governo popular revolucionário. Após esse manifesto, apoiado na nova Lei de Segurança Nacional, Vargas dá uma resposta incisiva e autoritária aos embates entre aliancistas e integralistas, decretando o fechamento da ANL (MORAES, 2012).

Em novembro de 1935, no Nordeste e no Rio de Janeiro, eclodiram movimentos libertadores comandados por Luís Carlos Prestes. Os revoltosos pretendiam tomar o poder. No dia 23, irrompeu em Natal uma revolta contra o governo. Liderados pelos comunistas, sob a bandeira da ANL, o movimento ganhou adeptos e, com apoio popular, por 4 dias, um governo revolucionário esteve no poder. Os militares comunistas integrantes das fileiras do 21º

Batalhão de Caçadores deram início ao movimento insurrecional, instalando um comitê Popular Revolucionário como governo, tirando Rafael Fernandes do poder. À frente do levante, o presidente do sindicato da União dos Estivadores, João Francisco Gregório, dava orientação para que gritassem vivas a Prestes e a ANL (SUASSUNA; MARIZ, 2005)

De acordo com Ruy, e Buonicore, (2012, p. 81) fora essa a primeira vez que "milhares brasileiros organizaram-se em um movimento político que colocou as bases da luta pela libertação e desenvolvimento soberano da nação". Enquanto os aliancistas organizavam o preparativos revolucionários, o governo, secretamente informado sobre os planos dos adversários, articulou com eficiência a repressão. Deixou que os revoltosos agissem, então, prenderia, grande número de revolucionários, numa mesma ocasião.

Esse acontecimento foi o estopim para o início de um dos mais terríveis períodos de repressão na história do Brasil. Após o evento, a perseguição aos comunistas tornou-se ainda mais brutal. Filinto Müller, chefe de polícia de Getúlio Vargas deu início a uma furiosa caçada aos comunistas e demais pessoas que o governo enquadrasse na categoria de suspeito ou elemento subversivo. As perseguições se alastravam por todo o país. As prisões ficaram superlotadas. Improvisavam-se presídios para acomodar os presos. No Rio o navio *Pedro I* tornou-se em prisão, a fim de comportar o grande número de presos que ali chegavam (RAMOS, 2013).

Entre os considerados subversivos, encontravam-se os mais diversos tipos desde parlamentares, militares, sindicalistas, professores universitários, jornalistas, intelectuais e qualquer cidadão que fosse considerado inimigo da ordem pública. O presidente era querido e até mesmo idolatrado pela grande maioria da população brasileira, não seria fácil para a minoria a empreita de tentar destituí-lo do poder. E de posse dessa convicção, o ditador agia, abusando de plenos poderes (SILVEIRA, 1998).

Vargas sabia se impor para exercer o domínio. Sobre uns liderava mostrando sua face paternal de paz; sobre outros, dominava empunhando a espada da tirania. E nesse jogo político, com astutas estratégias se utilizou de

duas armas poderosas: a do benefício e a do castigo; afinal, conforme o pensamento de Nicolau Maquiavel:

Os homens têm menos pudor em ofender alguém que se faça amado do que alguém que se faça temer. O amor é mantido por vínculo de obrigação, que os homens, sendo malvados, rompem quando melhor lhes servir. Mas o temor é mantido pelo medo de ser punido, o que nunca termina (1996, p. 85).

Desta forma, o ditador tornou-se ao mesmo tempo temido e amado. Sua imagem de benfeitor garantia-lhe que se mantivesse no poder, com o apoio popular como grande aliado. "É melhor ser amado do que temido" assegura Maquiavel, "ou o contrário", acrescenta logo em seguida. Como não é fácil reunir as duas coisas, é preferível ser temido, porque "é muito mais seguro"; contudo, um governante sábio deve fugir do ódio (MAQUIAVEL, 1996, p. 84). Getúlio, astuciosamente, abraçou as duas estratégias. O povo o amava. E amando, confiava em seus métodos e ações, acreditava em suas "verdades" e era-lhe fiel. Os demais, aqueles que não o amavam, nem lhe deviam submissão e fidelidade, deveriam temê-lo. Assim, de maneira eficaz valeu-se de estratégia que lhe garantia a permanência no poder, como presidente-ditador, por um período ininterrupto de quinze anos, e novamente como presidente da República por mais três anos.

Em *Memórias do Cárcere*, Graciliano denuncia que de uma e de outra forma, o domínio imperava. Com relação às classes que apoiavam o governo Vargas, a violência era exercida de forma dissimulada. Assim, deixavam-se dominar, acreditando naquilo que o governo queria que acreditassem sobre os perigos que ameaçavam a pátria. E sem questionar aceitavam as medidas tomadas a pretexto de manter a ordem. Os meios de comunicação e instituições reproduziam o discurso dominante; de modo que a apreensão da ordem estabelecida, mascaradamente, era imposta sem que os sujeitos percebessem claramente que se deixam dominar. Com isso, o poder se exercia sem que fosse preciso aplicação de violência física, caracterizando o que Bourdieu (1989) chama de "violência simbólica".

Segundo o narrador encarcerado, o lado carrasco da atuação de Getúlio Vargas não se mostrava abertamente, era camuflado ou maquiado pela



atuação do Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP – que trabalhava em favor dos interesses do governo. Com sua face de bondade e de justiça, ao favorecer a classe trabalhadora, Getúlio conquistou, na memória do povo, a imagem do grande herói. E essa imagem é mantida e perpetuada através dos anos, mesmo quando se sabe que conquistar a confiança popular, por meio de concessão de leis e benefícios, era uma maneira inteligente e pacífica de exercer domínio sobre a classe trabalhadora. Tratava-se de medidas preventivas para ludibriar e evitar insatisfação por parte do povo.

De acordo com Arendt, o poder não pode ser substituído pela violência, pois a violência aniquila o poder. O poder só existe entre os homens enquanto prevalecer entre eles a ação conjunta; se eles se dispersam, o poder perde a sua eficácia. A força e a impotência combinadas comprometem o desenvolvimento do poder, então a tentativa frustrada em substituí-lo pela violência resulta em um governo tirano caracterizado pelo isolamento do governante em relação aos súditos, bem como dos súditos entre si, contrariando a condição essencial do ser humano de atuar em grupos; assim impelidos pelo medo e pela desconfiança os indivíduos são privados de agir e se comunicar entre os pares. Quando a impotência e a força faz surgir a tirania, esta forma de governo, mesmo que não seja reconhecida como tal, condena governantes e governados ao enfraquecimento e futilidade;

a tirania é incapaz de engendrar suficiente poder para permanecer no espaço da aparência, que é a esfera pública; ao contrário, tão logo passa a existir, gera as sementes de sua própria destruição (ARENDR, 2007, p. 215).

Entretanto, mesmo que tirania enfraqueça os seus governados impossibilitando-os de se organizarem e agirem em conjunto, se lhes resta por parte do tirano alguma "benevolência" para deixá-los agir mesmo em condições de isolamento, estes não são de todo aniquilados, pois podem ainda atuar e se expressar por meio de seus ofícios e artes. E sobretudo, existe para os súditos mais probabilidades de êxito em enfrentar a violência do que haveria para enfrentar o poder. E esses indivíduos tanto podem enfrentar essa violência "heroicamente, dispondo-se a lutar e morrer", como "estoicamente aceitando o

sofrimento e desafiando todos os tormentos através da autossuficiência e do afastamento do mundo" (ARENDDT, 2007, p. 215).

Por outro lado, em qualquer um desses casos, quer tenha estado na luta contra-atacando, resistindo ou se resguardando, pode-se considerar que a força e a integridade do indivíduo não são afetadas, afinal com base em Homero, a palavra herói não era atribuída unicamente aos homens de qualidades excepcionais que se destacavam pelos atos heroicos, mas era válida também para qualquer personagem participante da aventura troiana (ARENDDT, 2007).

Contudo, ao longo dos anos, a história não relata com detalhes os feitos de todos os homens que dela participaram, detendo-se excepcionalmente em engrandecer a atuação daqueles que detiveram o poder. Deste modo, com larga frequência aqueles que são conclamados como vencedores têm a sua história eternizada e tornam-se os grandes vultos nacionais; mesmo que para isso tenham feito uso da força e da violência para derrotar aqueles que lutaram pelos seus ideais.

Em seu texto "Sobre o conceito de história", Benjamin (1994) considera que a história transforma a imagem do passado em coisa sua. O historicismo, utilizando-se da empatia como método de trabalho, relata os fatos pelo ponto de vista dos que triunfam. Assim, os que dominam acabam sempre se tornando herdeiros dos heróis que os antecederam, e a empatia que se estabelece com o vencedor beneficia continuamente aqueles que dominam.

A história escrita sem que haja questionamento no sentido de esclarecer que condições previamente estabelecidas concorrem para que os poderosos prevaleçam sempre. Isso acontece porque "o historicismo, sob a aparência de uma pesquisa objetiva, acaba por mascarar a luta de classes e por contar a história dos vencedores" (GAGNEBIN, 1993, p. 54). O que significaria dizer que a história que se sobressai nos relatos oficiais, poderia ser outra; porém, se essa outra história não se concretizou, não foi por incapacidade dos sujeitos vencidos, mas porque, em luta desigual, a dominação se impôs sobre eles.

Ao escrever, o historiador tende a se identificar com o vencedor, porque é a respeito deste que existem mais informações, documentos e testemunhas.

Nessa perspectiva, a história agrega, em seu desenvolvimento, uma sequência de vitórias e triunfos relacionados àqueles que são os mais fortes, e com isso torna-se evidente que a condição necessária para autenticar a validade histórica não é outra senão a obtenção do sucesso. Desse modo, vencer diz tudo, por isso, todos que venceram, até o presente, ganham destaque no cortejo triunfal no qual aqueles que os dominam esmagam os que se atravessaram em seu caminho. E os despojos – que simbolizam os bens culturais – conquistados por meio de uma luta desigual, pertencem aos que triunfaram. Contudo, ainda assim existem "nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram". E para que a história seja escrita de outro modo, que não unicamente aquele que favorece o vencedor, o historiador deve ser metucioso e distanciar-se das versões existentes (BENJAMIN, 1994, p. 223).

Walter Benjamin em suas teses "Sobre o conceito da história", considera que nenhum discurso, sob a aparência de exatidão científica, pode se instituir como sendo a história verdadeira, acabada, a única possível. Para esse autor existe "cumplicidade entre o modelo dito objetivo do historicismo" e certo discurso "que se vangloria de ser a história verdadeira", ambos envoltos em uma aparência de exatidão científica idealizam uma história que atende a interesses específicos (GAGNEBIN, 2006, p. 40)

Portanto, com base nos estudos de Benjamin, uma outra história pode ser escrita, sem que necessariamente seja contada pelo ponto de vista do vencedor. A história pode ser compreendida de um outro ângulo se o historiador estiver disposto a adotar critérios próprios, desconsiderando as versões existentes, e dedicando-se, sem preconceitos, ao estudo dos fatos. Com isso, surgiria bases para uma percepção moderna "sobre as condições de possibilidade de compreensão do passado" (GAGNEBIN, 1993, p. 54).

Gagnebin comenta que, na concepção de Walter Benjamin, o historiador materialista deve empenhar-se na tarefa de escrever uma outra história que seria uma espécie de anti-história, ou aquilo que o teórico chama de uma história a "contrapelo", ou ainda a "história da barbárie, sobre a qual se impõe a da cultura triunfante". Se isso não acontece, a identificação com o vencedor continuará recorrente e os dominadores permanecerão sendo os herdeiros de todos aqueles que venceram antes deles, e, conseqüentemente, o benefício

continuará sendo atribuído àqueles que na ocasião são dominantes. Ou seja "Quem quer que, até hoje levou a vitória, marcha no cortejo do triunfo que conduz os dominantes de hoje por cima dos que hoje jazem por terra" (GAGNEBIN 1993, p. 57).

Em seu cortejo de triunfo, os vencedores levam os bens culturais. Esses bens culturais surgem pelo esforço dos gênios, mas também graças à servidão de seus contemporâneos que permanecem no anonimato. Por isso, todo documento da cultura torna-se ao mesmo tempo o documento da barbárie. Nem o documento da cultura, nem sua transmissão estão livres da barbárie, e isso é levado adiante na transmissão de uma pessoa a outra. Daí surge a necessidade de o materialista histórico distanciar-se dessas fontes existentes, sempre que possível. É tarefa sua, conforme tese VII de Benjamin, "escovar a história a contrapelo" (GAGNEBIN, 1993, p. 58), ou seja, mostrar outras versões além daquela que põem em evidência a atuação dos vencedores, apresentar relatos que complementem as lacunas deixadas pela história que se diz oficial.

Portanto, para escrever a história dos vencidos é preciso recorrer a uma memória que não conste nos relatos da história oficial. Com relação a essa particularidade, a filosofia da história, de Walter Benjamin, volta-se para a teoria da memória e da experiência, em seu sentido de vivências individuais. Não que com isso o historiador materialista pretenda apresentar o passado tal e qual ele de fato aconteceu, mas registrar no presente a possibilidade de um posicionamento diferente no futuro. Para isso, é preciso que haja uma experiência histórica que estabeleça um elo entre esse passado que foi escondido e o presente (GAGNEBIN, 1993).

De acordo com as teorias benjaminianas, a verdadeira narração toma como ponto de partida uma experiência, e essa experiência se liga a uma tradição viva e coletiva, característica proveniente das comunidades nas quais os indivíduos são separados pela divisão capitalista do trabalho e cuja organização coletiva é reforçada pela consciência de um passado comum, sempre presente nos relatos de narradores. Nessas comunidades pré-capitalistas, o passado comum e a experiência do trabalho prevalecem sobre a experiência individual. Porém, na atualidade, a memória comum tem sido

rapidamente destruída devido à evolução da sociedade capitalista. A memória tem sido reduzida à interioridade do indivíduo, como acontece nas narrativas de ficção (GAGNEBIN, 1993).

Por meio dessa experiência individual e ao mesmo tempo relacionada ao coletivo, surge a escritura de uma anti-história, visto que essa experiência permite reafirmar uma abertura para outro sentido do passado ao invés de encerrá-lo numa interpretação definitiva. Embora, para isso, seja necessária uma reconstrução voluntária que viabilize essa possibilidade, a fim de que seja possível alcançar o fio de uma história inacabada, e assim dar-lhe a devida sequência, uma vez que, para Benjamin, "o passado comporta elementos inacabados" e esses elementos esperam ser retomados para poder novamente reviver (GAGNEBIN, 1993, p. 62).

O historiador materialista deve empenhar-se em não permitir que essa memória desapareça, e deve cuidar para que essa seja conservada, de modo a colaborar na reapropriação desses segmentos de história omitidos pela historiografia dominante. Afinal "o passado pode ser salvo, mas pode também ser novamente perdido". Deve-se procurar impedir que a história dos vencidos permaneça no silêncio. O passado precisa ser guardado, conservado e libertado. Assim, é tarefa do historiador materialista regastar do esquecimento a história dos vencidos, e então proporcionar a libertação dos que foram dominados antes e que ainda o são no presente para que a esperança do passado não seja frustrada, uma outra vez (GAGNEBIN, 1993, p. 63).

Articular historicamente o passado, segundo concepções de Benjamin, não significa apreendê-lo exatamente igual ao que foi no momento em que se desenrolaram os acontecimentos, mas tentar tomar posse da lembrança na forma em que ela se passou em seu tempo real. Importa que o materialismo histórico consiga conservar uma imagem do passado como ela se formou para o sujeito histórico no momento em que se deu para ele o embate. Ser transformado em instrumento da classe dominante é um risco que ameaça tanto o conteúdo da tradição como também aqueles que o recebem. É preciso, ao longo do anos arrebatá-la a transmissão da tradição para tirá-la da esfera do comodismo que insistem em subjugar-la (GAGNEBIN, 1993).

Para Gagnebin (2006), o historiador vive no relativismo, e em seus relatos não pode dizer tudo que aconteceu no passado histórico. E o fato de não dizer tudo, faz com que os relatos apresentados por ele não estejam encerrados é uma verdade considerada indiscutível e exaustiva. Portanto, se existem detalhes da história não foram apreendidos e registrados pelo historiador, existem outras verdades que podem ser acrescentadas aos fatos apresentados por ele. Uma vez que a história não deve ser encerrada em única interpretação, é interessante que seja vista de outro modo, a fim de que seja revivida com uma outra significação.

Gagnebin (2006, p. 47) acredita que "lutar contra o esquecimento e a denegação é também lutar contra a repetição do horror". O passado histórico não pode ser modificado, mas pode ser resgatado e continuado, seja pela tarefa de algum historiador ou pela experiência pessoal de algum sujeito que sofreu opressão em contexto histórico que não foi narrado. A partir do testemunho de experiências vividas, individual e coletivamente, pode-se mostrar ao presente novos sentidos para a história existente, fazendo surgir uma anti-história, a história da barbárie que foi esquecida pela história oficial.

Com base no exposto, pode-se dizer que os que detêm o poder fazem a história, pelo menos aquela que se apresenta como relato oficial. Nessa, os fatos contados limitam-se a descrever os feitos dos vencedores, deixando de lado aquilo que não é importante. E nesse pensamento, ofuscam as lutas de classe, a atuação dos explorados, dos oprimidos, que, na história, fazem uma pequena figuração para que sobre eles os opressores triunfem. Uma história conformista, escrita do ponto de vista dos vencedores, descreve a atuação dos dominadores sem questionamento. Todavia, com base na certeza de que o passado não pode ser modificado, mas resgatado e continuado, entra em cena *Memórias do Cárcere*. Obra na qual o narrador, vítima da opressão política nos anos 30, recupera o passado histórico, tirando do esquecimento passagens que não foram mencionadas pelo discurso oficial. Desse modo, a partir de sua experiência, o escritor Graciliano Ramos reescreve uma história já conhecida, desta vez, narrada pelo ponto de vista dos vencidos.

## 2. 2 *Memórias do Cárcere*: a história não contada pelo discurso oficial

Graciliano Ramos, reconhecido pela crítica como um dos maiores expoentes da literatura nacional, em 1936, tachado de subversivo, foi sem maiores esclarecimentos levado ao cárcere, onde permaneceu por dez meses. Sua peregrinação pelos presídios do Rio de Janeiro, a qual começa com a pavorosa viagem no navio Manaus, resultou naquela que seria a sua última obra, considerada pelo historiador Werneck Sodr e como sendo a última dádiva deixada pela mão tr mula do artista que se despedia da vida e do ofício de escritor.

Em *Memórias do Cárcere*, a literatura se reveste da história para revelar outras “verdades” não contadas pelo discurso oficial. Contrapondo-se   hegemonia dos relatos oficiais, Graciliano Ramos reescreve a história do Brasil dos anos 30, revelando um outro lado observado do ponto de vista dos que foram subjugados e vencidos pelo poder. Nesse sentido, manifesta compromisso político e  tico com o grupo representado em suas memórias, ao mesmo tempo em que recupera uma história que se abre para novos sentidos, produzindo aquilo que Walter Benjamin denomina de uma história narrada a “contrapelo”.

Utilizando-se de sua literatura como um instrumento de luta e resistência, Graciliano apresenta protesto   tirania getulista e denuncia a a o da polícia que, durante o governo Vargas, agia com violentas repressões, prendendo e torturando aqueles que fossem contrários aos ideais da ordem vigente. Por meio de sua escrita contestadora, e a partir de sua experiência individual, associada às vivências de outros encarcerados, o escritor revela eventos obscuros que foram, por um lado, apagados pela história oficial; e por outro, arquivados na memória de homens e mulheres que protagonizaram episódios semelhantes àqueles vividos pelo narrador.

No Brasil dos anos 30, de posse de plenos poderes, Getúlio Vargas dava o seu recado: “manda quem pode, obedece quem tem juízo” (SILVEIRA, p. 123). A A o Integralista Brasileira e a Aliança Nacional Libertadora se enfrentavam em violentos embates. E em meio a esse cenário de intrigas partidárias, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) ditava as regras:

não se podia passar dos limites; e passar dos limites nada mais era que falar mal do novo regime, ou fazer qualquer tipo de oposição aos ideais getulistas. Até mesmo a indiferença ou neutralidade poderiam ser vistas como atitudes suspeitas. Os que se faziam inimigos do governo, não se moldando aos ditames do novo regime, estavam sujeitos a toda sorte de castigos, que poderiam iniciar com ameaça e evoluir para perseguição e prisão.

No Bar Central, em Maceió, onde se reunia um grupo de literatos, a crise política do país era assunto obrigatório. Todos do grupo eram antifascistas e antigetulistas, e entre eles estavam os romancistas Raquel de Queiroz, José Lins do Rego e Graciliano Ramos. Este último admite em suas memórias que em conferências, censurava o governo, embora, segundo Moraes (2012), costumava ser sutil, não citava nomes, nem ofendia a ordem constituída. Via com reservas as práticas políticas da Aliança Nacional Libertadora, porém apreciava os movimentos de mobilização antifascista promovido pelos aliancistas, e tinha grande admiração pelo desempenho político de Luís Carlos Prestes, líder comunista, adversário forte do governo.

Por essa época, irrompeu o movimento revolucionário em Natal e, logo em seguida, em Recife. Com o apoio popular, os revoltosos do Rio Grande do Norte se mantiveram no poder por quatro dias, mas logo foram detidos pelas forças armadas. Em Recife, realizaram uma marcha que, saindo do Quartel do Socorro, chegou ao centro da cidade, mas logo foi dissolvida pelas tropas do governo (MORAES, 2012).

Conforme Moraes (2012), enquanto estes importantes acontecimentos revolucionários tomavam forma em várias parte do país, o escritor alagoano, trancafiado em sua residência, escrevia os capítulos finais de seu romance *Angústia*, que logo seria publicado. Em Alagoas, a adesão ao movimento não foi além de muros pichados por militantes do Partido Comunista, convocando o povo a aderir à revolução. Todavia, embora houvesse ambiente favorável às manifestações de esquerda, não havia condições objetivas para irromper a revolução e a tomada do poder. Como temiam Alberto Passos Guimarães e o escritor Graciliano Ramos, a insurreição fora precipitada. A ANL, pelas falhas na organização e pela precipitação, conduziu ao fracasso as perspectivas de



vitória. E mesmo que conseguissem, por meio da revolução, destituir Getúlio do poder, os aliados de fora fariam intervenção em favor do ditador.

Os revolucionários foram derrotados. Desde então, a perseguição aos inimigos tornou-se ainda mais implacável:

Com respaldo no Exército de Góis Monteiro e de Eurico Gaspar Dutra, Vargas decretou estado de sítio, suspendendo as garantias constitucionais. As perseguições se disseminaram por todas as partes, superlotando as prisões com parlamentares, professores universitários, sindicalistas, militares, jornalistas, intelectuais e quem pudesse ser alcançado pela pecha de subversivo. Só em Recife foram para a cadeia 3 mil pessoas. No Rio, o Navio Pedro I se transformou em prisão flutuante para abrigar os excedentes da casa de Detenção. A Polícia Política institucionalizou a tortura em seus porões. O comunista alemão Harry Berger, que viera para o Brasil colaborar na preparação do levante, enlouqueceria com os maus-tratos sofridos (MORAES, 2012, p. 109).

Tais acontecimentos são também mencionados ao longo das memórias do escritor encarcerado. Graciliano conta que o caos fora instalado. Nenhum cidadão estava seguro: por qualquer mal-entendido ou maquinação caprichosa do inimigo, poderiam cair nas garras de um regime selvagem. Apoderara-se do país uma ditadura impiedosa. Sobre isso, acrescenta:

Ali estava o resultado: ladroagens, uma onda de burrice a inundar tudo, confusão, mal-entendidos, charlatanismo, energúmenos microcéfalos vestidos de verde a esgoelar-se em discursos imbecis, a semear delações. O levante do 3º Regimento e a revolução de Natal haviam desencadeado uma perseguição feroz. Tudo se desarticulava, sombrio pessimismo anuviava as almas, tínhamos a impressão de viver numa bárbara colônia alemã (RAMOS, 2013, p. 30).

Em 16 de março de 1936, de acordo com Silveira (1998), um navio descarregava, no cais do Rio, mais de 100 prisioneiros políticos, que logo após o fracassado golpe de 1935 foram arrebanhados do Nordeste. O destino desses homens e mulheres que, durante dez dias, viajaram amontoados no porão do navio, como uma carga sem valor, era a Ilha Grande e demais presídios do Rio de Janeiro. Os inimigos do governo, elementos considerados anarquistas, subversivos e suspeitos, eram provenientes de diversas classes e profissões, entre eles o escritor Graciliano Ramos. Conspiração de figurões

descontentes levaram o escritor a ser enredado numa trama que o colocou na lista dos subversivos, elemento pernicioso, inimigo da ordem pública.

As ameaças a Graciliano iniciaram-se na época em que ele trabalhava como funcionário da Instrução Pública de Alagoas; queriam amedrontá-lo. Os ideais revolucionários do escritor iam de encontro à ideologia dominante. Através de telefonemas o procuravam no trabalho. Como não se mostrasse intimidado, vieram as perseguições e, por fim, a prisão, conforme revela:

No começo de 1936, funcionário da Instrução Pública de Alagoas, tive notícias de que misteriosos telefonemas, com veladas ameaças, me procuravam o endereço (RAMOS, 2013, p. 17).

Nada de requerimentos: queriam visitar-me em casa. [...] nem um minuto supus que tivessem cunho oficial (p. 17).

[...] Osman Loureiro, o governador, se achava em dificuldade: não queria demitir-me sem motivo, era necessário o meu afastamento voluntário. Ora, motivo há sempre, motivo se arranja. Evidentemente era aquilo início de uma perseguição que Osman não podia evitar: constrangido por forças consideráveis, vergava; se quisesse resistir, naufragaria. [...] Os integralistas serravam de cima, [...] Demissão ninguém me forçaria a pedir. [...] (p. 18).

Quais seriam os meus crimes? Não havia reparado nos enxertos de 1935 arrumados na constituição. Num deles iria embrulhar-me (p. 39-40).

O alagoano odiava o capitalismo. Não era católico nem patriota, tampouco trabalhava segundo as manobras do governo, apadrinhando parentes de políticos, ou coisas do tipo. Suas ideias antiburguesas, seus pensamentos, considerados subversivos, eram revelados através de suas ações, palestras literárias e escritos considerados perniciosos ao governo, como ele próprio esclarece em alguns trechos de sua narrativa:

Dr. Sidrônio era católico, não escrevia, como eu, livros perigosos nem gastava em palestras inconvenientes nos cafés. Provavelmente me substituiria. [...] (RAMOS, 2013, p. 18)

Tolice reconhecer que a professora rural, doente e mulata, merecia ser trazida para cidade e dirigir um grupo escolar: fazendo isso dávamos um salto perigoso, descontentávamos incapacidades abundantes. [...] Essas incapacidades deviam aproveitar-se de qualquer modo, cantando hinos idiotas, emburrando as crianças. O emburramento era necessário. Sem ele, como se poderiam aguentar políticos safados e gerais analfabetos? [...] Ficava a estupidez: “Ouviram do Ipiranga as

margens plácidas.” Para que meter semelhante burrice na cabeça das crianças, Deus do céu?”( RAMOS, 2013, p. 20-21)

A Graciliano indignavam certas injustiças e estupidez gratuitas. Considerava inútil ensinar as crianças a cantar hinos e honrar a pátria, quando na verdade as pessoas favorecidas pelo sistema não seriam elas. Privilégios não são concedidos aos pobres. Como acontece no caso da professora do interior, mencionada em seu relato, que precisava ser transferida para a cidade por problemas de saúde, mas não lhe era possível, simplesmente por ela não ter quem a apadrinhasse.

Quando exerceu o mandato de prefeito de Palmeira dos Índios, falava contra o coronelismo. Não era conivente com a exploração de trabalhadores, tampouco com a corrupção do governo. Enquanto muitos abraçavam o novo governo, Graciliano não ocultava seu parecer: “Um governo corrupto disfarçava as mazelas e restaurava-se, coloria-se de novo, expunha-se a luz favorável” (RAMOS, 2013, p. 274).

Os motivos que poderiam ter contra o escritor não pareciam suficientes para levá-lo à cadeia. Mas o fato é que, segundo Ramos (2013), a polícia precisava executar sua selvageria com finalidade de impossibilitar qualquer ação considerada prejudicial à ditadura. Para o narrador de *Memórias do Cárcere*, a justificativa para tais desmandos era a seguinte:

O governo se corrompera em demasia; para aguentar-se precisava simular conjuras, grandes perigos, salvar o país enchendo as cadeias. Mas as criaturas suspeitas, e os homens comprometidos na Escola de Aviação, no 3.º Regimento, na revolução de Natal eram escassos, não davam para justificar medidas de exceção e arrocho, o temor público necessário à ditadura (RAMOS, 2013, p. 493).

Bastava receber denúncia de alguma atitude suspeita, executava a prisão, e os jornais aplaudiam. Desse modo, a polícia acabava prendendo qualquer cidadão sob a alegação de ser um elemento perigoso, e com isso, prendera até mesmo "um viajante alheio aos sucessos do Brasil" que apenas estava de passagem pelo país (RAMOS, 2013, p. 493).

Uma grande preocupação de Graciliano quando planejava escrever suas memórias era o fato de ser inevitável mencionar em sua narrativa episódios

envolvendo pessoas reais, citando seus nomes, afinal algumas poderiam preferir deixar o passado no esquecimento:

[...] me afligiu a ideia de jogar no papel criaturas vivas, sem disfarces, com os nomes que têm no registro civil. Repugnava-me deformá-las, dar-lhes pseudônimo, fazer do livro uma espécie de romance; mas teria eu o direito de utilizá-las em história presumivelmente verdadeira? Que diriam elas se se vissem impressas, realizando atos esquecidos, repetindo palavras contestáveis e obliteradas? (RAMOS, 2013, p. 11).

Contudo não era possível, narrar suas memórias sem misturá-las a histórias de outros encarcerados. Essa preocupação o fez retardar sua escrita, porém com tempo, decidiu-se, afinal sentia-se próximo do fim; além disso os próprios companheiros cobravam-lhe a tarefa. Alguns até contribuíram reavivando fatos esquecidos pelo narrador:

O receio de cometer indiscrição exibindo em público pessoas que tiveram comigo convivência forçada já não me apoquentava. Muitos desses antigos companheiros distanciaram-se, apagaram-se. Outros permaneceram junto a mim, ou vão reaparecendo ao cabo de longa ausência, alteram-se, completam-se, avivam recordações meias confusas – e não vejo inconveniência em mostrá-los. Alguns reclamam a tarefa, consideram-na dever, oferecem-me dados, lembram figuras desaparecidas, espicaçam-me por todos os meios. Acho que estão certos: a exigência se fixa, domina-me. [...] Ser-me-ia desagradável ofender alguém com esta exumação. Não ofenderei, suponho. E, refletindo, digo a mim mesmo que, se isto acontecer, não experimentarei o desgosto. Estou a descer para a cova, este novelo de casos em muitos pontos vai emaranhar-se, escrevo com lentidão – e provavelmente isto será publicação póstuma, como convém a um livro de memórias (RAMOS, 2013, p.13).

Em Viagens, parte inicial de sua obra, Graciliano narra o absurdo de como foi transportado grande número de presos no porão do navio Manaus. Já a caminho da embarcação, o quadro era aterrador: seguiam escoltados por homens armados. Um destes encostou o cano da arma às costas do escritor, o que lhe pareceu desnecessário e humilhante. Quando tentou evitar o contato, o soldado voltou a encostar-lhe a arma, desta vez num gesto mais provocador:

Ao pisar o primeiro degrau, senti um objeto roçar-me as costas: voltei-me, dei de cara com um negro fornido que me dirigia uma pistola parabellum. Busquei evitar o contato, desviei-me; o tipo avançou a arma, encostou-me ao peito o cano longo, o dedo no gatilho.

Certamente não dispararia à toa: a exposição besta de força tinha por fim causar medo, radicalmente não diferia das ameaças do general. Ridículo e vergonhoso (RAMOS, 2013, p. 102).

Tamanha foi a barbaridade que o escritor chegou a duvidar que a cena fosse real. Poderia tratar-se de alguma espécie de alucinação. Para demonstrar poder, os militares expunham os presos a situações de perigo extremo, que segundo o narrador, às vezes, devido à surpresa, nem percebiam direito a presença do mal.

Dias antes desse acontecimento, já havia sido alvo da ira de um outro militar. De passagem por Recife, o escritor, já na condição de prisioneiro, fora apresentado a um general, quando voltava de sua ida ao banheiro:

Finda a apresentação, o homem alto pregou-me um olho irritado:  
 – Comunista, hem?  
 Atrapalhei-me e respondi:  
 – Não.  
 – Não? Comunista confesso.  
 – De forma nenhuma. Não confessei nada.  
 Espiou-me um instante, carrancudo, manifestou-se:  
 – Eu queria que o governo me desse permissão para mandar fuzilá-lo.  
 – Oh! General! murmurei. Pois não estou preso? (RAMOS, 2013, p. 74)

Prudentemente, calou-se, afinal a conversa poderia ser interpretada como um desafio que ele, na posição de dominado, não estava em condições de lançar. Ali, subjugado, estava à mercê dos caprichos do inimigo raivoso.

Sendo arrebanhado com os demais presos para o navio, sentia-se como se fossem gados sarnentos necessitados de creolina. Não tinham escolha, a não ser deixarem-se levar pelos proprietários, vaqueiros de farda, armados, impacientemente empurrando a boiada para um banho de carrapaticida.

Dentro do porão, apossou-se do narrador a sensação de estar no fundo de um poço. Um cheiro forte, desagradável, empestava o ar. Uma mistura de suor e amoníaco. Terrível fedor que sufocava a boiada na quentura daquela fôrnalha ardente. Sentia a pele em brasas e via-se cercado de imundícies. Os pés afundavam num lodaçal, mistura de urina, vômito, resto de comida, e outros detritos. Homens, como se fossem bichos, uns sobre os outros num

"labirinto de redes, altas, baixas, do solo ao teto a emaranhar-se, a balançar com o movimento do navio" (RAMOS, 2013, p. 106).

No chiqueiro imundo, Graciliano, como um espião infiltrado em um submundo secreto, que a sociedade nem imaginava que existisse, observava e fazia anotações. O ofício lhe apontava a incumbência de apresentar ao mundo o relatório sobre os horrores daquela peregrinação. Enquanto isso, de posse de plenos poderes, Getúlio e seus aliados conquistavam a simpatia e o apoio popular, utilizando-se para isso de métodos ardilosos. Sem qualquer pudor, recorriam a mentiras e subterfúgios para avançar e alcançar seus objetivos.

Nos domínios do cárcere, os presos políticos vestiam pijamas sujos ou usavam apenas cuecas; fumavam cigarros ordinários e calçavam tamancos. Por cautela vestiam as roupas pelo avesso, para evitar que alguma mão habilidosa lhes esvaziasse os bolsos. Eram obrigados a familiarizarem-se com costumes bem diferentes daqueles que tinham no convívio social. Viviam como bichos. O desleixo nivelava os detentos, lá dentro pareciam todos iguais. Mesmo trancafiados viviam sob vigilância e constantes pressões psicológicas. Era alto o preço pago pelos inimigos do governo. À semelhança daquilo que aconteceu com o narrador, outros foram demitidos de seus empregos e sem processos ou julgamentos foram lançados na prisão, onde eram submetidos a toda sorte de humilhações.

A administração carcerária não se importava em diferenciar seus "hóspedes". Não havia regalias nem mesmo para um escritor de romances, de aparência inofensiva e saúde precária; cargos e títulos em nada valia para distingui-los de homens perigosos. Dessa forma, o escritor e outros presos políticos foram transferidos para a Colônia Correccional, onde estiveram em meio a ladrões e assassinos. Ao deixar esse presídio, o narrador externou o seu descontentamento:

- Levo recordações excelentes, doutor. E hei de pagar um dia a hospitalidade que os senhores me deram.
  - Pagar como? exclamou a personagem.
  - Contando lá fora o que existe na ilha Grande.
  - Contando?
  - Sim, doutor, escrevendo. Ponho tudo isso no papel.
- O diretor suplente recuou, esbugalhou os olhos e inquiriu carrancudo:
- O senhor é jornalista?

– Não senhor. Faço livros. Vou fazer um sobre a Colônia Correccional. Duzentas páginas ou mais. Os senhores me deram assunto magnífico. Uma história curiosa, sem dúvida. O médico enterrou-me os olhos duros, o rosto cortante cheio de sombras. Deu-me as costas e saiu resmungando:  
 – A culpa é desses cavalos que mandam para aqui gente que sabe escrever (RAMOS, 2013, p. 516).

A tirania se fazia presente por todos os meios. Os enfermos eram submetidos a exames médicos considerados inúteis, e não podiam confiar nos diagnósticos daqueles que desejavam matá-los, tampouco iriam ingerir os remédios recebidos no presídio; assim, os medicamentos eram despejados na areia, conforme evidencia-se na seguinte passagem:

Mais tarde receberíamos alguns frascos de remédio, que seriam despejados na areia do alojamento. Não tínhamos confiança na beberagem (RAMOS, 2013, p. 464).

O narrador denuncia que os carcereiros abusavam do poder, gritando comandos inúteis, unicamente para desassossegurar os prisioneiros. Acordavam no meio da noite com o berro de algum soldado. Tinham prazer em subjugar os presos, mostrando suas condições insignificantes naquele "curral humano":

– Formatura geral, gritou um negro lá da porta.

[...] vi a dois passos um soldado cafuzo a sacudir violentamente o primeiro sujeito da fila vizinha. Muxicões terríveis. A mão esquerda, segura à roupa de zebra, arrastou o paciente desconchavado, o punho direito malhou-o com fúria na cara e no peito. A fisionomia do agressor estampava cólera bestial; não me lembro de focinho tão repulsivo, espuma nos beiços grossos, os bugalhos duas postas de sangue. Os músculos rijos cresciam no exercício, mostrando imenso vigor. Presa e inerte, a vítima era um boneco a desconjuntar-se: nenhuma defesa, nem sequer o gesto maquinal de proteger alguma parte mais sensível. Foi atirada ao chão, e o enorme bruto pôs-se a dar-lhe pontapés. Longo tempo as biqueiras dos sapatos golpearam rijo as costelas e o crânio pelado. Cansaram-se enfim desse jogo, o cafuzo parou, deu as costas pisando forte, soprando com ruído, a consumir uns restos de furor. O corpo estragado conservou-se imóvel. Estremeceu, devagar foi-se elevando, aguentou-se nas pernas bambas, mexeu-se a custo e empertigou-se na fileira, os braços cruzados, impassíveis.

Todos em roda estavam assim, firmes, de braços cruzados, impassíveis. Nenhum sinal de protesto, ao menos de compaixão. Também me comportara com essa horrível indiferença, como se assistisse a uma cena comum. Éramos frangalhos; éramos fontes secas; éramos desgraçados egoísmos cheios de pavor. Tinham-nos reduzido a isso. Qual a razão daquela ferocidade? A cabeça fervia-me; as dores no pé da barriga tornavam difícil a posição vertical: debalde tentava aprumar-me, inclinava-me para a direita. Precisava

descansar. Já nem me importava saber a causa da sevícia imprevista. Falta ligeira: algum descuido, gesto involuntário, cochicho a perturbar o silêncio. Estávamos reduzidos àquilo. Derreava-me tanto que julguei perder o equilíbrio, estender-me na terra. O cafuzo viria levantar-me com a biqueira do sapato. Estávamos reduzidos a isso (RAMOS, 2013, p. 426).

Não sei quanto durou o suplício. Debandamos, houve uma lufa-lufa no arranjo das camas. Andei a capengar na multidão, em busca de Vanderlino. Alcancei a nesga de esteira, pude sentar-me, fumar. Os sucessos do longo dia misturavam-se, pesavam demais. Impossível dizer qualquer coisa. Estirei-me, caí num sono de pedra (RAMOS, 2013, p. 427).

Era essa a realidade do cárcere: submetidos à disciplina rigorosa, bastava uma denúncia de um indivíduo qualquer para trazer sobre eles os mais duros castigos. Alguns nem mesmo sabiam ao certo de que estavam sendo acusados ou por que eram castigados. Todavia, pela fúria de soldados ébrios e insensíveis, os presos sabiam que havia ali um desejo velado de castigá-los, de liquidá-los, e as ameaças não eram sem razão de ser.

Nem mesmo as mínimas condições de higiene eram proporcionadas aos detentos. De acordo com Ramos (2013, p. 430), o chá que lhes serviam, não era senão “água choca” na qual “boiavam cadáveres de moscas”; na farinha escura, havia excremento de rato, no feijão, deitavam potassa para cozinhá-lo depressa, e no café colocavam brometo, um tipo de anafrodisíaco.

O narrador testifica que, no Pavilhão dos Primários, o refeitório tinha cheiro de carniça, a comida intragável arruinava o estômago e o intestino dos presos. Sem notícia do mundo exterior, viviam em completo abandono. Homens de diversas classes e profissões eram submetidos a disciplina ridícula e, em obediência humilhante, curvavam a cabeça mesmo diante de um policial bêbado. Era “um milheiro de criaturas famintas a dormir em esteiras podres, monturo de chagas e vícios, a mucurama a roer carnes, os ladrões a apossar-se de objetos miúdos” (RAMOS, 2013, p. 317).

Entre os encarcerados estava também Luís Carlos Prestes, capitão do Exército Brasileiro, que, segundo relatos de Ruy e Buonicore (2012), estivera exilado, mas retorna clandestinamente ao Brasil, como líder comunista, incumbido de organizar e dar suporte ao movimento revolucionário de 1935. Olga Benário, sua companheira, o argentino Rodolfo Ghioldi, o casal alemão



Arthur Ernest Ewert, conhecido como Harry Berger, e esposa Elise, militantes do Partido Comunista que vieram com ele em missão de apoiá-lo, também foram presos.

As propostas de reformas dos aliancistas, consideradas radicais, fizera crescer a oposição a ANL. Após o movimento de julho de 1935, mesmo na ilegalidade, o movimento prosseguiu, e em 23 de novembro, eclodiu em Natal o Levante Comunista que visava tomar o poder; mas, estrategicamente, Vargas contra-atacou, revertendo a situação (RUY e BUONICORE, 2012, p.75).

Getúlio precisava fazer a população acreditar que agia em defesa da pátria. Era conveniente deixar que os revolucionários agissem primeiro, então poderia ser identificado como herói combatendo os inimigos do país. Ademais, teria a chance de prender muitos aliancistas, comunistas e simpatizantes de uma só vez. Após o fracasso da insurreição de 1935, o governo concedeu permissão "a polícia para agir como um mecanismo acima das leis a fim de capturar os 'revoltosos', livrando a nação do perigo que eles representavam" (DAVI, 2007, p. 7).

Em sua narrativa, Graciliano conta que "um dos chefes da sedição apanhara tanto que lá ficara em Natal, desconjuntado, urinando sangue" (RAMOS, 2013, p. 123). Ouvira falar da bravura dos revolucionários e desejava encontra-se com alguns deles. Quem sabe pelo menos para proporcionar-lhe esse prazer a prisão inútil lhe serviria.

Nas prisões imperavam as torturas físicas e psicológicas. Os detentos tinham pavor do incerto, e isso era uma estratégia para mantê-los sob uma tensão constante. Segundo o escritor, nunca lhes davam informações, não diziam para onde iriam levá-los, de forma que se mantinham na expectativa de "viajar", porém sem saber para onde, conforme o relato:

– "Viajar." Para onde? Essa ideia de nos levar de um lado para outro, sem explicações, é extremamente dolorosa, não conseguimos familiarizar-nos com ela. Deve haver uma razão para que assim procedam, mas ignorando-a, achamo-nos cercados de incongruências. Temos a impressão de que apenas desejam esmagar-nos, pulverizar-nos, suprimir o direito de nos sentarmos ou dormir se estávamos cansados. Será necessária essa despersonalização? [...] (RAMOS, 2013, p. 42).

Nada no presídio era sem razão de ser. A expectativa do que poderia vir em seguida era uma maneira de mantê-los sob tortura constante. Já estavam presos, privados da liberdade, impossibilitados de alertar a população sobre as ações do governo, de protestar em manifestações públicas, mas isso não bastava. Era preciso impor limitações, atormentá-los de todas as maneiras, tirando-lhes o direito de descansar ou dormir. Nem mesmo ali mal acomodados podiam desfrutar de algum sossego. O poder iria reduzi-los, até que estivessem completamente triturados.

E assim, os presos estavam sujeitos ao regime carcerário, aos policiais inimigos, e a outros presos. Eram submetidos a ordens descabidas, como ser despertados repentinamente, do sono, para estar nas fileiras da formatura, de braços cruzados, sem que houvesse para isso uma justificativa coerente. Caso houvesse visitas no presídio, eram solicitados a descruzar os braços, para não causar má impressão aos de fora.

Os agentes do governo buscavam em congressos e em notas oficiais abafar os rumores e notícias de maus-tratos aos prisioneiros, porém era prática corriqueira nas prisões submetê-los a torturas físicas e psicológicas, com finalidade de obter-lhes informações e delações, conforme evidencia-se nos trechos a seguir:

Via-me submetido a cegos caprichos de inimigos ferozes, irresponsáveis, causadores de males inúteis. Essas trapalhadas obedeciam certamente a um plano; em vão me esforçava por entendê-las e propendia a julgá-las estúpidas. Sem dúvida tencionavam provar-nos que eram fortes, poderiam fazer conosco um jogo de gato com rato. Ao mesmo tempo, em notas oficiais e em discursos badalados no Congresso, tentavam abafar tênues rumores, notícias vagas de maus-tratos. A liberdade de imprensa funcionava contra nós, achava o governo excessivamente generoso, e essas mentiras me davam a certeza de que a reação ainda precisava enganar o público e não dispunha de muita força, como nos queria fazer supor. O interesse dela, pensei, estava em conservar-nos longe dos porões e da Colônia Correccional. Pretendia decerto causar-nos medo, oferecer-nos duro escarmento. Se não aguentássemos a prova, se rebentássemos, para que lhe servira isso? E, se resistíssemos, iríamos divulgar lá em cima fatos ocultos aos contribuintes do imposto, da missa, do carnaval e do cinema (RAMOS, 2013, p. 330-331).

No pensamento do narrador, o governo, tencionando estabelecer superioridade, demarcava seu território para mostrar quem mandava. Para isso, não hesitava em causar males inúteis a qualquer cidadão fosse ou não verdadeiramente um agitador. Pretendia impor o medo, mostrar que detinha o poder e poderia usá-lo.

Forçados à alienação, médicos, militares, advogados e líderes políticos tornaram-se inúteis no cárcere, onde comiam do mesmo pão, alimento imundo que lhes dava nojo. Graciliano relembra também em suas memórias que reduzidos a parasitas, distraiam-se jogando xadrez, cujas peças inicialmente foram feitas de um cabo de vassoura, esculpidas com arte primorosa por Vanderlino Nunes, jornalista que, após deixar a prisão, conforme comenta Mercadante (1994), dividiu com o ex-companheiro de cárcere um quarto de pensão no Rio de Janeiro.

Conforme denuncia o narrador, em *Memórias do Cárcere*, a administração carcerária tendia a uniformizar pessoas, como se elas fossem grãos que um moinho tritura, não se importava se estas pessoas resistiriam ou seriam facilmente pulverizadas. Todos, de igual modo, estavam lá como inimigos do Estado. Os que tinham protetores escapavam, os demais permaneciam detidos, não para ser redimidos de suas infrações, disciplinados e devolvidos à sociedade, mas para ser humilhados, torturados e até mesmo para morrer. A prisão era um modo eficiente de manter os indivíduos sob a condição de dominados, uma forma de silenciá-los; mas ainda assim, a força que atuava sobre eles não conseguia sujeitá-los integralmente<sup>3</sup>.

Em resistência passiva lutavam pela sobrevivência. Alguns se intimidaram, mas nem todos se dobravam. Mesmo sob constante vigilância, os presos resistiam à alienação. Aos encarcerados, resistir era crucial. Precisavam sobreviver para, em dias futuros, propagar ao mundo o lado obscuro da Era Vargas que nem todos podiam perceber. Ter sobrevivido possibilitou a Graciliano mostrar a realidade dos perseguidos que na atualidade tornou-se bem conhecida, mas na época tratava-se unicamente de rumores que Getúlio e seus aliados conseguiam abafar.

---

<sup>3</sup> Concepção foucaultiana retomadas no capítulo III

Miranda (2011) comenta que por meio de sua literatura, Graciliano ressuscita a experiência vivida na prisão, de modo a confrontar o passado com o presente. Como dos apontamentos iniciados no cárcere nada restava, cabia à memória perfazer o caminho de volta, vencendo o nevoeiro mental a fim de libertar o passado do esquecimento. E assim dedicou-se a sua escrita sem se preocupar com métodos, fazendo idas e vindas conforme as lembranças iam surgindo, sem forçar-se a recriar os vazios deixados pela memória, conforme relata na seguinte passagem:

Não me agarram métodos, nada me força a exames vagarosos. Por outro lado, não me obrigo a reduzir um panorama, sujeitá-lo a dimensões regulares, atender ao paginador e ao horário do passageiro do bonde. Posso andar para a direita e para a esquerda como um vagabundo, deter-me em longas paradas, saltar passagens desprovidas de interesse, passear, correr, voltar a lugares conhecidos. Omitirei acontecimentos essenciais ou mencioná-los-ei de relance, como se os enxergasse pelos vidros pequenos de um binóculo; ampliarei insignificâncias, repeti-las-ei até cansar, se isto me parecer conveniente (RAMOS, 2013, p. 14).

Era preciso pagar a dívida que tinha para com os companheiros que lhe encomendaram o livro e cumprir a aquilo que dissera ao médico ao deixar o presídio na Ilha Grande. Pagaria a hospitalidade que lhe fora dada no cárcere, para isso deram-lhe material considerável (RAMOS, 2013).

Para trazer de volta a história e dar-lhe significado, restou-lhe a palavra. Com a escrita de *Memórias do Cárcere*, Graciliano reaviva a lembrança esquecida do domínio opressor e preserva a solidariedade para com a comunidade dos encarcerados. Assim quita a dívida com os companheiros.

Suas memórias recuperam o passado contrapondo a história dos que triunfaram, expondo a luz imagens diferentes de outras já vistas. Esse processo, segundo Miranda (2011), permitiu a Graciliano narrar uma história que antes não fora descrita em seus pormenores. Desse modo, proporciona uma ruptura na continuidade no discurso que triunfa e vence continuamente. As novas imagens se encarregam de descortinar e recriar aquilo que, por ter sido considerado insignificante, ficou oculto na história mostrada até então.

Escrever é reagir. Pelos relatos do escritor, o suplício de anônimos é resgatado. A vitória conquistada nessa empreitada é compartilhada pelo

narrador com os demais companheiros; pois a denúncia de violência cometida a qualquer um deles representa sofrimento experimentado por todos. Mesmo atuando num campo minado, movendo-se em território demarcado pelo inimigo, Graciliano rompe o cerco e introduz vozes divergentes que vão de encontro a repetição do monólogo maçante reproduzido pela história do Brasil. *Memórias do Cárcere* cumpre seu papel de libertar o passado da alienação que lhe é imposta e confere ao leitor a incumbência de examinar os fatos que lhe chegam por meio de uma nova abertura e assim refletir sobre a história a partir de outras perspectivas (MIRANDA, 2011).

Para registrar a história dos anos 30, do ponto de vista dos vencidos, como Graciliano registrou, foi preciso que se tornasse um deles. E assim, dez anos após a opressão sofrida no cárcere, a história da ditadura varguista ressurgiu acompanhada de novos detalhes. *Memórias do Cárcere* conta um outro lado da história; desta feita, vista pela ótica daqueles que foram vencidos. No dizer de Walter Benjamin, uma história narrada a contrapelo.

Sem alardes ou enfeites, e conservando o mesmo modo sucinto e seco de narrar, Graciliano Ramos retira de suas memórias uma outra versão para a história existente, contrariando, assim, os relatos oficiais que eternizaram Getúlio Vargas como o grande líder aclamado pelo povo.

## CAPÍTULO III

### LITERATURA, HISTÓRIA E RESISTÊNCIA NAS CONFISSÕES DO CÁRCERE

#### 3.1 *Memórias do Cárcere*: uma escrita de testemunho

Em estudos literários, aprende-se que, ao analisar uma obra, não se deve confundir o autor com o narrador de primeira pessoa, pois, de acordo com Gancho (1995), o narrador, elemento estruturador da história, é uma entidade literária de ficção cuja existência se restringe ao texto; neste caso, a vida pessoal do escritor não interessa à análise de uma narrativa, como forma de justificar a postura do narrador. No entanto, em *Memórias do Cárcere*, literatura de testemunho, o autor e o personagem estão fundidos num só. O narrador “Fulano” não é senão o mesmo Graciliano, escritor de romances que, graças ao posicionamento considerado nocivo ao governo, foi, sem esclarecimentos, levado de sua residência por um oficial que agia em nome do Estado.

Isso implica dizer que a obra que poderia ser tão somente uma narrativa de ficção, na verdade, é um depoimento autêntico, escrito sem artifícios literários, com a finalidade de apresentar denúncia contra os desmandos cometidos pelos representantes do poder, no Brasil dos anos 30. O escritor perseguido apresenta, na qualidade de narrador testemunha, depoimento sobre a história política brasileira, relatando aquilo que sofreu, viu e ouviu sobre as atrocidades cometidas contra os presos que foram trancafiados na cadeia pela Polícia comanda por Filinto Müller.

O testemunho, fonte de eventos reais, constitui uma modalidade da memória. De forma que os estudos sobre narrativas testemunhais tem se desenvolvido nas últimas décadas justamente porque a memória vem, desde então, ganhando lugar de destaque. O depoimento de sobreviventes de eventos catastróficos é valioso para a sociedade porque apresenta compromisso com o real, assim sendo tais testemunhas "representam exemplo únicos daqueles que viram de perto atrocidades inomináveis"; por isso, são porta-vozes dessas verdades (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 73).

Em *Memórias do Cárcere*, ao denunciar os desmandos ocorridos durante a ditadura, o narrador fala não somente por si mesmo, mas também pelo outro. Isso acontece porque de acordo com Seligmann-Silva as situações de catástrofes históricas, como acontece em ditaduras que cometem abuso contra determinada parcela da população, resultam em uma memória do trauma que "é sempre uma busca de *compromisso* entre o trabalho de memória individual e outro construído pela sociedade" (2008, p. 67. Grifo do autor).

Narrativas de testemunho como a do escritor Graciliano nos dias atuais têm sido redescobertas e valorizadas, porque narram as memórias dos que foram ultrajados pelo poder, e esses atos de memória dos que sofreram abuso estabelecem relação com o passado e trazem ao presente eventos que, para Sarlo (2007), são fontes históricas.

A literatura de testemunho volta-se para o "contexto da contra-história, da denúncia e da busca pela justiça", de acordo com Seligmann-Silva (2005, p. 89). A partir da vivência traumática, surge a necessidade de testemunhar, e na tentativa de obter a atenção do outro para ouvi-la, a testemunha pode recorrer à literatura. Porém, a narrativa de testemunho não se enquadra na categoria da ficção, pois não se trata de uma invenção do artista, mas de uma "verdade estética" conforme destaca o autor.

De acordo com as pesquisadoras Valeria de Marco (2004), Kamilly Silva (2006) e Évila de Oliveira (2014), a literatura de testemunho relaciona-se diretamente com história de luta e violência. São depoimentos traumáticos que surgem da necessidade de depor para denunciar as atrocidades cometidas contra grupos, cuja memória é deixada no esquecimento pelo poder em vigor.

Por tratar-se de uma categoria surgida há pouco tempo, a definição para esse tipo de literatura ainda se apresenta não muito clara; sendo relacionada muito mais à questão da violência do que propriamente ao testemunho que se volta para o registro da memória histórica de uma determinada época (OLIVEIRA, 2014).

De acordo com Oliveira (2014), mesmo que o século XX seja caracterizado pelo desejo inovador, é nele que se verifica o maior interesse da

volta ao passado. Motivados por narrativas relacionadas ao holocausto judeu, os discursos de memória passaram a ter destaque na Europa e nos Estados Unidos. Relembrar atos infames que marcaram a história é uma maneira de manter viva a memória das vítimas. Como consequência desses eventos que cada vez mais se tornavam intensos, surgiram os textos testemunhais.

Os trabalhos relacionados à escrita de testemunho, de acordo com Oliveira (2014), desenvolveram-se especialmente graças às contribuições de Jean Norton Cru, que, durante a Primeira Guerra Mundial, interessou-se pela escrita de testemunho dos soldados. Em seus estudos, o escritor destacou o uso do diário por considerá-lo fonte de exatidão fundamental. No Brasil as pesquisas que abordam temas relacionando a literatura à violência, coincidem com períodos de redemocratização pelos quais passaram o país.

Conforme Marco (2004), a novidade surgiu devido à grande demanda de textos testemunhais inscritos para um concurso latino-americano, fazendo-se necessária a criação da categoria *testimonio* entre os gêneros literários, a fim de que se elaborassem critérios para consolidar-lhe a estrutura e viabilizar-lhe a avaliação da nova categoria. Manuel Galich, um dos membros do Júri do Prêmio Casa das Américas, definindo o termo diz que o testemunho difere da reportagem por ser amplo, mais profundo e possuir qualidade literária superior; distingue-se da ficção, já que se propõe a ser fiel aos fatos reais, e difere também da biografia, pois, enquanto esta relata a vida de um sujeito guiada por interesses de cunho individual, o testemunho, além da memória individual, resgata também a experiência de um ou mais indivíduos mediante a importância que eles representam para determinado contexto social. Além disso, traz ao presente à memória de grupos que compartilharam de situações semelhantes, aquelas vivenciadas pelo depoente no mesmo contexto histórico-social. O testemunho, portanto, apresenta "compromisso político com as lutas sociais, e até mesmo um discurso de contraponto a uma versão hegemônica da História" (MARCO, 2004, p. 50).

Marco (2004) argumenta que, na esfera da crítica direcionada para os textos testemunhais da América Latina, existem duas interpretações para o conceito de Literatura de Testemunho. Uma das vertentes se desenvolve na área de estudos da literatura latino-americana, a outra que sobressai nas



reflexões voltadas para as questões sobre o holocausto. A primeira definição para o testemunho seria proveniente das formulações apresentadas pelos jurados que compunham a comissão examinadora do Prêmio Casa das Américas, em 1969, e outra que surge a partir de 1980, tendo como marco o testemunho de Rigoberta Menchú escrito por Elisabeth Burgos, a partir de depoimentos coletados por meio de entrevistas. Os testemunhos mediados foram subdivididos em testemunho romanceado e etnográfico, ou sócio-histórico. Neste último, o autor edita os relatos da testemunha e acrescenta-lhe um prólogo ou notas explicativas, a fim de evidenciar a separação entre os dois discursos que compõem o texto. No outro tipo, denominado de romance-testemunho, ou pseudotestemunho, o autor lança mão de "elemento de composição da ficção para recriar eventos violentos a partir de relatos da testemunha e de vários tipos de documentos" (MARCO, 2004, p. 47).

Com base nos estudos de Luiza Campuzano, Caldas (2010) apresenta uma classificação simplificada para o novo gênero que seria: testemunho não mediado, ou direto, e testemunho mediado, ou indireto. A primeira modalidade engloba em sua estrutura relatos de memória, diários e crônicas nas quais o editor e o depoente são a mesma pessoa. No testemunho mediado, ou indireto, o texto se desenvolve com base em outros discursos que seriam entrevistas, biografias e outros pré-textos, que devem servir como fonte de informação para a construção do texto mediado.

Desse modo, a narrativa de testemunho tornou-se uma extensão da literatura que, a partir dos anos 70, tem crescido e se destacado, fazendo com que a história literária seja repensada com base no questionamento de seu compromisso com o real. Um real que não deve ser confundido com aquele presente no romance realista e naturalista, mas o real que deve ser percebido do ponto de vista freudiano do trauma, de relatos que não se submetem à representação ficcional (SELIGMANN-SILVA, 2005).

Portanto, na categoria denominada romance-testemunho, discutida nas apreciações de Valeria de Marco, ou testemunho direto, conforme apreciações de Barbara Caldas, encaixa-se *Memórias do Cárcere*, objeto de estudo desta pesquisa. Nessa obra o narrador, por meio de seu depoimento sobre a história brasileira dos anos 30, revela compromisso político com as lutas sociais, sendo

solidário à memória do outro e, ao mesmo tempo, produzindo discursos que se contrapõem à hegemonia da versão apresentada pelos relatos oficiais. A memória dos encarcerados, evidenciada no testemunho de Graciliano, contesta a história brasileira que apresenta tão somente o lado da atuação de Vargas, e que faz dele o grande herói que trouxe benefícios à classe operária e mudanças significativas para o país.

De acordo com Sarlo (2007, p.37), “Todo testemunho quer ser acreditado, mas nem sempre traz em si mesmo as provas pelas quais se pode comprovar sua veracidade, elas devem vir de fora”. E, de fato, circundando os relatos das perseguições e prisões de que fala Graciliano Ramos, existe todo um contexto histórico que serve para validar, passo a passo, a sua narração.

Na obra de Graciliano, essa contextualização é evidente; além disso, o escritor referencia seu testemunho citando, em diversas passagens, nomes e sobrenomes de muitos que compartilharam com ele os infortúnios do cárcere, proporcionados pela tirania do Estado, conforme consta no primeiro capítulo de *Casa de Correção*:

via em redor médicos, engenheiros, advogados, jornalistas, oficiais do exército, gente que, meses atrás, lia e jogava xadrez no Pavilhão. A ausência de operários deu-me uma indicação: provavelmente estávamos na Sala da Capela, destinada a burgueses e intelectuais. Mas porque não estavam ali Rodolfo Ghioldi, Sérgio, Valério Konder, os Campos da Paz? (RAMOS, 2013, p. 552-553).

Alheio às conversas, detinha-me na observação do ambiente e passava os dedos nos pelos ásperos do rosto. Além de Castro Rebelo, divisei os outros dois professores da universidade: Hermes Lima e Leônidas de Resende. Também avistei Gikovate e Karacik, os médicos judeus, Francisco Mangabeira, Agildo, Moreira Lima, Sisson, Apporelly, Cascardo. Várias personagens, vistas anteriormente, formavam grupos na sala vasta e só mais tarde as reconheci (RAMOS, 2013, p. 553).

Portanto, existem em torno do trabalho do alagoano vários elementos que lhe servem de autenticação para validar a sua história. O seu testemunho é verdadeiro, porque os fatos que ele evoca em suas lembranças se entrelaçam à memória compartilhada por outros indivíduos, até mesmo por aqueles que não tendo sido presos no período da ditadura, compartilham desse contexto histórico de algum modo.

As repressões, perseguições e prisões que levaram homens e mulheres a se arruinarem em cárceres superlotados, comendo mal e dormindo em péssimas condições, não constam nos anais da história, tampouco, na época, chegaram ao conhecimento do povo, por meio do rádio ou jornal. Se em dias atuais esse lado obscuro da história é bem conhecido de todos, deve-se isso, especialmente, à memória de vítimas e de parentes daqueles que testemunharam de perto a atuação malévola de um governo corrupto e autoritário que criava razões para prender seus opositores e deixar definhar em prisões até mesmo aqueles que foram presos por engano, como mostra o narrador citando o caso de Eusébio:

Entre os sujeitos ali reunidos, atentei num velho encorpado, vermelho, de óculos, muito sério, visto dias antes na fila, à hora da boia. Conversamos essa noite, e descobri que ele se notabilizava por vários motivos: falava polaco, citava com abundância versículos da Bíblia e era danadamente reacionário. Precisava desabafar e segredou-me confidências: fora preso por engano; sim senhor, engano, calúnia de inimigos [...] Chamava-se apenas Eusébio. Tinha um cargo público (ou não tinha: provavelmente o haviam demitido) e era pequeno proprietário (RAMOS, 2014, p. 372).

Eusébio alimentava esperanças de que presos como ele e o escritor não seriam mandados para a Colônia Correccional. Ele por não ter nada a ver com as intrigas partidárias e Graciliano por ser um homem que, na concepção desse detento, merecia consideração. Quanto a isso, o narrador não se iludia, sabia que ali, tais argumentos não eram levados em conta.

Havia entre os detentos outros casos semelhantes a este, como a história contada ao narrador em *Pavilhão dos Primários*, por Anastácio Pessoa que também "estava ali por equívoco" (RAMOS, 2013, p. 217). A verdade é que, depois que se efetuava a prisão, mesmo que o engano fosse constatado, a polícia decidia manter o inocente na cadeia para evitar problemas ao governo.

Para tirar do esquecimento a memória dos que foram trancafiados na prisão, a fim de ser inutilizados e silenciados pelo poder ditatorial, surgiu, em depoimento escrito, o testemunho detalhado e verdadeiro de quem esteve entre os encarcerados. Aos desavisados, *Memórias do Cárcere* poderia ser

visto como narrativa de ficção, um romance baseado em eventos reais, no qual o narrador-personagem chamado de “Fulano” ou “Fulano de Tal”, é escritor de romances. O fato é que o relato, nada tem de fictício, é verídico: Graciliano Ramos tornou-se um personagem que iria entrar para a própria obra.

Uma história real que salta da literatura e figura também em publicações que tratam da biografia do autor. Desse modo, o eu-narrador em *Memórias do Cárcere* não é personagem da ficção do artista, como acontece com Luís da Silva, narrador de *Angústia*, e Paulo Honório, narrador de *São Bernardo*. A narrativa traz um depoimento real, na qual o autor reconstrói o panorama histórico brasileiro na época da ditadura getulista e descreve os detalhes da violência cometida contra os presos políticos.

Quis o destino, não gentil e cruel, que o escritor alagoano estivesse entre aqueles que foram presos pela polícia política durante o conflituoso governo de Getúlio Vargas, a fim de que ele pudesse ali testemunhar os caprichos e as aberrações do fascismo nacional. E ele, vivendo a própria ficção, como se fosse um escritor-personagem infiltrado no porão do navio Manaus, rumo aos presídios do Rio de Janeiro, relata suas impressões:

Inútil, ocioso, a vagar à toa, ouvindo a parolagem dos grupos, tentando familiarizar-me – e o trabalho abandonado. Nunca me vira sem ocupação: enxergava na preguiça uma espécie de furto. Necessário escrever, narrar os acontecimentos em que me embaraçava. Certo não os conseguiria desenvolver: faltava-me calma, tudo em redor me parecia insensato (RAMOS, 2013, p. 132).

Atento a tudo que ocorria em sua volta, observava e fazia anotações. Culpava-se pela impossibilidade de executar com êxito a sua tarefa. Sentia-se como que responsável pela incumbência de apresentar, aos de fora, o relatório a respeito do tratamento a que era submetido os presos levados ao submundo criado pelo governo.

Descrevendo esse momento vivido, o narrador escreve:

Havia-me imposto uma tarefa e de qualquer modo era-me preciso realizá-la. Ou não seria imposição minha esse dever: as circunstâncias é que o disciplinar o pensamento rebelde, descrever o balanço das redes, fardos humanos abatidos pelos cantos, a arquejar

no enjoo, a vomitar, as feições dos meus novos amigos a acentuar-se pouco a pouco. Não nos encontramos todos os dias em tal situação; de alguma forma devia considerar-me favorecido. Ao chegar, sentira-me atordoado, mas nem uma vez me viera a ideia de estar sendo vítima de injustiça (RAMOS, 2013, p. 132).

O cenário degradante era uma visão do inferno: o porão do navio Manaus era um chiqueiro imundo, e eles, bichos amontoados uns sobre os outros. Mesmo antes de chegarem aos domínios da prisão propriamente dita já estavam sendo punidos. E segundo Ramos (2013, p. 117):

Muitas daquelas criaturas ignoravam que delito lhes imputavam. Na verdade não imputavam: mantinham-nas em segregação, e isto devia bastar para convencê-las. Com o andar do tempo, chegariam a dar razão à justiça nova.

O próprio narrador não sabia ao certo por qual motivo o havia prendido, embora fosse consciente de que, segundo os enxertos feitos na constituição de 1935, poderiam arranjar algo para incriminá-lo. Contudo, não desperdiçou tempo em vitimar-se proclamando-se inocente, antes, empenhado em seu ofício, sentiu-se favorecido pela oportunidade de presenciar os acontecimentos podendo percebê-los pelo mesmo ângulo que aqueles que desceram ao porão do Manaus rumo ao cárcere.

Desta forma, pôde testemunhar de perto a história de brasileiros e até mesmo de estrangeiros que foram impiedosamente torturados no cárcere, entre eles o estudante de direito Francisco Chermont, filho de Abel Chermont, senador que fora arrancado violentamente de sua residência por apresentar no Senado discurso de oposição aos desmandos selvagens cometidos pela ditadura policial reinante (RAMOS, 2013).

O ofício falava-lhe alto a todo instante, impulsionando Graciliano a escrever, mas escrever não era uma tarefa permitida a um preso, especialmente se esse detento fosse um escritor de ideias consideradas perniciosas ao governo. Em decorrência disso, as anotações feitas no camarote do padeiro, durante a viagem no porão do navio, tiveram que ser lançadas ao mar, para evitar maiores problemas, conforme revela em *Viagens*: "Não resguardei os apontamentos obtidos em largos dias e meses de

observação: num momento de aperto fui obrigado a atirá-los na água" (RAMOS, 2013, p.14). Do mesmo modo, aquelas que mais tarde foram escritas nos domínios da prisão, sob ameaça de rigorosa revista, foram igualmente deixadas para trás.

Com sua escrita, Graciliano pretendia ir além de um simples desabafo descontente de quem foi injustiçado pelo poder. Desde o início, tencionava, representando o grupo dos encarcerados, contestar o governo, revelando a outra face da atuação de Vargas, que se escondia por trás de uma máscara de bondade e de justiça, para conquistar o apoio popular (SODRÉ, 2004).

Tinha consciência de que o resgate do passado poderia falhar em alguns momentos; porém não era intenção sua preencher as lacunas deixadas em sua memória, recorrendo à sua capacidade de criação literária. Em vista disso, para preencher passagens que já não estavam bem nítidas em sua mente, alguns companheiros que viveram com ele a experiência do cárcere, reapareceram com propósito de ajudá-lo a lembrar acontecimentos e detalhes que eventualmente tivesse esquecido.

Por tratar-se de relatos pessoais, o testemunho é subjetivo, por isso é narrado comumente em primeira pessoa, particularidade que inicialmente causou a Graciliano notório desconforto. Após certa relutância por parte do escritor, para facilitar a narração, decide usar a primeira pessoa; entretanto, confessa que, nesse caso, o pronome "eu" lhe soa irritante, visto que, desta vez, a obra não é um trabalho de sua imaginação:

Desculpo-me alegando que ele me facilita a narração. Além disso não desejo ultrapassar o meu tamanho ordinário. Esgueirar-me-ei para os cantos obscuros, fugirei às discussões, esconder-me-ei prudentemente por detrás dos que merecem patentear-se (RAMOS, 2013, p. 16).

A hesitação em usar em suas memórias o narrador de primeira pessoa mostra que Graciliano não pretendeu retratar-se como personagem de destaque, dando ênfase a sua experiência pessoal, mas tencionava recriar a realidade, apresentando como protagonistas aqueles cujas ações e atitudes fizeram por merecer tal realce. Essas palavras evidenciam a preocupação do escritor em testemunhar sua história, não como sendo ele o centro da

narrativa, por ser um literato, escritor de obras publicadas, mas como cidadão comum, personagem que, nesse contexto, não ocupa destaque central. Desse modo, torna-se evidente que não é apenas a sua história que pretende registrar, mas a de um grupo de indivíduos que, conforme ele próprio testemunha, confinados, revelavam-se por inteiro em virtudes, e muito mais em imperfeições, e que eram diferentes em classe, profissões e ações e complexos demais para ser entendidos; contudo, ele, Graciliano, fez o possível para tentar compreendê-los e, assim, tornar-se representante de suas memórias:

Há entre eles homens de várias classes, das profissões mais diversas, muito altas e muito baixas, apertados nelas como em estojos. Procurei observá-los onde se acham, nessas bainhas em que a sociedade os prendeu. A limitação impediu embaraços e atritos, levou-me a compreendê-los, senti-los, estimá-los, não arriscar julgamentos precipitados. E quando isto não foi possível, às vezes me acusei (RAMOS, 2013, p.13).

E mais adiante comenta:

Fiz o possível por entender aqueles homens, penetrar-lhes na alma, sentir as suas dores, admirar-lhes a relativa grandeza, enxergar nos seus defeitos a sombra dos meus defeitos. Foram apenas bons propósitos: devo ter-me revelado com frequência egoísta e mesquinho. E esse desabrochar de sentimentos maus era a pior tortura que nos podiam infligir naquele ano terrível (RAMOS, 2013, p. 15).

No mundo novo no qual foi inserido, mediante as situações experimentadas no confinamento, o narrador reflete sobre a própria situação enxergando-se também a partir do comportamento do outro. A prisão serviu-lhe para revelar muito de seu "eu" interior e também do mundo interior dos que estavam em sua volta, seus discursos, conflitos, maneiras de enxergar a realidade, e demais coisas que ali chegavam ao alcance de sua percepção. Nesse processo de reflexão, procurando entender aquilo que cada detento abrigava no íntimo, descentra sua escrita de si e revela o universo interior de outros indivíduos.

Naquele contexto os homens estavam despidos de suas vaidades, mais pareciam bichos, lutando pela sobrevivência. O escritor constantemente emprestava os ouvidos aos companheiros. Interessava-se por suas histórias, e

se fez amigo até mesmo de criminosos "de verdade" como aconteceu com Cubano e Gaúcho mencionados em suas memórias. Observava em seu derredor a atitude dos companheiros na hora da boia. Uma insignificância que certamente não seria suficiente para alimentar alguém. O quadro o impressionava:

numerosas pessoas devorando sôfregas, insensíveis à porcaria e ao cheiro teimoso de podridão. O olfato, o paladar e a vista acomodavam-se às circunstâncias. E havia um clamor surdo. Evidentemente não se abalçariam a pedir qualquer coisa. Mas achavam-se esfomeados, novecentos indivíduos esfomeados a procurar migalhas nos pratos vazios. Gestos aflitos, desespero nos rostos, um sussurro a aumentar, queixa longa. Não os inquietava a qualidade: atormentava-os a insuficiência da refeição torpe (RAMOS, 2013, 437).

Enquanto a cena se desenrolava, o escritor, como se fosse um narrador que não participa da história, observava. Obstina-se a chupar o cigarro sem disposição para provar o alimento intragável. Era capaz de entender o que os companheiros sentiam. Embora parecesse indiferente, lamentava o destino daqueles personagens, mas não podia modificar-lhes a sina.

De acordo com Bosi (2007), em *Memórias do Cárcere* o narrador-testemunha não está preocupado em interpretar os fatos, ou apresentar conclusões a respeito do drama político dos companheiros, avaliando a história de cada um, tampouco satura a sua narrativa de discussão ideológica, como acontece com outros relatos de encarcerados, mas como observador arredio e perplexo transmite, com detalhes, aquilo que capturou. Graciliano consegue transformar a memória de fatos históricos em construção literária e, ainda, manter o seu compromisso com a realidade objetiva. Tanto que o testemunho, gênero que se presume idôneo e verídico, alcança determinado grau de objetividade, e, portanto, engloba a memória individual e a memória histórica.

Com base nos estudos de Walter Benjamin, Gagnebin (1982) ressalta que o historicismo, sob a alegação de praticar uma pesquisa objetiva, por meio de erudição maçante se detém a revelar unicamente aquilo que a ideologia dominante deseja que seja revelando. Com isso acaba por desprezar certos detalhes do passado que ficam no esquecimento, como por exemplo, eventos históricos relacionados a lutas de classe. Em contrapartida, na literatura de



testemunho, é o oposto que acontece. A escrita testemunhal ocupa-se em descrever exatamente os detalhes do passado que ficaram no esquecimento. Por meio da experiência da testemunha recuperam-se eventos aos quais o historicista não atribuiu importância. E o ponto forte desse tipo de relato está no fato de o testemunho mostrar o acontecimento histórico observado do ponto de vista dos subjugados, daqueles que, oprimidos em luta desigual, apresentam resistência e se manifestaram contra a tirania dos opressores.

O depoimento de Graciliano denuncia a ação oculta da polícia que, agindo em nome do governo, condenava à prisão homens e mulheres simplesmente porque estes manifestavam publicamente posicionamento que iam de encontro às ideologias do poder constituído. E para dominar sobre seus "supostos" inimigos, Getúlio e demais representantes do poder contaram com o apoio da igreja, militares, meios de comunicação e, até mesmo, da população, embora, para isso, tivesse que manipular a consciência do povo por meio de verdades fabricadas, para favorecer-se.

Portanto, o testemunho de experiências traumáticas em contextos de repressão e tortura, como acontece em *Memórias do Cárcere*, é, segundo Silva (2006), apresentado como contramemória, pois revela o que o discurso dominante tenciona apagar. Dessa forma, o depoente revela aquilo que foi destinado ao esquecimento. Por essas razões, a narrativa de testemunho vem sendo concebida como um outro modo de registrar ou reescrever fatos históricos. E essa combinação entre a história e a memória forma grandes constituidores de sentido; então, por associar esses dois elementos à literatura, a escrita de testemunho tem alcançado importância crescente, status de valor.

Em algumas narrativas de testemunho, os depoimentos podem estar permeados pela ficção, embora tragam em sua essência denúncias reais. Em *Memórias do Cárcere*, porém, o ficcional e o factual não se misturam, visto que o autor se propõe a ser fiel aos acontecimentos vivenciados por ele e demais prisioneiros. Deste modo, as memórias de "Fulano", o narrador encarcerado, são ao mesmo tempo relatos verídicos, acontecimentos testemunhados pelo grande escritor.

Por outro lado, deve-se considerar que, mesmo que a obra confessional apresente fatos presumivelmente verdadeiros, os relatos trazidos ao presente por meio da memória são, como acontece também no trabalho do historiador, uma reconstituição do real, sendo na verdade um resgate de acontecimentos passados recuperados por meio da linguagem. De modo algum poderia ser considerado uma reconstrução fidedigna da realidade original em toda sua essência. Sobre isso também o narrador apresenta algumas reflexões:

Nesta reconstituição de fatos velhos, neste esmiuçamento, exponho o que notei, o que julgo ter notado. Outros devem possuir lembranças diversas. Não as contesto, mas espero que não recusem as minhas: conjugam-se, completam-se e me dão hoje impressão de realidade. Formamos um grupo muito complexo, que se desagregou. De repente nos surge a necessidade urgente de recompô-lo. Define-se o ambiente, as figuras se delineiam, vacilantes, ganham relevo, a ação começa. Com esforço desesperado arrancamos de cenas confusas alguns fragmentos. Dúvidas terríveis nos assaltam. De que modo reagiram os caracteres em determinadas circunstâncias? O ato que nos ocorre, nítido, irrecusável, terá sido realmente praticado? Não será incongruência? Certo a vida é cheia de incongruências, mas estaremos seguros de não nos haveremos enganado? Nessas vacilações dolorosas, às vezes necessitamos confirmação, apelamos para reminiscências alheias, convencemo-nos de que a minúcia discrepante não é ilusão (RAMOS, 2013, p. 15).

Nesse sentido, os enunciados de *Memórias do Cárcere* constituem um processo de produção de sentido que faz a história e a literatura interagirem dialeticamente. Uma vez que o testemunho de Graciliano traz à tona elementos da realidade, sua escrita abrange tanto a memória quanto a história. E ainda faz com que as memórias de um indivíduo se transformem em eventos que ultrapassam a esfera do singular, para alcançar uma abrangência maior, estabelecendo, assim, por meio de sua literatura, um diálogo que sai do particular para alcançar o universal (SILVA, 2006).

A obra de Graciliano busca reconstruir com veracidade fatos vivenciados por ele dez anos passados, sendo uma narrativa que, segundo Bosi (2007), não se classifica como historiografia, tampouco como ficção, é testemunho. E, portanto, mesmo que o livro memorialista de Graciliano traga um depoimento subjetivo, não se pode dizer que a obra esteja restrita à memória de um único sujeito, mas de toda uma coletividade.

### 3. 2 A história dos silenciados nas memórias de Graciliano

Nos fins de 1935, o Brasil vivia um clima de grandes tensões políticas: o país estava alerta. As novas mudanças, trazidas pelo governo, eram favoráveis para uns, desastrosas para outros. Getúlio Vargas, de posse de plenos poderes, estabelecia com a sociedade uma relação de controle e vigilância. O comunismo era apresentado pelo governo como uma ameaça perigosa para o Brasil, e assim, sob o pretexto de defender o pátria do perigo que se avizinhava, o presidente decretou Estado de Sítio e, desde então, aqueles que eram vistos como inimigos perigosos passaram a ser perseguidos.

Entre os considerados uma ameaça ao governo, havia também aqueles que não eram de fato ativistas, integrantes da Aliança Nacional Libertadora, tampouco do Partido Comunista, mas que repudiavam as ações do governo e aplaudiam o desempenho de militantes da oposição. Um desses perseguidos, por ter ideais revolucionários e ser simpatizante do comunismo, era escritor de romances inovadores, de teor político, portanto, tinha com ele a linguagem como instrumento de denúncia; por isso foi preciso calá-lo. Contudo, a prisão e as humilhações sofridas no cárcere não foram suficientes para calar o escritor, antes deu-lhe excelente matéria para suas memórias. A hospitalidade recebida no cárcere foi paga por Graciliano Ramos por meio de seu depoimento à história política do Brasil dos anos 30.

Relatos como os do escritor alagoano, que resgatam história de lutas de classes e resistência dos que são subjugados pelo poder, nem sempre são citadas por historiadores. Contudo, importa ao povo brasileiro saber que a história é feita de omissões, de dominadores e dominados, e que os heróis mencionados nos anais da história são também opressores, déspotas.

Na história do Brasil da década de 1930, portanto, há um lado que não está ao alcance de todos. Fora dos presídios, o povo enaltecia Getúlio, por ter a convicção de que seu governo era favorável à população. E que as medidas drásticas que a polícia tomava, agindo em nome do estado getulista, tinham a finalidade de promover a ordem pública. Era necessário proteger os brasileiros dos conflitos e manifestações de revoltosos, que ameaçavam o destino da nação. As perseguições, as torturas, as injustiças cometidas pelos que

exerciam o poder durante a ditadura eram um assunto não oficial, comentado nos bastidores, até porque a imprensa funcionava a favor do governo.

Na época em que foi preso, Graciliano trabalhava como funcionário da Instrução Pública de Alagoas. Indivíduo de pensamento livre e ideais de esquerda, revelava abertamente sua insatisfação e repúdio à atuação do Governo. O governador Osman Loureiro estava sendo forçado a demiti-lo, mas, por amizade, não o fazia. Mesmo pressionado, o escritor resistiu e não se demitiu como desejavam que o fizesse. Como não se dobrava perante as ameaças recebidas, era preciso silenciá-lo pela força. Assim sendo, tornou-se mais um dos muitos inimigos que Getúlio tentou calar mandando para a cadeia.

No dia 3 de março de 1936, Graciliano foi abordado em sua residência. E o mais surpreendente, segundo revela em *Memórias do Cárcere*, foi o fato de que o oficial que o prendeu era, não coincidentemente, o mesmo tenente que em tempos passados solicitou a aprovação de uma sobrinha que fora reprovada em exame prestado na instituição na qual ele era inspetor. Não atendeu-lhe ao pedido, por considerar tal procedimento inconcebível.

As repressões do governo estavam apenas começando, e dia após dia, o número dos perseguidos multiplicava-se. Os desmandos varguistas imperava por toda parte, destituindo indivíduos de seus cargos para admitir aqueles que eram de sua confiança, e por intrigas políticas homens e mulheres eram pegos em arrastões pela polícia e trancafiados em cárceres que se tornavam abarrotados. Três dias após a sua prisão, o escritor leu, em um jornal de Recife, que "Prestes havia sido preso na véspera" (RAMOS, 2013, p. 60).

Em *Viagens*, o narrador conta que no navio Manaus foram despersonalizados, eram todos iguais, vidas insignificantes. Alguém preveniu a Graciliano de que viajavam entre eles vagabundos e ladrões. Certamente fazia parte da repressão desqualificar os presos políticos. Por isso, foram transportados num porão imundo, misturados a toda sorte de elementos. Enredados numa "aglomeração confusa de bichos anônimos e pequenos, aparentemente iguais, como ratos" (RAMOS, 2013, p. 175), eram tão somente mercadoria ordinária que seria entregue nos presídios do Rio de Janeiro.

Livres dos infortúnios do navio, o escritor e demais prisioneiros viram-se numa secretaria, onde três funcionários hábeis iriam convenientemente arrumá-los no papel. Desta vez, resolveram personalizá-los, diferenciá-los a partir de meia dúzia de quesitos. O sujeito que o interrogou não permitia que o quesito religião ficasse sem resposta como Graciliano sugerira. "Então escreve. Nenhuma." –, acrescentou. Mas daquela forma também não poderia ser. Capturados pelo governo autoritário, tinham que se moldar ao querer daqueles que lhes davam ordens, ou faziam ameaças veladas, mascaradas sob forma de orientação. Alguns, intimidados pela insistência, se disseram católicos ou espíritas. Todavia, desagradava ao narrador ser obrigado encaixar-se numa religião para evitar problemas maiores. Lembrou-se "da advertência injuriosa: – "É conveniente". Não cedeu (RAMOS, 2013, p.176). Afirmar que tinha um Deus para ser encaminhado a um lugar razoável, era acanalhar-se.

O escritor e o médico Sebastião Hora, presidente da Aliança Nacional, que, segundo o narrador, também deveria ter deixado a mesma questão sem resposta, seriam encaminhados para o Pavilhão dos Primários. Outros companheiros do Manaus iriam para as galerias. Não dava ainda para saber o que tudo aquilo significava. Que vantagens ou desvantagens teria em ser mandado para esse ou aquele lugar, mas com certeza em cada procedimentos havia a intenção, oculta ou revelada, de mantê-los sob pressão.

Os revolucionários, por aqueles dias, eram presos aos montes. E ele, Graciliano, o narrador "Fulano", era considerado um deles. Estando no cárcere, acabaria por encontrar-se com algum dos revolucionários de Natal, dos quais ouvia falar. Agradava-lhe a possibilidade de vê-los de perto. O romancista os via com bons olhos, despertavam-lhe a curiosidade aqueles que saíam às ruas em movimentos que faziam protestos, e que declaravam abertamente oposição ao governo. Eram homens corajosos que trabalhavam em conjunto e realizavam tarefas práticas, revolucionários autênticos, a quem o título fazia jus. O escritor, embora fosse considerado um deles, não se reconhecia como tal, era somente um literato que não tolerava os desmandos do governo, não se curvava diante dos poderosos, mas era, segundo a sua própria definição, um revolucionário teórico chinfrim, que não pertencia a nenhuma organização, e cujas "armas, fracas e de papel, só podiam ser manejadas no isolamento"

(RAMOS, 2013, p. 31). Era acusado de ser comunista, porém naquela ocasião sequer tinha ligação com o Partido, conforme esclarece no capítulo V de sua obra: "[...] eu não podia considerar-me comunista, pois não pertencia ao Partido; [...]" (RAMOS, 2013, p. 37). Mais adiante comenta: "Quanto a mim achava-me tranquilo. E não me recordava de haver piado uma sílaba que ofendesse a autoridade" (RAMOS, 2013, p. 76). Portanto, o narrador deixa claro que militava por meio de seus escritos, mas não participava de movimentos, tampouco fazia críticas diretas às autoridades. Todavia, aprovou ao governo considerá-lo perigoso, digno de ser recolhido ao xilindró.

Em *Pavilhão dos Primários*, o narrador relembra a imagem admirável de Rodolfo Ghioldi, secretário do Partido Comunista argentino. Comenta que, mesmo estando na prisão, o comunista arriscava-se demais. Os companheiros suspeitavam que esse sujeito era vigiado e temiam que fosse transferido para a Colônia Correccional, a fim de enfrentar piores condições. Ser mandado para outra prisão era uma ameaça terrível que os mantinha alerta, o castigo era aterrorizador.

Rodolfo Ghioldi fazia conferências. A cadeia não o intimidava, a frieza e a segurança que transmitia aos demais davam-lhe enorme prestígio. Muito impressionou ao narrador a facilidade com que o outro se expressava e a segurança com que dominava o assunto. Dotado de pensamento rápido, se utilizava das frases com elegância, as palavras fluíam, singelas e precisas. Era um excelente orador, na apreciação do memorialista.

Quando chegou ao presídio, Ghioldi tinha saúde, e apesar da situação de constrangimento e humilhação a que eram submetidos, mostrava-se contente, empoleirava-se num degrau da escada, usando somente cueca, para proferir os seus eloquentes discursos. Estava sempre disposto a animar os companheiros. Não demorou muito para a prisão modificá-lo: perdera a saúde, magro e silencioso, não tinha mais apetite, caíam-lhe os dentes. Era um quadro lamentável, que causava ao narrador profunda indignação:

Enquanto ele discorria, eu lhe examinava as gengivas pálidas, banguelas, os dentes escassos. E zangava-me. Estupidez invalidar uma criatura assim, matar uma inteligência. Fraco e doente, Rodolfo nos animava. O abafamento decrescia, chegava o otimismo. Tudo lá

fora estava bem. E relacionávamos com essas coisas, que estavam bem lá fora, as nossas pessoas insignificantes (RAMOS, 2013, p. 350)

Personagens como Rodolfo Ghioldi, comunista que encantava pela eloquência com que proferia seus discursos, e outros indivíduos que se levantaram contra o governo não ganham destaque história. Contudo, este e outros homens corajosos que foram inutilizados no cárcere, poderiam ter sido vencedores. Pela inteligência e coragem de que eram dotados, poderiam ter transformado a história dos anos 30 em uma outra história.

No presídio, os militantes do Partido Comunista eram submetidos a torturas multiplicadas, com a finalidade de obter-lhes informações e delações. E a todo momento os presos políticos viam-se submetidos “a cegos caprichos de inimigos ferozes, irresponsáveis, causadores de males inúteis” (RAMOS, 2013, p. 331), que, conforme revela Graciliano, para exibir superioridade, faziam com eles um jogo de gato com rato. Por trás de tudo que faziam ocultava uma intenção. Sentiam prazer em mostrar que tinha poder para obrigá-los a se comportarem desta ou daquela maneira, para fazê-los sentar ou levantar, se assim quisessem.

Mesmo dominados, os opositores do governo mostravam-se firmes em seus propósitos de não se dobrar ao inimigo. Contudo, entre os encarcerados, nem todos conservavam a mesma valentia. O pavor das torturas e da morte, por vezes, faziam alguns se desesperarem. O narrador presenciou, certa vez, o advogado Nunes Leite chorando copiosamente. As lágrimas abundantes pareciam águas de uma torneira aberta que derramava todo o líquido do corpo:

Nenhum pudor, nem o gesto maquinal de pôr as mãos na cara, tentar esconder a imensa fraqueza. Um soluço, único soluço, uivo rouco; não subia nem descia; enquanto durou a passagem ressoou monótono, invariável (RAMOS, 2013, p. 79).

Uma imagem de completo desespero, que lhe causava mal-estar. Nem todos tinham nervos para suportar a cadeia, o bacharel Nunes Leite, certamente, não tinha. E foi nessa situação de extrema pressão psicológica que o escritor observou e registrou na memória a reação dos companheiros: uns deixavam aflorar o desânimo, rendiam-se, afundavam na lama, emudeciam

completamente; outros, apesar de triturados, não se deixavam abater, resistiam, mostravam grandeza de espírito.

Graciliano e demais presos tiveram notícias de que Luís Carlos Prestes e o ex-deputado alemão Harry Berger estavam no isolamento, e que Berger recebia tortura multiplicada, de forma que até perdia a razão. Estes dois encarcerados, juntamente com as respectivas mulheres, se destacaram por suas investidas políticas contra Getúlio. Eram líderes comunistas, inimigos significativos do Governo.

O narrador testifica que certa vez, no Pavilhão dos Primários, ouviram gritos vindo da sala onde estavam presas as mulheres. Confusão de vozes. Olga Benário, companheira de Prestes, e Elisa Berger seriam entregues à Gestapo (Polícia Secreta alemã). Tentavam arrancá-las da sala 4, mas as duas resistiam. A polícia, então, prometeu que elas não seriam levadas do Brasil. Fizeram acordo dizendo que seriam acompanhadas por amigos e que nada de ruim lhes aconteceria. Com isso, conseguiram fazer com que as duas mulheres os acompanhassem; porém, após esse episódio, elas nunca mais foram vistas, souberam “depois que tinham sido assassinadas num campo de concentração na Alemanha” (RAMOS, 2013, p. 640).

A situação de Olga Benário, judia alemã, era delicada. Estando grávida de Prestes, que era brasileiro, legalmente não poderia ser extraditada para o seu país, conforme desejavam os dois governos. Isso era um problema diplomático complicado. Ainda assim, por meio de métodos ilegais o governo realizou seu intento, mandando-a de volta para a Alemanha. A bravura da comunista fizera dela uma figura mítica para o Partido (DAVI, 2007).

Além de Olga e Elise havia outras mulheres que foram detidas por serem militantes comunistas, ou participarem de protestos, entre elas Cármen Ghioldi, Maria Werneck, Nise da Silveira, Eneida, Valentina, e outras. A polícia política, chefiada por Filinto Müller, não poupava seus opositores, fossem rapazes bem jovens, mulheres ou mesmo alguém de saúde frágil, como o escritor Graciliano Ramos, que havia, não fazia muito tempo, passado por uma cirurgia e ainda inspirava cuidados.



Em uma das queixas sobre a saúde comprometida o narrador diz que lhe doíam as juntas e que "a barriga, no lugar da operação, devia ter qualquer coisa a rasgar-se" (RAMOS, 2013, p. 182-183). Em outra passagem registra:

O meu desejo era saber se me achava mal, se poderia resistir ainda algum tempo ou se me acabaria logo; buscava adivinhar isso observando a cara e os movimentos do rapaz. Esperava também que não deixassem morrer de fome, na repugnância invencível à boia sórdida expostas sobre as tábuas negras dos cavaletes.

O doutor varejou-me a carcaça, deteve-se no pé da barriga, pela segunda vez exprimiu a ideia maluca de operar-me, atendeu à recusa e anotou os meus achaques. Afastei-me, vesti o pijama, estive uma hora a ver a linha avançar lenta para a formalidade burocrática. A pasmoreira me fatigava, queria recolher-me, fechar os ouvidos à tosse contínua, desviar-me das pernas cobertas de algodão negro, purulento. Quando nos retiramos, julguei impossível tornar àquela exibição desagradável (RAMOS, 2013, p. 182-183).

Que crimes, afinal, cometeram aqueles homens e mulheres que adoeciam, envelheciam, enlouqueciam e até morriam sem saber quais eram suas reais acusações? O crime de todos era um só: ser atuante de um outro lado, que se opunha ao poder constituído. Ainda assim, apesar da referência ao fuzilamento feita pelo general que o acusou de ser comunista, a princípio o narrador tinha esperanças de que no Brasil o poder temendo a opinião pública não se excederia nos maus-tratos aos presos políticos:

No Brasil não havíamos atingido a sangueira pública. Até nos países inteiramente fascistas ela exigia aparência de legalidade, ainda se receava a opinião pública. Entre nós execuções de aparato eram inexequíveis: a covardia oficial restringia-se a espancar, torturar prisioneiros, e de quando em quando se anunciavam suicídios misteriosos. Isso se aplicava a sujeitos mais ou menos comprometidos no barulho de 1935. Mas que diabo tinha eu com ele? Certamente não me pregariam agulhas nas unhas nem me fariam saltar de uma janela de andar alto (RAMOS, 2013, p. 76).

Mudou o pensamento tão logo soube de assassinatos misteriosos e torturas múltiplas aos prisioneiros. Segundo o narrador, com larga frequência os cubículos se esvaziavam e se enchiam, algumas pessoas sumiam temporariamente; depois voltavam, por vezes irreconhecíveis, como aconteceu com o estudante de direito Francisco Chermont. Outros, transferidos para presídios piores, não voltavam mais. No Pavilhão dos Primários, vez por outra

eram convocados por meio de uma lista que os aterrorizava; os selecionados seriam transferidos para um lugar pior.

Em notas oficiais, os agentes do governo buscavam, em congressos, abafar as notícias de maus-tratos. Fazia-se necessário que a boa imagem do presidente não fosse deformada pelos rumores vindos das prisões. Para isso, contava com o Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP – responsável pela centralização, orientação e controle da propaganda oficial, exercendo domínio sobre os diversos meios de comunicação e manifestação cultural (RAMOS, 2013).

Nesse período, a liberdade de imprensa funcionava contra aqueles que não comungavam com a atuação varguista. Dia após dia na prisão, sendo vigiados e caçados, enfrentavam a luta pela sobrevivência, o futuro era incerto. Os presos se viam cercados de incongruências. Sentiam como se os inimigos não quisessem apenas esmagá-los, mas também tirar-lhes todos os direitos até mesmo de sentar ou dormir. Não sabiam se algum dia seriam postos em liberdade, ou se ali mesmo desapareceriam. Eram conscientes de que, ainda que escapassem do cárcere com vida, não mudaria muito a situação estando fora da cadeia, visto que viveriam em liberdade sitiada, e por qualquer motivo voltariam para a prisão. Facilmente arranjariam contra eles algum motivo para arrastá-los de volta ao cativoiro (RAMOS, 2013).

Em *Casa de Correção*, quarta parte de suas memórias, o narrador conta que quando estava doente na sala da capela, Marques, um funcionário da polícia, tratava-lhe com gentileza, prestava-lhe favores. Desejava ser retribuído, caso Graciliano um dia se tornasse ministro quando saísse da prisão. O homem disse-lhe que não lhe contasse nada sobre sua vida, pois se soubesse alguma coisa, seria obrigado a delatá-lo. Ali, nem ele nem ninguém mereceria confiança. Deu-lhe conselhos:

Feche-se, esconda-se. Se tem alguma culpa, não deixe escapar uma palavra. Desconfie de todos. De mim, dos outros guardas, dos faxinas. O senhor está cercado de espiões. Mas desconfie principalmente dos seus companheiros. Todos os dias sai daqui um relatório dizendo o que os senhores fazem. Um relatório, compreende? Eu sou o portador (RAMOS, 2013, p. 588).

O cárcere era um mundo traiçoeiro repleto de perigos reais e imaginários, um campo minado, no qual não se podia distinguir quem estava à espreita para denunciá-los, quem seriam os verdadeiros delatores. Ademais, eram abatidos também pelas enfermidades que os enfraqueciam e os faziam necessitar de favores.

As doenças e os maus-tratos faziam os presos envelhecer rapidamente. Na Colônia Correccional alguém perguntou que idade tinha Graciliano. Para saber como estava em aparência, sugeriu que a pessoa deduzisse. "– Sessenta e cinco anos, disse o interlocutor sem vacilar". Na ocasião, estava com quarenta e três (RAMOS, 2013, p. 432).

Quando viu-se no espelho, admirou-se de como a cadeia modifica uma pessoa tão rapidamente. "Estava medonho. Magro, barbado", não conteve o espanto, "– Que vagabundo monstruoso!" – exclamou (RAMOS, 2013, p. 551).

Assim era a vida dos presos políticos no cárcere: doentes, maltratados e cercados de inimigos, espiões que poderiam estar em qualquer parte e poderia ser qualquer um dos companheiros. Era de fato uma ditadura sem freio. A lei do arrocho obrigara a alguns a secretamente se passarem para o lado do inimigo e apresentar relatório contra os demais. A selvageria que imperava dentro e fora da prisão fazia os bichos pequenos serem devorados pelos grandes.

Após dez meses de prisão, o escritor foi posto em liberdade; porém nem todos os companheiros que com ele entraram no cárcere tiveram igual sorte.

Para compor suas memórias, conforme Miranda (2011, p. 202), Graciliano, na verdade, não pretendeu fazer de seus relatos referências documentais. Apenas deixou-se guiar pelas recordações, e permitiu que o texto tomasse forma livremente. Ao invés de escrevê-lo, deixou-se ser escrito por ele. Para o escritor lembrar foi também "esquecer-se enquanto sujeito-objeto da lembrança", deixando-se à margem do texto.

Os relatos do cárcere recuperam a realidade vivenciada por diversos sujeitos que, debaixo do jugo do poder, tiveram que suportar privações, tensões, humilhações e torturas. Portanto, por meio de sua literatura, Graciliano tira do esquecimento não apenas a memória de um único sujeito,

mas também de toda uma coletividade e de uma época. Tal observação encontra respaldo no pensamento de Halbwachs (1990), que defende que a memória coletiva surge a partir da necessidade de reconstrução de eventos passados que tem origem em dados de informações que são comuns a diversos participantes de uma comunidade social. O compartilhamento da memória de acontecimentos que são comuns a determinado grupo leva a memória coletiva a se perpetuar através dos séculos.

Para Halbwachs (1990) a memória é sobretudo um evento social que se constrói coletivamente. Os indivíduos se lembram do passado quando estão sob o ponto de vista de uma ou mais correntes do pensamento coletivo, dessa forma, as memórias são construções sociais do passado recuperadas no presente, de modo que a memória individual está atrelada à memória do outro, e não pode existir isolada de um contexto social.

Tal constatação pode ser evidenciada em *Memórias do Cárcere*, uma vez que embora a obra trate de sua experiência subjetiva, as memórias do narrador se voltam a todo instante para observar o outro. O narrador atento capturou detalhe que registrou na memória, e que reproduziu, cerca de dez anos depois, entrelaçando a própria história à dos companheiros de cárcere. Ao soltar a sua voz, Graciliano fala em nome dos encarcerados, e isso é tão intenso que, mesmo dez anos após os acontecimentos vivenciados, ao descrevê-los, ele se mistura à memória dos companheiros de tal modo que, não poucas vezes, se expressa usando o nós, em vez do eu.

Segundo Pollak (1992), o primeiro elemento constitutivo da memória, seja ela individual ou coletiva, são os acontecimentos vividos pessoalmente, ou vivenciados pela coletividade à qual o sujeito pertence. Além de ser constituída por eventos, a memória também é constituída por pessoas e lugares. Nesse sentido, os lugares da memória estariam relacionados a uma lembrança pessoal que pode não ter necessariamente apoio no tempo cronológico, como, por exemplo, um acontecimento marcante da infância que permanece na memória do indivíduo independentemente da data em que o fato ocorreu. Todavia, em caso de uma memória mais pública, essa relembração pode se apoiar em um lugar de comemoração, ou seja, em eventos que foram importantes para a memória do grupo, podendo ser essa

rememoração acontecimentos dos quais a pessoa participou por ela mesma ou por tratar-se de uma experiência vivenciada por outros.

No cárcere, Graciliano viveu as duas situações. Suas memórias são formadas por eventos dos quais participou, viu e ouviu, mas existem também em suas lembranças acontecimentos que lhe foram contados por outros presos, como é o caso do relatório apresentado por Francisco Chermont, preso político, que sumiu por uma semana, e na volta noticiou aos companheiros a respeito dos horrores que presenciou no porão do navio *Campos*.

Entre outras coisas, Chermont contou aos companheiros que, entre os presos, atuava uma espécie de governo, liderado por um criminoso chamado Moleque Quatro. Esse tinha poder de vida e morte sobre aqueles que eram tido como infratores. Se o Moleque Quatro decidisse dar cabo a algum preso, a polícia não pediria conta de seus atos. Uma ocorrência desse tipo era tida como insignificante, uma ficha a menos a contar no cadastro policial, "o crânio partido e o cérebro exposto serviam de exemplo, atavam as línguas, a indicar as represálias em caso de traição. Ninguém se ariscaria a depor" (RAMOS, 2013, p. 316).

Por meio do relatório de Chermont, o narrador soube de um sujeito que, condenado à morte pelo Moleque Quatro, implorou por clemência. O criminoso, então, modificou-lhe a sentença: não iria mais morrer, antes sofreria trinta "enrabações":

– Tenha pena de meus filhos, seu Quatro.  
Esboçou-se uma horrível piedade na cara do negro. E veio comutação da pena:  
– Está bem. Não vai morrer. Vai sofrer trinta enrabações.  
É medonho escrever isso, ofender pudicícias visuais, mas realmente não acho meio de transmitir com decência a terrível passagem do relatório de Chermont. A nova sentença foi aprovada com alvoroço. Desfez-se a assembleia (RAMOS, 2013, p. 315).

E assim, conforme o narrador, o pai de família condenado, trinta vezes, serviu de mulher para os detentos.

Pode-se dizer com isso que a memória pode ocorrer por meio de transferências, projeções a partir da memória do outro, por isso existem casos em que, mesmo que o indivíduo não tenha participado dos episódios

vivenciados pelo grupo, por meio de uma memória que adquire, por um processo de transferência, absorve de forma tal o acontecimento que é como se a memória de tais eventos fosse uma vivência pessoal (POLLAK, 1992). E isso pode ocorrer, no que diz respeito a parentes diretos de sobreviventes de acontecimentos como *O holocausto*, ou torturas provenientes de perseguições em período de ditadura, por exemplo.

Jacques Le Goff (1996), esclarece que a memória individual pode ser manipulada, seja consciente ou inconscientemente, e que, em determinado momento histórico, a memória coletiva pode ser manipulada pelos que objetivam exercer o poder. Tal pensamento, pode ser percebido na atuação da ditadura de 30. Getúlio, de posse do poder, apresentava ao povo suas "verdades", a fim de manipular a população, levando a grande maioria a acreditar que a ditadura era a medida necessária para livrar o país de ameaças perniciosas. Para isso, criou situações e inimigos aos quais precisava combater, mostrando ao povo que suas ações eram justificáveis. Todavia, segundo Le Goff, a memória, elemento essencial da identidade individual, coletiva, é para os sujeitos dominados, um instrumento de poder, para fazer valer sua história.

Para Halbwachs (1994), o resgate da memória social é uma arma de luta, de resistência, a maneira pela qual um povo pode afirmar sua identidade étnica e cultural, em dada época. Segundo o autor, é na dimensão intersubjetiva e grupal, entre o eu e os outros que a memória coletiva se especifica. Estas são concepções nas quais se encaixa perfeitamente o testemunho de Graciliano como representante da memória social. O narrador faz da linguagem um instrumento de luta e, com ele, se faz representante dos demais prisioneiros. Por meio de sua memória, seu livro torna-se um objeto de resistência, e seus relatos se encontram na dimensão intersubjetiva entre o eu-narrador e os outros encarcerados, o que faz dele o porta-voz de todo o grupo.

Em consonância com Halbwachs, Davalon (1999) afirma que a memória social se caracteriza pela necessidade de se reconstruir eventos passados a partir de dados que são comuns a outros membros da comunidade. Esclarece também que nem todo acontecimento que envolve a memória de grupos sociais possui força para ser compartilhado e levado ao futuro:

[...] para que haja memória, é preciso que o acontecimento ou saber registrado saia da indiferença, que ele deixe o domínio da insignificância. É preciso que ele conserve uma força a fim de poder posteriormente fazer impressão. Porque é essa possibilidade de fazer impressão que o termo “lembança” evoca na linguagem corrente (DAVALON, 1999, p. 23).

Nesse sentido, conclui-se que não é qualquer registro da realidade que ganha importância como memória social. Esse precisa ser significativo, não apenas para aquele que o protagonizou, mas para toda a coletividade, e deve ter como referência uma memória histórica já existente. Significa dizer que a memória se constrói a partir de fatos passados que são memoráveis, lembranças representativas que fazem parte do passado no qual o sujeito histórico esteve inserido, e a memória que ele evoca está relacionada ao contexto no qual viveu, não isoladamente, mas em contato com o outro. Isso faz com que essas lembranças interessem também àqueles que, de uma forma ou de outra, estão ligados a elas. É exatamente o que ocorre em *Memórias do Cárcere*: o relato do escritor parte do subjetivo, alcança uma esfera social, situando-se em um contexto histórico de relevância nacional, e mesmo universal, visto que faz referências a um período em que o mundo inteiro estava em evidência.

Por considerar o social um aspecto básico na constituição da memória, autores como Halbwachs, e outros, afirmam que a memória é sem dúvida um evento social, ainda que se trate de situações que pareçam envolver o sujeito isoladamente. Quando o indivíduo evoca lembranças de acontecimentos mesmo em situações em que esteve sozinho, nessas lembranças, sempre existirá a presença do outro de algum modo em suas memórias.

Referindo-se a lembranças de eventos traumáticos, Orlandi (1999, p. 59) diz que “a memória é feita de esquecimentos, de silêncios. De sentidos não ditos, de sentidos a não dizer, de silêncios e de silenciamentos”. Essa memória feita de silêncios e esquecimentos, de que fala a autora, diz respeito aos contextos históricos em que certos grupos enfrentaram perseguições e foram subjugados e torturados pelos representantes do poder, que, tencionando afirmar a força do Estado, executaram torturas, prisões, e disciplinaram os dominados para servir de exemplo aos demais. Calar, por um determinado

tempo, seria componente do esquecer, mas esquecer em parte, como é próprio da memória fazê-lo. Desse modo, rememorar acontecimentos que foram silenciados seria uma maneira de filtrar eventos antigos, e dessa forma fazer aflorar sentidos diferentes daqueles que antes existiam. Assim, ao evocar esses eventos, Graciliano traz de volta acontecimentos que haviam sido temporariamente ou parcialmente esquecidos, e põe sobre eles um significado diferente daquele que tiveram no passado, fazendo surgir novos sentidos para aquilo que foi estancado em um processo histórico-político silenciador.

Em *Memórias do Cárcere*, portanto, a questão não é unicamente revelar as experiências vividas pelo escritor que fora preso político, mas fazer ecoar a voz de muitos presos, revelar-lhes o íntimo, mostrando também uma outra verdade sobre um contexto histórico tão conhecido e louvado. Desse modo, percebe-se que o silêncio que envolveu homens e mulheres durante a ditadura varguista, não serviu unicamente para aniquilá-los, foi também uma forma de luta e resistência que contribuiu para trazer ao presente a voz dos que no passado foram obrigados a emudecer. Silenciar não significou acovardar-se, esquecer para sempre, mas esperar o momento oportuno para contra-atacar o inimigo, valendo-se de uma arma que na época não poderia ser empunhada.

Era preciso silenciar e esquecer para sobreviver. Assim esse silêncio possibilitou aos dominados guardar com eles os discursos que em dias futuros puderam ser resgatados pela memória. E basta a memória de um único sobrevivente para fazer ressurgir a voz de grande número dos que foram silenciados, e até mesmo dos que foram calados para sempre. E essa memória traz novos significados para o já dito porque apresenta uma história já vista sob uma nova perspectiva.

Essa prática de manter os indesejados atados e silenciados sempre foi recorrente entre aqueles que detêm o poder. E é comum que o silêncio dos subjugados se prolongue do passado ao presente, mesmo quando alguns desses indivíduos não estão mais presos às amarras do passado, ao alcance do perigo. Aos perseguidos que estão na condição de dominados, vivendo em liberdade vigiada, é conveniente calar e esquecer.



O depoimento de Graciliano Ramos sobre as perseguições políticas, e sobre o tratamento dado aos presos, não seria bem-vindo à época. Enquanto durasse o poder ditatorial, os opositores dos ideais varguistas eram obrigados a calar a voz de protesto, e acomodar-se ao silêncio que lhes era imposto, afinal o poder tinha a seu favor todos os aparatos para guerrear, e contra isso os oponentes nada podiam fazer. Em tais contextos históricos, em que os indivíduos se veem subjugados, trancafiados no isolamento da prisão, brota uma memória antes adormecida, envolvida pelo silêncio, encaixando-se nas palavras de Orlandi (1999, p. 65), que afirma que o já dito pode sair do esquecimento para irromper o novo, constituindo “os sentidos e os sujeitos em suas identidades na história”.

Quando Graciliano Ramos, utilizando-se de sua escrita como instrumento operador de memória social, contestou os seus opressores, revelou possíveis esquecidos, e regastou do esquecimento eventos que poderiam ter feito da história brasileira dos anos 30, uma outra história. Sua postura crítica converge "para a questão da memória e do esquecimento na luta para tirar do silêncio um passado que a história oficial não conta" (GAGNEBIN, 1993, p. 52).

A memória coletiva desempenha papel de grande importância para a sociedade por ser um reservatório móvel de história, rico em arquivos e documentos, assegura Jacques Le Goff. Segundo este autor, sem a memória não existe história. Porém é preciso que história resgatada pela memória não seja unicamente aquela registrada pelo historiador, cujos relatos resume-se tão somente a eventos que interessam à ideologia do dominador. Na concepção desse e de outros estudiosos, através da memória coletiva, a história pode ser reescrita pelo ângulo de sujeitos que vivenciaram determinado passado histórico, e, assim, complementar os registros existentes.

Portanto, a memória coletiva é uma conquista que envolve um grupo, uma comunidade social e deve ser utilizada como instrumento de poder, a fim de que, através dela, a história se desenvolva buscando resgatar o passado, de modo que a memória coletiva proporcione libertação, e não o contrário. Os feitos de um povo, os acontecimentos de sua época, por força da memória coletiva podem ganhar importância e se tornar parte da história.

Os acontecimentos passados que não foram registrados pelos historiadores, precisam ser resgatados para contar a história dos que foram oprimidos. Assim, a memória e a história contribuem para o presente e para o futuro, como meio de libertação, especialmente no que diz respeito aos que foram oprimidos por aqueles que, por meio de luta injusta e desigual, triunfaram.

Ainda sobre o tema memória e história, Fonseca-Silva (2007, p. 17) acrescenta que “as narrativas coletivas fortalecem as lembranças, que são reafirmadas pelas comemorações públicas de acontecimentos que marcam a história coletiva”. Portanto, há de se considerar que a memória coletiva não ganha importância simplesmente por tratar-se de eventos vividos coletivamente, mas importa que tais eventos estejam revestidos de alguma relevância histórica.

Nesse sentido, ao registrar os acontecimentos, nos quais sofreram abusos cometidos pelos representantes do poder, os autores memorialistas retratam em sua escritura todos aqueles que vivenciaram as situações descritas pelo depoente. Dessa forma, através de sua rememoração, os escritores de relatos memorialistas que adquirem relevância histórica desempenham papel importantes como representante de uma memória histórica social.

O fato de Graciliano ter verdadeiramente protagonizado os relatos descritos em *Memórias do Cárcere* faz com que os episódios narrados por ele tenham credibilidade ainda maior do que aquela que se atribui aos relatos do historiador, já que ele próprio testemunhou a história. Além disso, enquanto o historiador geralmente desenvolve a sua narrativa em torno dos dominadores, em *Memórias do Cárcere* tem-se um depoimento apresentado do ponto de vista do subjugado. Isso explica-se pelo fato de que, "na 'era das catástrofes' a identidade coletiva" se articula menos com as narrativas dos vencedores, para enfatizar as rupturas e evidenciar mais a história dos vencidos, conforme resalta Seligmann-Silva (2005, p. 87). Portanto, em *Memórias do Cárcere*, a trama não tem Getúlio atuando como grande herói, "o defensor da pátria, o pai dos pobres". Nesse novo relato, os subjugados protagonizam a história, e eles são pessoas comuns, gente do povo que tem seus ideais castrados pela força dos

poderosos que possuem os aparatos de guerra para prender, silenciar, libertar ou matar aqueles que lhe são contrários.

Ao apresentar o drama de homens comuns em situação da vida real, o escritor sensibiliza o leitor, e o leva a refletir e enxergar a história do ângulo que os detentos enxergaram. E isso faz o leitor se identificar com esses personagens. Por outro lado, a experiência no ofício e a capacidade criadora do romancista permitiu-lhe reproduzir os acontecimentos testemunhados, com tal realismo que faz com que o leitor entre no cárcere e compartilhe as impressões dos detentos, como se fosse um deles. Ou seja, mesmo aqueles que não estiveram presentes na cena dos episódios traumáticos vivenciados nos cárceres dos anos 30, podem entrar ali pelas portas da imaginação, proporcionada pela a narrativa realística de Graciliano.

*Memórias do Cárcere*, portanto, torna-se operador de memória coletiva porque o eu-narrador, representando também outros sujeitos que padeceram atrocidades, revela aquilo que foi, no passado, censurado, proibido. Com isso, suas memórias adquirem relevância histórica, desempenhando papel importante para a memória social. Com veracidade, as memórias de Graciliano interessam ao presente e ao futuro, porque dão sequência à história do Brasil, revelando a memória dos silenciados pela ditadura. *Memórias do Cárcere* descortina um lado da história que antes estava encoberto, emprestando voz aos sujeitos que estiveram ofuscados pela dissimulação social que trazia à tona somente aquilo que lhe interessava que fosse mostrado. Portanto, contribui para a afirmação da memória coletiva, libertando o grito daqueles que, como o narrador tiveram que enfrentar a tirania do poder exercido por um governo prepotente que conquistou o apoio popular e se engrandeceu com uma aparência de generosidade e de justiça. A obra resgata a memória dos encarcerados, dando-lhes o direito de romper o silêncio, tornando-se a voz, o brado de cada homem, cada mulher, a quem o poder reduziu à condição de parasita, nos domínios do cárcere.

### 3. 3 A resistência na escrita confessional de *Memórias do Cárcere*

Graciliano Ramos conhecido por retratar em sua obra a miséria humana, de repente vê-se personagem de história semelhante. Em *Memórias do Cárcere*, tal como os seus personagens, não tinha escolha diante da desgraça inevitável. Na prisão, teria que provar o bocado amargo de cada dia. Assim, enfrentou a dura realidade do homem subjugado, entregue a um destino incerto, ameaçador. A opressão real vivida no cárcere transformou-se em literatura. Com firmeza, empunhou a arma que no isolamento sabia manejar muito bem, e assim, munindo-se da linguagem, da memória e da resistência desfere o golpe certo contra o opressor.

De acordo com Alfredo Bosi, o termo resistência exprime um conceito cuja origem seria ética e não estética, e “O seu sentido mais profundo apela para a força de vontade que resiste a outra força, exterior ao sujeito”, de forma que resistir seria utilizar-se da própria força para opor-se à força de outrem (BOSI, 2007, p. 118). Assim, uma literatura de resistência seria aquela que apresenta uma “força” que se põe contrária a algo, quer seja como tema, quer seja como elemento relacionado à própria forma. Sobre essa resistência que se apresenta na narrativa como elemento constitutivo da forma interna, o teórico afirma:

A resistência é um movimento interno ao foco narrativo, uma luz que ilumina o nó inextrincável que ata o sujeito ao seu contexto existencial e histórico. Momento negativo de um processo dialético no qual o sujeito, em vez de reproduzir mecanicamente o esquema das interações onde se insere, dá um salto para uma posição de distância e, deste ângulo, se vê a si mesmo e reconhece e põe em crise os laços apertados que o prendem à teia das instituições (2007, p. 134).

Nesse sentido, *Memórias do Cárcere* é essencialmente uma literatura de resistência, e se mostra como tal tanto em sua temática como em seu modo de escrita, no estilo de sua composição. Nessa obra, pondo-se como observador atento, o narrador revela detalhes de como, valendo-se de sua força, o poder constituído atua sobre os sujeitos, de forma coercitiva, para, através de prisões, sujeitar seus inimigos, fazendo silenciar as vozes que lhe são contrárias.

Segundo Bosi (2007), em *Memórias do Cárcere* a narrativa literária aflora à superfície ficcional e atinge intensidade e profundidade que liberta a voz dos encarcerados. Sem recorrer à imaginação, o texto testemunhal se propõe ser fiel aos acontecimentos, acrescentando à história episódios que, no passado, foram encobertos, fazendo surgir uma verdade mais exigente, mais verdadeira, que revela sem disfarces a memória dos perseguidos pela ditadura.

Se a história não se propôs a narrar os fatos tal e qual aconteceram, se para o discurso oficial foi conveniente omitir alguns detalhes para não macular a imagem do grande herói nacional, era preciso que os subjugados dessem também a sua versão dos fatos. E isto não precisava acontecer por meio de ficção, já que havia material suficiente para que fossem apresentados relatos puramente verdadeiros. E sobretudo havia para essa história até mesmo um genuíno narrador testemunha.

Sobre este aspecto da obra, Sodré afirma:

Escreveu, realmente, com exatidão espantosa, com rigor excepcional. Tudo o que é negro, em sua narração, é negro pela própria natureza, o que é sórdido porque nasceu sórdido, o que é feio é mesmo feio. Não há pincelada do narrador, no sentido de frisar traços, de agravar condições, de destacar minúcias denunciadoras. O libelo é seco, puro, despido de qualquer fantasia. Tudo sai da realidade, com a arte do escritor, mas sem deformação. Nem houve, em página alguma, outra coisa senão um firme e profundo desejo de compreensão. Quando a compreensão não se completa, o romancista se acusa a si mesmo, e se desculpa. Não há pormenores desnecessários e, principalmente, não há injúrias. O libelo, entretanto, permanece inteiriço, enorme, eloqüente (SODRÉ, 2004, p. 16).

Sabe-se que o romancista tem a seu dispor “um espaço amplo de liberdade inventiva”, o que lhe permite libertar-se das amarras daquilo que se considera “realidade factual”. E embora a narrativa literária trabalhe “não só com a memória de coisas realmente acontecidas, mas também com o reino do possível e do imaginável” (BOSI, 2004, p 121), para a composição das *Memórias do Cárcere* Graciliano não precisou recorrer à sua capacidade de criação para incrementar a obra, antes procurou ser verdadeiro, fiel aos acontecimentos protagonizados por ele e demais prisioneiros políticos que estiveram no Pavilhão dos Primários, na Colônia Correccional e na Casa de Correção, durante a ditadura varguista.

Embora haja na obra a beleza do efeito literário deixado pela grandiosidade do seu autor, trata-se de relatos autênticos, fatos reais recontados pela mão do artista que sentiu na própria pele os horrores do cárcere. Foi preciso recorrer à memória, sua e de outrem, contudo, o escritor deixa claro que não precisou recorrer a sua capacidade inventiva para compor os seus relatos.

Parafrazeando Bosi (2007, p. 122), poder-se-ia dizer que os relatos oficiais, “sob as espécies de alegoria do bem”, apresentam sua versão dos fatos, ao passo que a literatura de resistência, falando sobre o mesmo evento, escolhe narrar tudo aquilo que foi evitado ou repellido pela narrativa tradicional. Portanto, enquanto a história geralmente se detém em mostrar tão somente um lado dos fatos sem levantar questionamentos, a literatura de resistência contesta apresentando as várias faces da mesma realidade, acrescentando os detalhes denunciadores que foram apagados; conforme acontece na narrativa confessional de *Memórias do Cárcere*.

Desde que foi preso, ainda no porão do navio no qual estava sendo deportado juntamente com grande número de presos, se formava no íntimo do escritor alagoano a necessidade de relatar os infortúnios vivenciados. Sua escritura seria uma maneira de contra-atacar o adversário, em resposta à agressão sofrida. Logo iniciou sua empreitada, mas teve que se desfazer dos seus papéis para evitar males piores; porém, dela não desistiria. Mentalmente, ensaiava sua escrita. Com o passar do tempo, compreendeu que não seria fácil realizar essa tarefa estando debaixo de vigilância constante. Escrever verdades não oficiais, não lhe seria permitido. Não sabia por quanto tempo o manteriam na prisão, mas, de qualquer forma, estava certo de que, dentro ou fora do cárcere, sua liberdade, a partir de então, seria vigiada (RAMOS, 2013).

No cárcere, Graciliano e demais presos resistiam a certas imposições. Por algumas delas foram punidos, mas não se dobravam, resistiam. Alguns se acovardavam, mas nem todos queriam demonstrar fraqueza, ser dignos de piedade, tampouco ser reputados como traidores. Os presos costumavam aglomerar-se junto à escada de onde algum deles discursava empoleirado nos degraus. Rodolfo Ghioldi, secretário do Partido Comunista argentino, era um

grande orador. Além deste, Ivan Ribeiro foi outro que também causava forte impressão pelas palestras proferidas, conforme ressalta o narrador:

[...] Iniciou o primeiro discurso com um período de légua e meia, que me fez pensar:  
 – Quero ver como o soldadinho se desembrulha.  
 Durante o meu solilóquio o rapaz se emaranhava, metia orações na lenga-lenga e cada vez mais se complicava.  
 – Coitado. Não sai do atoleiro.  
 Enganei-me. Chegou naturalmente ao fim: arrumou caprichoso o montão de frases e pôs o verbo indispensável no momento preciso. O resto da arenga foi dito com absoluta correção.  
 – Muito bem. Temos aqui um militar esquisito.  
 Admirei Ivan. E, enquanto não lhe soube o nome, ele foi, para mim, apenas o tenente que sabia sintaxe. O estivador exibiu sem disfarce ódio seguro aos burgueses, graúdos e miúdos (RAMOS, 2013, p. 233).

Graciliano precisava registrar os eventos cotidianos na memória, já que não podia registrá-los livremente no papel, e assim, ao mesmo tempo em que escrevia às escondidas, armazenava mentalmente a sua escrita; narrativa que seria crítica e analítica, revolucionária, como as demais obras que revelaram a tendência esquerdista do escritor que não temia expressar seu pensamento denunciador da exploração das classes subalternas e outras injustiças sociais.

Na prisão, o escritor pôde testemunhar a selvageria cometida aos presos. Enquanto em discursos e notas oficiais, sufocavam rumores de maus-tratos, no presídio, os torturados surgiam cheios de marcas para quem quisesse ver a brutalidade: no corpo de um rapaz ainda bem jovem, haviam marcas que denunciavam maltratos antigos e recentes:

[...] percebi ao fundo três rapazes de cócoras junto a colchões estendidos no pavimento. Eram da marinha e dois vestiam farda. O terceiro, quase criança, tinha busto nu, escoriado e contuso; manchas alargavam-se, lanhos cruzavam-se no peito, no dorso, nas costelas, sinais vermelhos, com certeza novos, outros violáceos, azuis, negros, a revelar que o garoto havia sido maltratado várias vezes (RAMOS, 2013, p. 347).

[...] Pata macia de gato acariciando um rato. Em horas assim este se encolhe cheio de pavor, agarra-se a ilusões fugitivas, busca imaginar ocorrências vulgares: ida à secretaria, visita inesperada, uma carta improvável. Engana-se voluntariamente, esforça-se por afastar a lembrança das torturas, ali visíveis na pele, desalenta-se ouvindo as sílabas fatais, e a significação delas surge clara: perguntas invariáveis multiplicadas, a exigir denúncias, a teimosia silenciosa do paciente

punida com sevícias: golpes de borracha, alicate nas unhas, o fogo do maçarico destruindo carnes. Quando a horrível ordem soou, o rapaz se ergue aflito, o rosto lívido crispado:

– Ah! Meu Deus! Não aguento mais. Vão matar-me (RAMOS, 2013, p. 348).

De todas as maneiras procuravam disseminar o pavor entres os presos. Lá dentro estavam sujeitos a muitas armadilhas. Os oprimidos lutavam para fugir das torturas, os opressores faziam emboscadas, exigiam denúncias. Faziam da prisão um inferno. Abusavam da tortura física e das pressões psicológicas. O temor do incerto era um tormento incessante. Dia após dia, os presos lutavam pela sobrevivência em meio a espiões, e soldados que desejavam humilhá-los e maltratá-los, unicamente para mostrar que tinham poder para isso.

A situação dos inimigos do Estado, vivendo precariamente em celas sórdidas, não podia ser noticiada pelos meios de comunicação; se esses padeciam ou morriam, não era importante, importava que fossem retirados do caminho e mantidos sob controle. Se fossem eliminados, quem iria pedir contas disso? Se os torturassem até a morte, isso serviria de exemplo para outros, e ataria a línguas de alguns. Castigar ou matar, para eles nenhuma diferença fazia, “a eliminação de uma vida pouco influiria no cadastro policial: uma ficha a menos” (RAMOS, 2013, p. 316).

Mesmo entregues aos caprichos do inimigo atroz, os presos ainda abrigavam uma tênue esperança de que acabariam sendo postos em liberdade. Graciliano, porém, conta que mantinha na lembrança o gracejo de Walter Pompeu que dizia: “– Liberdade? Nunca mais” (RAMOS, 2013, p. 367).

Se, conforme ameaças, fossem mandados para a Colônia Correccional seria uma desgraça; contudo, sabiam que, se fossem postos em liberdade, não mudaria muito a situação, seriam espionados e acabariam por prendê-los novamente. Motivo para isso não faltaria; se não houvesse algo de concreto, forjavam situações ou inventavam algum delito que justificasse a prisão.

Das relações de forças entre o poder e os subjugados surgiram discursos como forma de resistência. Além das cartas e relatórios enviados para fora da prisão, o narrador menciona que Agildo Barata e Álvaro de Sousa



escreveram romances, que segundo ele, mais pareciam apenas relatórios sobre a luta no 3º Regimento; o preso Amadeu Amaral confessou ter escrito uma novela. Mais tarde, surge a narrativa de Graciliano. Escritura de denúncia que universaliza-se para servir de voz aos sujeitos massacrados pelo opressor, trazendo à tona o que, no momento do perigo, fora sufocado.

O depoimento do escritor Graciliano Ramos descortina a atuação violenta da polícia e demais militares que exerciam o poder em nome de Getúlio Vargas: nos bastidores, o ditador imperava fazendo valer seu autoritarismo. Seus opositores não podiam se expressar livremente sem que, como consequência, fossem alvo de repressão. Durante a Era Vargas, o poder, vestindo-se de uma “máscara de justiça e bondade”, agia com rigor, investindo contra homens e mulheres, políticos ou mesmo cidadãos comuns que estivessem na contramão dos ideais do governo.

Dessa forma, no Brasil da década de 1930, as relações de confronto entre sujeito e poder eram esmagadoras. Não havia para os dominados explicações ou qualquer possibilidade de defesa; havia imposições e coerções. A luta era desigual, mas, mesmo assim, não foram poucos os que alçaram a voz e fizeram manifestações e protestos denunciando as mazelas do governo.

Na concepção de Foucault (1995), as relações de poder que existem por toda parte, estimulam o desejo de agir e reagir, levando o ser humano a manifestar a sua liberdade. Para esse autor, o poder atua como uma espécie de dispositivo de diálogo entre os indivíduos de uma sociedade, e está presente em todos os lugares e em todos os meios de interação, por isso se faz necessário que o sujeito reaja contra qualquer tipo de assujeitamento, a fim de que o poder não o submeta de forma extrema em sua individualidade. Para esse autor, a luta contra essa relação de sujeição torna-se difícil, especialmente quando o poder se oculta por trás de uma máscara de bondade suprema, mostrando-se disposto a proporcionar o bem-estar coletivo e favorecer os interesses dos indivíduos. Agindo desse modo, quanto mais souber o que pensam e desejam os grupos, mais facilmente o poder consegue manter a população sob controle.

Esse pensamento descreve o que, de acordo com os relatos do cárcere, acontecia na atuação Vargasista. O governo trabalhava em prol do progresso, favorecia trabalhadores, apresentava-se como grande defensor da pátria, fazendo prevalecer sua benignidade e justiça, ao mesmo tempo em que injustiçava a outros, simplesmente porque não o apoiavam.

Nessa perspectiva, durante o Estado Novo, o poder produzindo crenças implantava a ideologia dominante na consciência da classe trabalhadora para legitimar a ordem estabelecida. As ideologias convenientemente propagadas estavam associadas a interesses do governo que eram apresentados como se fossem comuns a toda coletividade.

Trazendo as concepções de Bourdieu (1989) para o assunto em questão, pode se afirmar que essa era uma forma pacífica de dominar, obtendo a cumplicidade do dominado que acreditava naquilo em que o poder queria que ele acreditasse. A dominação se exercia reduzindo as relações de força a relações de comunicação. Para domesticar os sujeitos e dominá-los sem que percebessem, servia-se de instrumentos estruturantes de comunicação, para impor e legitimar as ideologias que asseguravam a dominação de uma classe sobre outra.

Nos anos 1930 a manutenção da ordem buscou sustentar-se nas intenções dos opositores que eram apresentados à população como elementos subversivos. Combatendo esses inimigos, a ação violenta do governo justificava-se como necessária e exemplar. Para impor o poder ditatorial Getúlio precisou que seus adversários executassem os planos de tentar tomar-lhe o poder, e sobre essa manifestação esquerdista pôde atuar como defensor da pátria. Vargas aproveitou-se da revolução para implantar o golpe que, mais tarde, daria para tomar posse do poder.

Para Foucault (1995), o poder que transforma pessoas em indivíduos dominados, induz à produção de discursos. Assim sendo, a atuação do poder sobre o sujeito não funciona unicamente como algo ruim, já que leva o sujeito a reagir em resposta a essa atuação. Para se exercer, o poder precisa de sujeitos livres, e nesses embates surgem os enfrentamentos, as relações de confronto, que levam o indivíduo a lutar continuamente para tornar-se sujeito

de si. Dessa forma, em resposta à atuação desse poder, uma força contrária é produzida; por isso, onde há poder, há resistência.

E mesmo que o sujeito seja dominado e encarcerado, como sucedeu com Graciliano e demais presos políticos, ainda lhe restam espaços para liberdade, visto que estes, tendo a posse de si mesmos, conseguem agir como sujeitos livres, apresentando resistência dentro dos limites que os mantêm cativos; e de posse dessa liberdade, são capazes de atuar não se submetendo inteiramente às normas que se estabelecem como mecanismos de opressão.

Foucault (2004) acredita que o poder se exerce sobre os indivíduos através de um jogo de verdades, porque é hábil em fabricar verdades e induzir as pessoas a acreditarem nelas. Verdades que não são absolutas, trata-se de construção, produções históricas corporificadas a partir de relações de poder. Assim, surgem diferentes sujeitos construídos social e coletivamente como resultado desse jogo de poder, de saber e de verdades produzidas, conforme cada época, em diferentes momentos históricos.

O Estado Novo ilustra tal pensamento. Getúlio construía “verdades” a respeito de perigos que ameaçavam o Brasil, com isso conquistava os brasileiros e abria caminho para galgar o poder. Através das novas leis criadas em seu governo, Vargas poderia enquadrar seus inimigos, e assim prendê-los legalmente, sem que com isso a população se desagradasse de seus procedimentos. Até mesmo os romances do escritor poderiam servir para incriminá-lo, conforme mostra o diálogo entre o narrador e o advogado Sobral Pinto, na primeira vez que este o visitou no cárcere:

- Não há processo.
  - Dê graças a Deus, replicou o homem sagaz espetando-me com o olhar duro de gavião. Porque é que o senhor está preso?
  - Sei lá! Nunca me disseram nada.
  - São uns idiotas Dê graças a Deus. Se eu fosse chefe de polícia, o senhor estaria aqui regularmente, com processo.
  - Muito bem. Onde é que o senhor ia achar matéria para isso, doutor?
  - Nos seus romances, homem. Com as leis que fizeram por aí, os seus romances dariam para condená-lo.
- Não me ocorrera tal coisa. Os meus romances eram observações frágeis e honestas, valiam pouco. Absurdo julgar que histórias simples, produto de mãos débeis e inteligência débil, constituíssem arma. Não me sentia culpado. Que diabo! O estudo razoável dos

meus sertanejos mudava-se em dinamite [...] (RAMOS, 2013, p. 660-661).

Como pode ser visto no trecho citado, nem mesmo acusação formal ou processo apresentavam aos detidos. Bastava ao governo tão somente que a população acreditasse que as prisões em massa eram legais e realmente necessárias em prol do benefício público. Contribuindo para isso, a imprensa proclamava um governo generoso e atacava os militantes de esquerda, expondo-os não como vítimas, mas como agressores. Quando a esposa o visitava no cárcere, conversavam sobre "a linguagem violenta da imprensa reacionária, a credulidade e a indiferença do público"; por fim, o escritor conclui dizendo: "Éramos uns monstros e o governo, isolando-nos, salvava o país" (RAMOS, 2013, p. 606).

Na concepção do narrador de *Memórias do Cárcere*, como para encher as cadeias e criar um clima de grandes conflitos, "os homens comprometidos na escola de aviação, no terceiro regimento, na mazorca de Natal eram escassos, não davam para justificar medidas de exceção e arrocho", o governo precisavam incitar "o temor público necessário à ditadura" (RAMOS, 2013, p. 493). À vista disso, a polícia criava situações e inimigos, e assim prendia indivíduos aos montes, sob a justificativa de promover a ordem. E nesse propósito, prendia-se qualquer pessoa que pudessem enquadrar na categoria de suspeito.

No Pavilhão dos Primários, o narrador ouviu a história de Tiago, o jovem marinheiro que, de cabeça raspada, carregava tijolos na Colônia Correccional. O marinheiro fora preso por engano, a polícia imaginou tratar-se de um comunista em missão especial. O rapaz servia na marinha inglesa. De passagem pelo Brasil, decidira visitar o mangue. Ao saltar no cais do porto, o taxista, imaginando que fosse estrangeiro resolvera cobrar-lhe quantia exorbitante. O moço protestou, mas pagou-lhe um pouco mais do que imaginou ser o valor real pela corrida. Descontente, o taxista o denunciou à polícia, acusando-o de "Ladrão, comunista". Fora interrogado:

– "Que anda fazendo aqui? perguntara um delegado. Qual é a sua missão?" Tiago não tinha missão nenhuma [...] – "Está bem, está

bem, resolvera o delegado. Você fica. Não é bom que esse negócio seja contado lá fora. Você fica." (RAMOS, 2013, p. 492).

Segundo revela o narrador, Tiago prometeu não dizer nada. Esqueceria o Brasil, deixaria de falar o português. O delegado não se convenceu. Achou por bem manter o moço na prisão. Graciliano custou a crer na história do marinheiro. De passagem pela Colônia Correccional, apresentaram-lhe o moço que confirmou toda história.

O preso Manuel Leal, caixeiro viajante que Graciliano conhecia de Alagoas também carregava tijolos na Colônia Correccional. Estava preso sem entender por quê. Envelhecido, magoado, sequer sabia o que significava comunismo. Enraivecido, pediu que o escritor lhe esclarecesse, afinal sabia que ele era comunista desde quando usava calças curtas (RAMOS, 2013).

No cárcere abarrotado de presos, o escritor, por vezes indiferente à própria sorte, observava os demais personagens da história e analisava a situação de humilhação a qual eram constantemente submetidos. Diante de todo tipo de sujeição, tinham que se moldar às regras e às condições de vida do ambiente. Alguns alienavam-se:

Ociosos ou entregues a ocupações infrutíferas, víamos de repente naquilo perda sensível. Éramos parasitas do Estado, e para os gastos miúdos com cigarros, fósforo, lavagem de roupa, outras insignificâncias, dependíamos do exterior. Alguns tinham recursos lá fora, outros se endividavam; na hora de visita havia longas prestações de contas, chegava moeda, que necessariamente seria repartida (RAMOS, 2013, p. 332).

Não eram unicamente os que possuíam dívidas que viam-se obrigados a prestar contas quando recebiam o auxílio que vinha de fora, todos tinham que contribuir com o "Coletivo" – "sangrava-nos em quotas regulares para evitar desigualdades excessivas lá dentro" – comenta o narrador (RAMOS, 2013, p. 332). Contudo, recorrer a organização era mais uma das tantas formas de humilhação pela qual alguns detentos se viam obrigados a passar, visto que "o Coletivo esbarrava em dificuldade imensa para levar a alguém o mais insignificante auxílio, e a oferta perdia o sentido, quase se mudava em fórmula de cortesia" (RAMOS, 2013, p. 457).

A vida no cárcere impunha limitações, ainda assim, os dominados, interiormente, resistiam buscando sempre uma maneira de não perder o controle da própria consciência. Ao mantê-los cativos, o poder conseguia silenciá-los em parte, uma vez que os mantinha afastados do convívio social; porém, não conseguia calá-los inteiramente. E mantê-los em silêncio não significava fazê-los mudar a maneira de pensar e enxergar a atuação do governo como infame e prepotente.

Ainda assim, alguns, sob tortura, se viam obrigados a fazer declarações sobre aquilo que o seu algoz desejava ouvir. Ao sair do pesadelo, não tinham consciência de haver verdadeiramente proferido a declaração infame: “teria dito realmente aquilo? Jura que não” (RAMOS, 2013, p. 243).

Se o torturado não resistisse e revelasse segredos, se não tivesse forças para manter-se calado, sua atitude o inutilizaria diante dos companheiros. Era considerado um traidor e, como tal, deveria buscar asilo no lado do inimigo, onde desceria ao lamaçal, sendo encarregado de tarefas repugnantes. O pior de tudo era não ter certeza das próprias ações, era esquadrihar o interior buscando na lembrança algum vestígio de que fizera realmente a revelação funesta. Nem sempre havia na memória do torturado indícios de sua bravura ou covardia. Impressionado, o escritor guardou na lembrança as incertezas agoniadas de Rodolfo, ao voltar do interrogatório. O moço, em defesa instintiva e resistência, agoniava-se recordando que mentira demais, e já nem sabia dizer sobre o que falara (RAMOS, 2013).

Se porventura os encarcerados eram pressionados a falar e não queriam perder a posse da própria consciência, sendo covardes ou delatores, mentir e omitir era uma arma de defesa que poderia ser eficaz para ajudá-los a abreviar a pressão a que eram submetidos. Mentir era um artifício usado em defesa própria na luta pela vida. Uma forma de apresentar resistência passiva, mostrar uma falsa submissão como escudo para evitar o embate em uma luta desigual. E embora o termo pareça ter significado negativo, Arendt considera que a resistência passiva é uma estratégia que, em uma revolta popular contra poderosos, concede aos revoltosos poder quase que imbatível, pois trata-se de um modo de ação consideravelmente ativo e eficaz. Isso porque quando diante de forças superiores os subjugados renunciam ao confronto por meio da

violência, tira do adversário a possibilidade de se opor em um combate que o conduza a vitória ou mesmo a derrota. E caso os governantes resolvam cometer uma chacina em massa, isso não lhes seria algo realmente vantajoso, pois "o próprio vencedor sairia derrotado e de mãos vazias, visto como ninguém governa os mortos" (ARENDR, 2007, p. 213).

Graciliano relata que os presos fizeram uma greve que durou mais de uma semana, e mesmo assim a resistência não surtiu efeito; alguns baixaram à enfermaria. Realizaram o motim para protestar contra a comida intragável e burlaram regras. Não lhes era permitido jogar, mas jogavam; eram proibidos de se comunicar com o mundo fora do cárcere, mas o faziam por meio de recados enviados a pessoas fora do presídio, e também por meio de cartas escritas pelos detentos que, clandestinamente, viajavam dentro de bolsas das mulheres que iam visitar os maridos, conforme descreve nas passagens a seguir:

Agildo Barata e Sisson não desanimavam, escreviam sem cessar. A correspondência com pessoas insuspeitas lá fora engordava debaixo dos colchões; emagrecia à hora das visitas: cartas e relatórios, escondidos em bolsas de mulheres, passavam as grades, espalhavam-se em ônibus e bondes, chegavam à Câmara dos Deputados (RAMOS, 2013, p. 259).

As mulheres funcionavam como agentes de ligação, traziam notícias minuciosas, levavam relatórios, cartas, recados. Naquela meia hora realizava-se uma prestação de contas, liquidavam-se tarefas, surgiam outras, das ninharias individuais às arrojadas combinações políticas (RAMOS, 2013, p. 272).

O narrador acrescenta que dentro e fora da cadeia, havia muita gente envolvida nesse organismo secreto que fazia a ligação entre o presos e o mundo além das grades. Vez por outra algum deles era agarrado e lançado na prisão. As discussões subterrâneas das células, que eram redigidas pelos presos, escapavam do cárcere dentro das roupas íntimas das fêmeas. Na rua elas despistavam a perseguição achando "sempre um meio de entrar por uma porta e sair por outra", até chegarem aos seus destinos (RAMOS, 2013, p. 273).

Ramos (2013) revela também em seus relatos que, embora estivessem sob constante ameaça de tortura e morte, os presos arriscavam-se em protestos que exteriorizavam descontentamento em relação à miséria que lhes

era imposta. Por causa da comida ruim, o preso Agildo iniciou um protesto, para que recebessem melhor comida e talheres. Ao findar a exposição de seu protesto, arremessou o prato com a comida por cima do parapeito e, num minuto, ruidosa manifestação seguiu-se a esse ato: de todas as partes criaturas foram contagiadas pela manifestação. A inesperada proposta foi aceita por unanimidade. Um sujeito minguado, de voz fraca, desprovido de músculos, incitara a turba valendo-se da força interior. Como que adivinhando os desejos ocultos, encontrara meios de transformá-los em ação. Apesar de não ter porte de líder, revela-se dominador, levando os presos a executarem a ordem vinda de um poder inesperadamente revelado; mesmo assim, diante do perigo, não se mostraram arrependidos.

No dia seguinte, imaginando-se que a revolta tivesse como consequência severos castigos e aviltamentos, nada disso ocorreu. A refeição oferecida tornou-se menos ruim que as habituais e as colheres velhas foram substituídas por talheres decentes (RAMOS, 2013).

Mesmo vivendo debaixo de vigilância constante, em meio a espíões e traidores, conseguiam descumprir, de diferentes formas, a disciplina carcerária. Se mantidos nas celas sem direito a circular no presídio, prolongavam a hora do banho para conversar com os companheiros. Submetidos a interrogatório, recusavam-se a delatar seus camaradas. Na hora do silêncio, quando deveriam recolher-se para dormir, era impossível calá-los. Nem sempre eram punidos quando transgrediam as normas coletivamente.

Até mesmo um relatório comprometedor foi enviado a um deputado contando minuciosamente os horrores vividos na Colônia Correccional. O documento fora redigido segundo parecer de vários prisioneiros, e revisado cuidadosamente pelo narrador, que, absorvido nessa tarefa, esteve alheio ao perigo, por dois dias, sem tomar qualquer precaução para evitar que fosse apanhando nessa ocupação de risco extremo. Para que o relatório chegasse às mãos do deputado, conseguiram que um soldado servisse de mensageiro; não era difícil encontrar quem – segundo o narrador – estivesse disposto a ajudá-los prestando-lhes esses serviços (RAMOS, 2013).



Nesse ambiente hostil, os indivíduos transformavam-se em pessoas grosseiras, dominadas pelos instintos. Não poderia ser diferente, já que eram reduzidos a uma condição subumana. Na luta pela sobrevivência, desconfiavam de tudo e de todos; vez por outra, eram até mesmo injustos com pessoas bem intencionadas. Contudo, isto era na verdade um modo de defesa, já que não conseguiam divisar os elementos de corrupção que os cercavam.

Lá dentro, de uma forma ou de outra, eram eliminados. E embora vivesse numa espécie de anestesia com respeito a esta realidade, a morte de Domício Fernandes, companheiro que viajara no porão do Manaus, impressionou o narrador. Sentiu a morte a caminho. Não era propriamente a morte que lhe trazia pesares, era o fato de uma criatura humana ser tratada com total insignificância. Morta, era somente um "pacote jogado fora sem quebra da rotina" no curral de arame (RAMOS, 2013, p. 491).

De acordo com Foucault (2013) a prisão é considerada uma peça essencial como prática punitiva porque mostra-se como uma reparação. O condenado é privado da convivência social porque transgrediu contra a sociedade e portanto privá-lo de sua liberdade é um modo de quitar sua dívida. Portanto cabe ao poder usar a prisão para disciplinar os indivíduos com finalidade de transformar-lhes o comportamento danoso à sociedade.

Com base nesse princípio, a detenção de um infrator é um procedimento legal, encarregado de modificar a conduta do infrator. A prisão é considerada a máquina mais potente para educar o indivíduo, pois o seu modo de ação é a coação. Ela tira do sujeito o máximo de sua liberdade, de seu tempo e de sua força, dando "um poder quase que total sobre os detentos; tem seus mecanismos internos de repressão e de castigo: disciplina despótica" (FOUCAULT, 2013, p. 222). Portanto, sendo a prisão uma arma mais que eficiente contra o inimigo, é interessante ao poder valer-se do privilégio de ter essa arma a seu dispor. Assim sendo, lança mão desse recurso para tirar de seu caminho os adversários indesejados.

Para Foucault, o sujeito moderno é resultado de fatores linguísticos e sócio-históricos, isto é: formado pela sua história e por práticas disciplinares, através das quais as relações de poder se exercem utilizando-se de

procedimentos reguladores. E uma forma de prosseguir em direção a uma nova economia das relações de poder consiste “em usar as formas de resistência contra as diferentes formas de poder como um ponto de partida” (FOUCAULT, 1995, p. 234). Nesse sentido, pode-se dizer que a escrita de denúncia de Graciliano Ramos se constitui em um instrumento de poder eficiente, para apresentar resistência contra a forma de poder abusivo, o qual caracterizou a ditadura dos anos 30.

Segundo Foucault (1995), as relações de poder propriamente ditas se exercem através de produção e da troca, e não são indissociáveis de atividades que permitem exercer poder como técnica de adestramento, procedimentos de dominação e maneiras de obter submissão. Com base no pensamento desse autor, o papel da prisão seria disciplinar infratores, visando melhorar-lhes o comportamento. Todavia, no contexto ditatorial, conforme revela Ramos (2013), os presos políticos não eram submetidos a métodos disciplinadores positivos, mas a procedimentos inúteis, usados para estabelecer a superioridade dos que agiam em nome do poder. Algumas formas de punição eram tão humilhantes que marcavam não só o castigado, mas também aos demais. Por meio de punições desmoralizadoras calavam os presos, conforme revela o narrador:

Pior talvez que a cela foi o castigo humilhante aplicado a Batista, o português hábil no canto de galo, conhecedor de algumas frases mil vezes berradas para chatear-nos: – “Por causa de uma aventura galante...” Já não podia expandir-se desse jeito: o período irritante e o cocorocó tinham desaparecido. Um dia o obrigaram a ficar muitas horas de pé num canto, os braços cruzados, o rosto junto ao muro. Na sujeição ridícula, a natureza do homem se revelava em patadas leves, o protesto de menino teimoso (RAMOS, 2013, p. 495).

Na prisão, não estavam dispostos a corrigir os detentos, mas silenciar pessoas e, até mesmo, eliminá-las, conforme declara aos gritos um soldado enfurecido, dirigindo-se aos recém-chegados:

Aqui não há direito. Escutem. Nenhum direito. Quem foi grande esqueça-se disto. Aqui não há grandes. Tudo igual. Os que têm protetores ficam lá fora. Atenção. Vocês não vêm corrigir-se, estão ouvindo? Não vêm corrigir-se: vêm morrer (RAMOS, 2013, p. 429).

De acordo com Foucault, embora as relações de poder nem sempre se utilizem da violência ou do consentimento, o exercício dessa prática não pode dispensar nem um, nem outro. Contudo, pode suscitar a aceitação e abrigar-se sob ameaças – conforme evidencia-se nos relatos de Graciliano. O exercício do poder, caracterizado pelo “governo” dos homens, uns sobre os outros, inclui um elemento importante que é a liberdade, visto que, o “poder só se exerce sobre ‘sujeitos livres’, ‘enquanto livres’” (FOUCAULT, 1995, p. 244). A presença do poder não exclui forçosamente a liberdade, não “há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga” (1995, p. 248). Entre o poder e liberdade existe uma atração recíproca; assim, a relação de poder pode ser considerada um confronto entre adversários.

Com base nesse pensamento, mesmo nos domínios do cárcere, pode-se dizer que o poder se exercia sobre sujeitos livres, pois a consciência dos dominados não estava sob o julgo do dominador. Por outro lado, nessa condição, não se pode dizer que houve propriamente uma relação de confronto entre o sujeito e o poder, mas de coerção, na qual o poder captura o indivíduo e tira sua liberdade, sem que esse tenha chance de defesa. Nesse caso, o poder subjuga o sujeito, reduzindo-o a uma espécie de escravidão.

Mesmo na prisão, os sujeitos eram livres, pois, conforme afirma o narrador, lá dentro se tornavam indiferentes às restrições. Alheios aos limites, se moviam até bater com a cara em alguma porta de ferro. Ainda assim, queriam transpô-la, sem importar-se com as proibições. Mesmo confinados, existia para os sujeitos encarcerados uma margem de liberdade para fazer e falar o que não lhes era permitido, e silenciar a respeito daquilo que os seus algozes desejavam que revelassem.

Moésia Rolim, um dos companheiros de prisão, dizia-lhes que o cárcere “era o único lugar no Brasil onde havia liberdade” para eles. Em coro, os presos gritavam insultos à polícia assassina de Filinto Müller, acreditavam ter liberdade para isso, e até mesmo para andarem nus, se assim o quisessem, ignoravam as conveniências sociais, e agiam como bichos, mas não eram de modo algum “bichos passivos e medrosos” (RAMOS, 2013, p. 355).

Diante das manifestações dos detentos, não podiam dar-lhes voz de prisão, visto que já estavam trancafiados no cárcere, mas isso não bastava para os opressores, era preciso a cada momento, fosse por meio de ameaças ou pressões psicológicas, mostrar que eram eles que detinham o poder. O grito medonho do carcereiro sempre abalava todos, conforme revela o escritor:

– Polícia.

Olhávamos pesarosos a vítima, imaginávamos compridos interrogatórios, indícios, provas, testemunhas, acareações, um pobre vivente a defender-se às cegas, buscando evitar ciladas imprevisíveis. [...] (RAMOS, 2013, p. 242).

Neste dia, tratava-se de Rodolfo Ghioldi. Graciliano o viu descer a escada, segurando a bagagem. Achou que o companheiro não voltava mais. Na certa haveria consequência para as exposições diárias que fazia empoleirado no degrau. Enganou-se. No terceiro dia o comunista voltou, vindo da Polícia Central. Tão atormentado estava que nem sabia ao certo o que dissera.

Tal passagem mostra que não havia propriamente uma luta entre os adversários. Tratava-se de uma "caçada cheia de tocaias e mundéus traiçoeiros". Preso na armadilha, o infeliz se debate inutilmente, e mediante tortura física ou psicológica, termina por dizer algo que o carrasco deseja ouvir (RAMOS, 2013, p. 243). Buscando compreender aqueles que não resistam à tortura, e se enredavam na teia do inimigo, o narrador acrescenta:

Se passarmos três dias sentados, sem comer, sem dormir, sujeitos a um interrogatório cheio de circunlóquios, suspenso, recomeçado, não nos calaremos, sem dúvida. E nem é preciso usarem conosco rigores de técnica: não ficaremos três dias pisando em cima de alçapões: em menos de uma hora largaremos diversas incongruências, esvaziar-nos-emos por inteiro, soltaremos a frase de relance ouvida, que não compreendemos bem e talvez vá causar a ruína de outras pessoas (RAMOS, 2013, p. 245).

Nesse caso, falar é uma defesa instintiva. Alguns, valendo-se de resistência consciente ou inconsciente conseguiam ocultar a verdade ou mesmo mentir, Ghioldi, agiu assim. A coragem do companheiro o fez crescer ainda mais aos olhos do narrador.

Analisando as transformações de determinadas práticas institucionais, Foucault mostra que elas dizem respeito ao poder “disciplinar”, e que sobre esse poder recaem as obrigações, limitações e proibições. Trata-se, então, de um poder que se utiliza de estratégias de eficácia produtiva e positiva, visando como alvo ao corpo humano, sem que tenha a intenção de torturá-lo ou mutilá-lo, mas de submetê-lo à disciplina, pretendendo, dessa forma, trazer-lhe melhoras. Foucault (2004) concebe a disciplina como um tipo de poder que “[...] comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos [...]” o qual denomina de uma tecnologia, uma física, uma autonomia do poder (CARVALHO, 2008, p. 22).

No entanto, essa estratégia de atuação disciplinar, considerada produtiva e positiva, com a finalidade de corrigir pessoas, não corresponde à atuação do poder ditatorial no que se refere aos presos políticos, já que o poder que se exercia sobre eles tinha unicamente caráter coercitivo, torturava, mutilava corpos e, até mesmo, chegava a matar, como forma de punição.

Desde o século XVI, uma nova forma política de poder se desenvolveu, e essa nova estrutura política (o Estado) ignora os indivíduos e ocupa-se unicamente dos interesses de um determinado grupo entre os cidadãos. E para Foucault (1995), o “Estado moderno” poderia ser considerado como uma nova forma do poder pastoral, ou seja, um poder que se exerce sobre o sujeito com a finalidade de conscientizá-lo a seguir o caminho do bem, de discipliná-lo para sua própria redenção.

No caso do Estado Novo, o caminho do bem era não apresentar oposição ou resistência mediante à atuação governamental. Apresentar-se na contramão de ideais getulistas, sentenciava o indivíduo ao cárcere, onde, não iria propriamente ser submetido à disciplina ou correção. Na prisão, a perseguição persistia numa luta injusta, na qual o opressor tinha plenos poderes para atuar sobre os dominados do modo como quisesse. Fosse para interrogá-lo sob tortura, fosse para transformá-lo num espião, traidor.

Segundo Foucault (1995), o poder que se exerce sobre sujeitos provoca enfrentamentos, fazendo surgir relações de confrontos entre opressor e oprimido, e em resposta à ação desse poder que se exerce sobre o indivíduo,

uma força contrária é motivada, produzindo como consequência manifestações de resistência. Nos anos 30, a atuação do poder que se exercia sobre os sujeitos encarcerados provocou como resposta diversos modos de resistência, desde a resistência passiva a manifestações ativas envolvendo toda a coletividade, bem como produção de discurso em forma de relatório e literatura de testemunho, como acontece na narrativa de Graciliano.

Em *Memórias do Cárcere*, portanto, os encarcerados são construções coletivas que se constituem como sujeitos da resistência a partir das relações de poder exercidas sobre eles. O poder atua sob a forma de autoritarismo, agindo por meio de limitações, vigilâncias e torturas. Através de violência e ameaças, objetivava direcionar as condutas dos presos, com vistas a torná-los dóceis e úteis, pela punição. Contudo, a presença do poder não excluiu a liberdade dos sujeitos, que lutaram pela posse de si mesmos e de suas consciências. Apesar de dominados, restava-lhes escapatória. Através da resistência, conseguem burlar a vigilância, a fim de transgredir as normas que se estabeleciam sob a forma de proibição.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em *Memórias do Cárcere*, Graciliano Ramos, autor-narrador-personagem, em depoimento sobre a história brasileira dos anos 30, denuncia a brutalidade cometida contra os encarcerados pela polícia política que atuava em nome da ditadura Vargasista. Essa escritura que, segundo Alfredo Bosi, não é ficcional, tampouco documental, mas testemunhal, revela a atuação do governo Vargas sob o ponto de vista dos perseguidos, trazendo ao presente detalhes que complementam a história oficial. Desse modo, a obra torna-se um registro histórico composto por relatos que se propõem, sem máscara ou enfeites, ser fiel à realidade verdadeira.

Em seu depoimento, Graciliano critica e analisa a atuação do governo Vargas, descrevendo-o como causador de males: irresponsável e corrupto. Segundo o escritor, naquela época tudo se desarticulava. Imperava a confusão, mal-entendidos, charlatanismo, pessoas a semear delações. Para se manter no poder, Getúlio precisava simular conspirações, criar grandes perigos. Para isso contava com o apoio de militares e da imprensa. Em jornais e congressos o poder manipulava a consciência do povo atacando os militantes de esquerda e conclamando um governo generoso e justiceiro. Livrando o Brasil de ameaças perigosas, Getúlio era visto como herói, com isso, conquistava o apoio popular. E, para encher as cadeias, a polícia realizava arrastões nos quais prendia, não somente os envolvidos em conflitos, como também pessoas que nada tinham a ver com as manifestações partidárias.

Embora *Memórias do Cárcere* traga relatos de uma experiência subjetiva, não se restringe à memória individual, pois está atrelada à memória de outros presos. A obra do escritor alagoano torna-se um documento histórico porque descreve os atos de memória dos que sofreram abusos advindos do poder estabelecendo relação com o passado e trazendo ao presente eventos que dão sequência a relatos citados por historiadores. Desse modo, a narrativa de Graciliano Ramos desempenha relevante papel como representante da memória coletiva, uma vez que resgata do esquecimento fatos que revelam a atuação de indivíduos, que na tentativa de trazer mudanças sociais, enfrentaram o poder, resistindo, mesmo em luta desigual e injusta. A obra

universaliza-se, pelo fato de que reúne eventos que são comuns à memória de outros sujeitos, e se situa numa época em que o Brasil e o mundo vivia momentos de revoluções, conflitos e importantes transformações. Ou seja, o testemunho de Graciliano torna-se relevante para a memória social, porque descreve um passado no qual ele esteve inserido, não isoladamente, mas em contato com o outro em determinado contexto histórico que foi igualmente significativo para toda a sociedade.

Nessa perspectiva, *Memórias do Cárcere* dialoga com a história, descortinando acontecimentos traumáticos que foram, por um lado, esquecidos pela história oficial; e por outro, arquivados na memória daqueles que na década de 1930 foram subjugados pelo poder. Contrapondo a hegemonia da história oficial, expõe o lado obscuro da atuação da polícia e demais militares que agiam em nome do Estado. Por meio de sua escrita contestadora, Graciliano mostra compromisso político e ético com toda uma coletividade que está representada nos enunciados de suas memórias, tornando-se representante da memória coletiva do Brasil dos anos 30.

Ao testemunhar os episódios vivenciados por ele, mostrando o dia a dia dos presos, seus conflitos, medos e esperanças, Graciliano empresta voz ao outro, para apresentar protesto contra o poder tirano e opressor que por meio de vigilância acirrada, ameaças e torturas, tencionava calar os seus opositores, tirando deles as condições de luta. Contudo, pressionados, os indivíduos resistiram para manter a posse de si mesmos e de suas consciências. E, apesar de terem sido forçados a silenciarem, interiormente produziram discursos que foram armazenados na memória. Dessas relações de opressão e resistência entre o poder e os sujeitos encarcerados, dez anos mais tarde, surge o depoimento de Graciliano, como uma arma que finalmente os silenciados puderam empunhar contra os seus agressores. Com base nas concepções de Foucault, então, pode-se afirmar que, em *Memórias do Cárcere*, o sujeito encarcerado é resultado de fatores sócio-históricos, constituído nas relação de forças com o poder. Por meio desses embates nos quais o poder atua com violência, subjugando os indivíduos, com a finalidade de tirar-lhes a liberdade e a voz, os indivíduos são motivados a apresentar resistência. Esse poder que manteve os indivíduos sob a condição de



dominados, não é, senão, o mesmo poder que induziu os encarcerados a manifestar reações contra a sujeição imposta pela ordem vigente. Mantê-los na prisão, foi uma forma de aniquilá-los, mas ainda assim a força que atuava sobre eles não conseguiu sujeitá-los inteiramente. Segundo o narrador encarcerado, alguns fraquejaram, curvaram-se perante o inimigo, mas nem todos se curvavam à tirania do poder.

Sabe-se que, ao longo dos anos, as manifestações de vitórias, dos que dominam, são rememoradas, ao passo que as lutas relacionadas ao sujeito histórico formado pela classe oprimida, ficam no esquecimento. O que confirma o fato de que a história é escrita a partir da ótica dos vencedores. Se Graciliano não tivesse feito a inscrição dos relatos sobre o cárcere valendo-se de sua literatura como instrumento operador da memória social, teriam se findado com ele e com o grupo dos encarcerados detalhes do passado que não foram registrados pelos historiadores.

Utilizando-se de sua literatura como instrumento de luta e resistência, Graciliano Ramos recupera a história de homens e mulheres que lutaram pelos seus ideais, mas que pela imposição da força foram privados de vencer a luta travada contra o poder do Estado. Rememorando a história dos que foram perseguidos pela ditadura, o escritor contribui para a afirmação da memória coletiva, complementando detalhes que antes foram apagados. Sua escritura, anti-história, ou história da barbárie – segundo as concepções de Walter Benjamin –, permite reafirmar uma abertura para um novo sentido do passado, que não está encerrado numa interpretação acabada ou definitiva da história oficial. Os relatos do cárcere trazem ao presente novos sentidos para a história do Brasil dos anos 30, fazendo surgir um discurso que contesta a história tradicional. Portanto, por meio de suas memórias, Graciliano solta a voz de cada homem e cada mulher aos quais o poder inutilizou e reduziu à condição de parasitas nos domínios do cárcere.

## REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. Ação. In ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo. 10 ed. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2007, p. 188-219.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 222-232. Obras escolhidas, v. 1.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOSI, Alfredo. **História concisa da Literatura Brasileira**. 41 ed. São Paulo: Cultrix, 1994.

BOSI, Alfredo. **Literatura e Resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BOSI, Ecléa, **O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CALDAS, Barbara. A voz do outro em evidência: a literatura de testemunho na América latina. **Revista Litteris**. Rio de Janeiro, n. 5, jul de 2010.

CAMPUZANO, Luiza. Testimonio de Mujeres Subalternas Latinoamericanas: Jerusa Domitila y Rigoberta. In REIS, Livia de Freitas; Porto, Maria Bernadette; VIANNA, Lúcia Helena orgs. **Anais do VII Congresso Nacional Mulher e Literatura**, v. 1, Rio de Janeiro: EDUFF, 1999, p. 23-42.

CANDIDO, Antonio. **Ficção e Confissão**. 4 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CANDIDO, Antonio. **Iniciação a literatura brasileira**. 6 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CARVALHO, Ana Maria de. A Noção de sujeito em Michel Foucault. In. SILVA, Francisco Paulo da. **Travessias do Sentido e outras questões de linguagem**, Mossoró: Queima Bucha, 2008, p. 17-31.

CONDE, Miguel. Especial de Graciliano. In **Veja Abril Especial Graciliano Ramos**. Disponível em <http://www.amgr.org.br/site-oficial-de-graciliano-ramos>, acesso: em out de 2013.

CORTI, Ana Paula. **Estado Novo (1937-1945): A ditadura de Getúlio Vargas**. Especial para a Página 3, Pedagogia & Comunicação. 2005. Disponível em <http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/estado-novo-1937-1945-a-ditadura-de-getulio-vargas.htm>, acesso em 26 jan. 2012.

DAVALLON, Jean. A imagem, uma arte de memória. In ACHARD, Pierre. **Papel da memória**. Trad. José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999

DAVI, Tânia Nunes. **Cinema e história**: representações do autoritarismo em *Memórias do Cárcere* de Nelson Pereira dos Santos. Fênix – Revista de História e Estudos Culturais. Abril / Maio/ Junho de 2007, V. 4 Ano IV n. 2

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. 2 Ed. São Paulo: Edusp, 2012.

FONSECA-SILVA, Maria da Conceição. Midia e lugares de memória. IN. FONSECA-SILVA, Maria da Conceição e POSSENTI, Sírio orgs. **Mídia e rede de memória**. Vitória da Conquista: Edições UEBS, 2007, p.11-37

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul e DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. A Ética do cuidado de si como Prática da Liberdade. In **Ética, Sexualidade, Política**. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. (Coleção Ditos e Escritos, v. V, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 264-286.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Trad. Raquel ramalheite. 41 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Walter Benjamin**: os cacos da história. 2 ed. Trad: Sônia Salzstein. São Paulo: Brasiliense, 1993.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

GANCHÓ, Cândida Vilarés. **Como analisar narrativas**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1995.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

KUSUMOTO, Meire. Especial Graciliano Ramos. **Revista Veja**. Jul, 2013. disponível em <http://veja.abril.com.br/infograficos/especiais/graciliano-ramos/> <Acesso em 03, nov, 2014.>

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 1994, p. 423-483.

LINS, Álvaro. Valores e misérias das Vidas secas. In RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. 74 ed. Rio, São Paulo: Record, 1998, p. 127-155.

MAQUIAVEL, Nicolau. A crueldade e a clemência: se é melhor ser amado do que temido, ou o contrário. In MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Trad. Maria Lucia Cumo. 16 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 83 - 86.

MARCO, Valeria de. A literatura de testemunho e a violência de Estado. **Lua Nova**. Revista de Cultura e Política, São Paulo, v. 62, n. 62, 2004, p. 45-68.

MOISÉS, Massaud. **A Literatura Brasileira através dos textos**. 27 ed. São Paulo: Cultrix, 2007.

MERCADANTE, Paulo. **Graciliano Ramos: o manifesto do trágico**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

MIRANDA, Wander Melo. Ficção, memória, revolução. In **Literatura e revolução**. MARGATO, Izabel; GOMES, Renato Cordeiro orgs. Belo Horizonte: UFMG, 2011, p. 119-209.

MORAES, Dênis de. **O Velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

NETO, Lira. **Getúlio: do governo provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1943)**. São Paulo: Companhia das letras, 2013.

NICOLA, José de. **Literatura Brasileira** das origens aos nossos dias. 8 ed. São Paulo: Scipione, 1988.

OLIVEIRA, Évila Ferreira de. A propósito de testemunho e representação literária na perspectiva de "passados presentes". **Revista Inventário**. 14 ed. jan/jun, 2014.

OLIVEIRA, Larissa Cristina Arruda. **Caminhos cruzados: literatura e pintura, Graciliano Ramos e Cândido Portinari**. São Carlos, Universidade Federal de São Carlos. UFSCar. 2013,127p. (Dissertação de Mestrado em Estudos de Literatura)

ORLANDI, Eni P. Maio de 1968: os silêncios da memória. In ACHARD, Pierre. **Papel da memória**. Trad. José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PRIORE, Mary del. VENANCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2010.

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. 74 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1988.

RAMOS, Graciliano. **Linhas Tortas**. 21 ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

RAMOS, Graciliano. **Cartas**. 8 ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

RAMOS, Graciliano. **Memórias do Cárcere**. 47 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2013.

RUY, José Carlos; BUONICORE, Augusto org. **Contribuições à História do Partido Comunista do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Anita Garibaldi: Fundação Maurício Grabois, 2012.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

SENNA, Homero. A última entrevista de Graciliano Ramos. In **Revista do Globo**, edição n. 473, dez, 1996.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. **Projeto História**, São Paulo, v. 30, jun, 2005, p. 71-98.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma – a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, 2008, p. 65-82.

SILVA, Kamilly Barros de Abreu. **História, memória e literatura em Memórias do Cárcere de Graciliano Ramos**. Goiânia. Universidade Federal de Goiás. UFG. 2006, 118p. (Dissertação de Mestrado em História da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia).

SILVEIRA, Joel. **Na fogueira**: memórias. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

SILVEIRA, Joel. Conversas com Graciliano, Joel Silveira, 1938. In SALLA, Thiago Mio e LEBENSZTAYN, Ieda org. **Conversas com Graciliano**. Rio/São Paulo: Record, 2014, p.73-80

SODRÉ, Nelson Werneck. Prefácio. In RAMOS, Graciliano. **Memórias do Cárcere**. 40 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004, v.1.

SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão; MARIZ, Marlene da Silva. **História do Rio Grande do Norte**. 2 ed. Natal: Marlene da S. Mariz, 2005.

TODOROV, Tzvetan. O que pode a literatura? In TODOROV, Tzvetan. **A literatura em perigo**. Trad. Caio Meira. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009, p. 73-82